

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

**GESTÃO PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – O PAPEL DO CONSELHO DIRETOR -
UM ESTUDO DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS
GERAIS CAMPUS SALINAS - MG**

RICARDO MAGALHÃES DIAS CARDOZO

Brasília, 2010

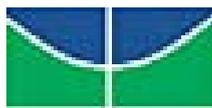
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

**GESTÃO PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – O PAPEL DO CONSELHO DIRETOR
UM ESTUDO DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS
GERAIS CAMPUS SALINAS - MG**

Ricardo Magalhães Dias Cardozo

Dissertação apresentada, ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Sob orientação do Prof. Dr. Remi Castioni.

Brasília, Março de 2010.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GESTÃO PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – O PAPEL DO CONSELHO DIRETOR UM ESTUDO DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS CAMPUS SALINAS - MG

Ricardo Magalhães Dias Cardozo

BANCA:

Prof. Dr. Remi Castioni (UnB/FE)

Prof. Dr. Ricardo Caldas (UnB/IPOL)

Prof. Dr^a. Olgamir Francisco de Carvalho (UnB/FE)

Prof. Dr. Bernardo Kipnis (Suplente - UnB/FE)

Brasília, Março de 2010.

AGRADECIMENTOS

“Não há no mundo exagero mais belo que a gratidão”. Jean de Lá Bruyère

A Deus, pela dádiva divina da vida e por ter me dado a oportunidade de ter convivido, no decorrer dessa trajetória, com pessoas tão maravilhosas e que trouxeram tantos ensinamentos.

Aos meus pais, pilares básicos desta vitória, fiéis incentivadores de nossa conquista. Compartilho com eles este momento. Obrigado por tudo! Amo vocês.

Ao professor Dr. Remi Castioni, orientador deste trabalho, pelas valiosas mediações, apoio, paciência, confiança, incentivo e disponibilidade. Serei sempre grato.

Aos professores Dr. Ricardo Caldas e Dra. Olgamir Carvalho que se dispuseram com presteza, compromisso e atenção a trazer, indubitavelmente, contribuições significativas para o presente estudo. Ao professor Dr. Bernado Kipnis por aceitado o convite de participar da Banca.

Ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, que propiciou os documentos necessários para a realização do trabalho. E aos colegas dessa instituição que me concederam entrevistas vitais para a realização do estudo.

As amizades que vão se delineando no decorrer do caminho... Vocês, amigos, foram muito importantes nessa trajetória: Carla, Elisete, Rosci, Martha e Estácio... A Nivaldo e Alisson, hoje grandes amigos, colega de orientação e instituição, incansáveis horas no telefone e em Brasília, Montes Claros, Salinas, Guanambi falando sobre a dissertação.

A Rena, Júnior e Tia Lenira que sempre me receberam com amor e carinho em sua casa. Ao Edson grande primo e bom amigo.

Ao Msc. Rogério, saiba que, sem o seu concurso em minha vida, certamente não teria chegado até aqui... Um forte abraço amigo! A Msc. Cláudia, colega de estudos e de dificuldades, desenvolvemos juntos o interesse em continuar a vida acadêmica.

A você, Meu Amor, obrigado pela sua presença em minha vida, pelo seu companheirismo, carinho e incentivo.

Dedico aos meus pais, Alberto e Enilda,
maiores responsáveis por este momento,
presentes em todas horas mesmo estando
longe... E a Rita, meu amor, pela presença
em minha vida e pelo seu companheirismo.

CARDOZO, Ricardo Magalhães Dias. *Gestão participativa na Educação Profissional e Tecnológica – O Papel Do Conselho Diretor. Um estudo do Instituto Federal Norte de Minas Gerais - campus Salinas – MG.* 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação – Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF.

RESUMO

A presente pesquisa apresentou como tema o papel do Conselho Diretor na gestão participativa na Educação Profissional e Tecnológica, um estudo realizado a partir do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – campus Salinas. Esse trabalho é um estudo de caso qualitativo. Utilizou-se como instrumento de pesquisa a análise documental, foram realizadas 08 entrevistas com os membros do Conselho Diretor e 03 entrevistas com: Sindicato Nacional dos Servidores de Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, Grêmios Estudantil e Diretório Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Produção de Cachaça. Os resultados revelaram que o Conselho Diretor do IFNMG – campus Salinas, tem procurado desempenhar seu papel como instrumento de gestão participativa, de natureza consultiva, propositiva e deliberativa. No entanto alguns aspectos poderiam ser reestruturados, para uma ação mais efetiva. As reuniões, se abertas à comunidade, permitiriam o entendimento e a participação da relevância desse instrumento. A maneira como as reuniões são organizadas não permitem uma participação que vá além da análise de propostas que já vêm quase prontas. Seria indicado que os conselheiros pudessem atuar nos momentos de formulação e concepção das idéias. Quanto à participação, é indireta. A comunidade para participar tem que ir ao encontro dos conselheiros. Ainda assim, alguns membros admitem que isso não ocorre em muitas situações e a decisão fica restrita a opinião do conselheiro. Existe ainda, uma demanda por um maior número de reuniões e por um tempo maior entre elas e suas convocações, objetivando debate com a comunidade. Fica claro também a percepção da ausência de um canal de divulgação, que possibilitaria a comunidade um maior acesso às informações, que acontece através das resoluções elaboradas pela presidência afixadas em pontos na instituição e atas que ficam restritas a quem procura a direção, onde ficam arquivadas. Enfim, são essas as principais mudanças necessárias analisadas para que o Conselho Diretor cumpra melhor seu papel, no sentido de construir um universo dentro da comunidade de conhecimento e maior participação de suas ações. No momento de reformulação desse educandário, isso seria relevante para constituição de sua função e maior engajamento dos pares representados.

Palavras-chave: Conselho Diretor, gestão participativa, educação profissional e tecnológica.

CARDOZO, Ricardo Magalhães Dias. *Group administration in the Professional and Technological Education – The Role of the Managing Council. A Study of the Federal Institute of the North of Minas Gerais – campus Salinas..* 2010. 150 f. Dissertation (Master Degree in Education) College of Education – University of Brasília – UnB, Brasília – DF.

ABSTRACT

The present research presented as theme the role of the Managing Council in the group administration in the Professional and Technological Education, a study accomplished starting from the Federal Institute of the North of Minas Gerais - campus Salinas. This work is a study of qualitative case. It was done the instrument of as research the documental analysis, 08 interviews were accomplished with the members of the Managing Council and 03 interviews with: National union of the Servers of Basic Education, Professional and Technological - SINASEFE, Student Union and Academic Directory of the Superior Course of Technology in Production of “Cachaça”. The results revealed that the Managing Council of IFNMG - campus Salinas, has been trying to play its part as instrument of group administration, of advisory nature, propositive and deliberative. However some aspects could be restructured, for a more effective action. The meetings, if open to the community, would allow the understanding and the participation of the relevance of that hudy. The way as the meetings are organized don't allow a participation that goes beyond the analysis of proposals that already come almost ready. It would be indicated that the consultants could act in the moments of formulation and conception of the ideas. With relation to the participation, it is indirect. The community to participate has to go to the consultants' encounter. Nevertheless, some members admit that it doesn't happen in a lot of situations and the decision is restricted the consultant's opinion. It still exists, a demand for a larger number of meetings and for a larger time between them and its summonses, objectifying debate with the community. It is also clear the perception of the absence of an open channel, that would facilitate the community a larger access to the information, that happens through the resolutions elaborated by the presidency hanged in points in the institution and proceedingses that are restricted to when it seeks the direction, where they are filed. Finally, they are those the main analyzed necessary changes so that the Managing Council executes its role better, in the sense of building an universe of the knowledge inside of the community and larger participation of its actions. In the moment of reformulation of that school, this would be important for constitution of its function and larger contact of the represented pairs.

Key-words: Managing Council, group administration, professional and technological education.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Área de abrangência do IFNMG – campus Salinas	16
Figura 2 – Organograma do IFNMG – campus Salinas	68
Quadro 1: Modalidades de Ensino em 2008	33
Quadro 2: Composição do corpo docente de efetivos e substitutos.....	33
Quadro 3: Composição do corpo docente efetivo em capacitação.....	34
Quadro 4: Composição do corpo técnico administrativo em capacitação.....	34
Quadro 5: Corpo Docente por modalidade de ensino.....	34
Quadro 6: Caracterização Geral da Infra-Estrutura do IFNMG – Campus Salinas.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS

CEB – Câmara de Educação Básica

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CNE – Conselho Nacional de Educação

DCE – Diretório Central dos Estudantes

EAF – Escola Agrotécnica Federal

EAFSALINAS – Escola Agrotécnica Federal de Salinas

EJA – Educação de jovens e adultos

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ETF – Escola Técnica Federal

IF – Instituto Federal

IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

IFET – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO:	14
OBJETIVOS	15
CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	15
Serviços oferecidos pela comunidade	17
Corpo docente e técnico administrativo	18
Corpo discente	18
1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	20
1.1 Alguns aspectos do histórico da Educação Profissional e Tecnológica	20
1.2 A política de criação dos IFs	26
1.3 Desafios da Educação Profissional e Tecnológica	31
2 MODELOS DE GESTÃO ORGANIZACIONAL	35
2.1 Políticas Públicas e Gestão Participativa	40
2.2 Educação e Gestão Participativa	46
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
3.1 Abordagem Escolhida	57
3.2 Estudo de Caso	58
3.3 Atores Sociais	59
3.4 Instrumentos de Pesquisa	60
3.4.1 Análise documental	60
3.4.2 Entrevista	61
3.5 O trilhar metodológico	62
4 CONSELHO DIRETOR: A VISÃO DOS ATORES SOCIAIS DA EPT	65
4.1 O Conselho Diretor – aspectos legais	66
4.2 O Papel do Conselho Diretor	71
4.3 Porque fazer parte do Conselho Diretor	74
4.4 Refletindo sobre a própria atuação	76

4.5	Gestão Participativa e Conselho Diretor - o entendimento dos conselheiros.....	78
4.6	Conselho Diretor e sua possível influência nas diretrizes administrativas.....	83
4.7	A visão da comunidade.....	85
4.8	A participação da comunidade: relação entre representantes e representados..	90
4.9	Sociedade civil: participação efetiva ou figurativa	93
4.10	Mudanças e sugestões	96
5	CONSELHO DIRETOR: VISÃO DO SINASEFE, GRÊMIO ESTUDANTIL, DO DA.....	104
5.1	O papel das entidades e a relação de representação – a visão dos dirigentes..	105
5.2	O papel do Conselho Diretor	109
5.3	Conselho Diretor, instrumento de gestão participativa?.....	113
5.4	Influência das instituições de classe na gestão do IF	115
5.5	Percepção da comunidade, mudanças e sugestões.....	117
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS – UM CONVTE A REFLEXÃO	122
6.1	Recomendações	128
7	REFERÊNCIAS	131
	Apêndice A Roteiro da entrevista dos membros do Conselho Diretor	140
	Apêndice B Roteiro da entrevista DA, SINASEFE e Grêmio Estudantil	141
	Apêndice C Termo de Consetimento	142
	Apêndice D Trechos do regimento e da legislação no tocante ao Conselho	143
	Apêndice E Relatório das reuniões do Conselho Diretor	148

Introdução

Gestão participativa nas políticas públicas é um tema que vem sendo muito debatido em áreas como: a saúde, assistência social e educação, principalmente a partir da década de 80 e, mais especificamente no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido é interessante problematizar:

A dicotomia sempre evocada entre Estado e sociedade civil, em razão da qual a instância estatal é apreendida como exterioridade, com base em uma premissa política que pretendemos contrapor: a da necessária divisão entre governados e governantes, entre governo (entendido como referência à política institucional) e vida social. Separação política que conforma o aparato estatal na modernidade a partir de práticas de centralização do governo, na medida em que o Estado institui-se como instância transcendente, que se posiciona como exterior às relações sociais, que se convertem em objeto de seu exercício normalizador e homogeneizador (GUIZARDI, 2009, p.17).

Pode-se citar três importantes conquistas da cidadania, no mínimo, referentes à questão legal, nos três últimos séculos: no século XVIII, os direitos civis, no século XIX, os políticos e no século XX, os sociais. É neste cenário que a discussão das políticas sociais entra na pauta, introduzindo oportunidades que, aos poucos, estimulam a participação de segmentos organizados da sociedade civil na formulação, gestão e controle social das políticas públicas.

A Constituição de 1988 permitiu a incorporação de novos elementos culturais da sociedade, abrindo espaço para a prática da democracia participativa. O processo representou, no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais, ao estabelecer mecanismos de democracia direta como plebiscitos, referendos, projetos de iniciativa popular e conselhos de gestão setorial.

Acredita-se ser importante o sentido de participação da população na elaboração, implementação, fiscalização e avaliação dos resultados alcançados pelas políticas públicas. Para tal precisa ser tratado como um processo contínuo e em permanente construção. Dentro desse contexto a gestão participativa nas políticas educacionais deve estar presente em todas as esferas do sistema educacional brasileiro, no qual está inserida a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

As escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica vivem atualmente um momento ímpar em sua história. Conforme o plano de expansão¹ do Governo Federal está havendo um aumento, até este ano, em cerca de 150% o número de unidades em relação às unidades de ensino já existentes, atingindo todas as capitais estaduais e as principais cidades do interior brasileiro, com uma proposta de oferta educacional ampla, abrangendo desde a educação profissional técnica de nível médio até a superior (graduação tecnológica, formação de professores e pós-graduação), com ênfase na pesquisa e na inovação tecnológica, tanto na modalidade presencial como à distância, através da implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, buscando assim, tornar mais substantiva a contribuição da rede ao desenvolvimento socioeconômico de um significativo conjunto de regiões brasileiras.

Tal proposta de oferta educacional visa também acolher, substancialmente, um público que historicamente foi colocado à margem das políticas de formação para o trabalho. Esse acolhimento se dispõe a atender novos públicos oriundos de outras demandas, como a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação de jovens e adultos (EJA), incluindo também as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Com a proposta de expansão da Rede - que hoje conta, nos diversos espaços do território brasileiro, com 144 campi - continua a crescer até 2010, ano em que passaremos a contar com mais de 350 unidades. É nesse universo que está o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais -IFNMG - Campus Salinas – MG.

Nesse sentido, a pesquisa destina-se a refletir sobre a atuação do Conselho Diretor, como instrumento que pode contribuir para a gestão participativa a partir da análise do IFNMG – Campus Salinas – MG. O presente estudo, de natureza eminentemente qualitativa, abre espaço, inclusive, para a discussão sobre a construção contemporânea do conceito de cidadania² (propósito maior da ação educativa), sobretudo a partir de uma análise crítica do individualismo contido nas propostas de emancipação do sujeito cidadão.

¹ Essa informação pode ser encontrada no livro do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Disponível em: < <http://pde.mec.gov.br/>>. Acesso em 18 de fev. de 2010.

² Quando refere-se à construção contemporânea do conceito de cidadania fala-se a respeito da construção conceitual de cidadania proposto por Gramsci. Mais a frente, especificamente no referencial teórico, realizar-se-á uma maior problematização a respeito desse conceito.

O presente estudo apresenta a seguinte estruturação: introdução (justificativa e problematização, caracterização da instituição, objetivo geral, os específicos e a hipótese), referencial teórico, os procedimentos metodológicos, a parte empírica que buscou refletir sobre o Conselho Diretor, sua atuação e se contribui para a construção de uma gestão participativa através da análise documental e entrevistas. Apresentam-se ainda, as considerações finais e recomendações.

Os capítulos 1 e 2 trazem o referencial teórico. No capítulo 1 - Educação Profissional no Brasil - expõe-se um breve histórico da EPT, a partir da Reforma Capanema; em seguida é mostrada a política de criação dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, enfatizando o trâmite dessa origem e as novas diretrizes desse novo ente federativo; e ainda, nesse capítulo, realiza-se uma primeira aproximação da EPT com a gestão participativa. Já no capítulo 2, é feita uma abordagem sobre os modelos de gestão organizacional: patrimonial, burocrática e gerencial, além de buscar estabelecer relações entre a gestão participativa e as políticas públicas e a educação.

O capítulo 3 traz os procedimentos metodológicos usados na pesquisa: abordagem escolhida: estudo de caso qualitativo descritivo; atores sociais, instrumentos de pesquisa nesse caso, análise documental, entrevista; e o trilhar metodológico.

Os capítulos 4 e 5 trazem os resultados do trabalho. No capítulo 4 realizou-se uma breve explanação dos aspectos legais do Conselho e foi feita uma análise minuciosa do discurso dos membros, observando a opinião deles com relação: ao papel do Conselho Diretor, ao porquê fazer parte, à própria atuação, à constituição desse como instrumento de gestão participativa, à sua influência nas diretrizes administrativas, à visão da comunidade, à relação entre representantes e representados, à participação da sociedade civil e à mudanças e sugestões. No capítulo 5 realizaram-se questionamentos de igual teor aos representantes de entidades de classe que atuam no Conselho: SINASEFE, Grêmios Estudantil e Diretório Acadêmico, com o objetivo de realizar o confronto das opiniões e atingir o entendimento esperado.

Por fim, são apresentadas as considerações finais com as reflexões alcançadas e ainda algumas recomendações que podem contribuir para o funcionamento do Conselho Diretor, seguidas das referências e apêndices.

Justificativa e Problematização

No que se refere à gestão participativa, a mobilização das forças sociais, no sentido de sua participação mais direta junto às esferas do poder público (fazendo reivindicações, acompanhando o desempenho das diversas instituições governamentais ou participando diretamente da produção de bens e serviços públicos), começa, portanto, a se manifestar de forma mais objetiva (URQUIZA, 2006).

Pensando em participação, cabe salientar que segundo Benevides (1991):

A participação popular supera a velha polêmica sobre o “verdadeiro” significado de *cidadania ativa* na filosofia política, desde o século XVIII. Esta cidadania ativa supõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes.

Valla (1993, p. 63) diz que:

A participação popular se diferencia de outras formas da mesma porque se trata de uma participação politizada, na qual vários setores da sociedade civil envolvem-se na definição de políticas públicas. Para esse autor a participação popular contém uma contradição, pois de um lado legitima a política do Estado diante da população; por outro, significa um canal para que as entidades populares disputem o controle e a destinação da verba pública.

Gohn (2001, p.11), por sua vez assinala “a necessidade de pesquisas e avaliações sobre o desempenho dos diferentes tipos de conselho”. É neste sentido e pensando que essa participação popular não deve ficar somente no papel, torna-se relevante consolidar a gestão democrática, que contribui para que as políticas públicas de educação cumpram sua tarefa dentro da sociedade.

Nesse sentido, é relevante refletir dentro desse contexto sobre uma questão: o Conselho Diretor do IFNMG – Campus Salinas atua como instrumento de gestão democrática?

Diante desse questionamento, tem-se o objetivo de perceber, a partir de uma análise documental e do diálogo sistemático com membros do Conselho Diretor (professores, alunos, técnico-administrativos, sociedade civil) e com as entidades de classe (Sindicato, Grêmios Estudantil e Diretório Acadêmico) como ocorre a atuação do Conselho Diretor e se esse contribui para a gestão democrática no interior do IFNMG – Campus Salinas.

Nessa direção, ainda, tem-se como hipótese do estudo que a gestão participativa pode não se tornar instrumento de gestão democrática devido à existência de procedimentos de cooptação e relativização das normas exercidos por aqueles que atuam como gestores dos processos.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar a ação do Conselho Diretor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - campus Salinas - como possível instrumento de gestão democrática.

Objetivos Específicos

Analisar se há no Conselho Diretor uma influência externa de outras instituições representativas dentro do IFNMG - Campus Salinas.

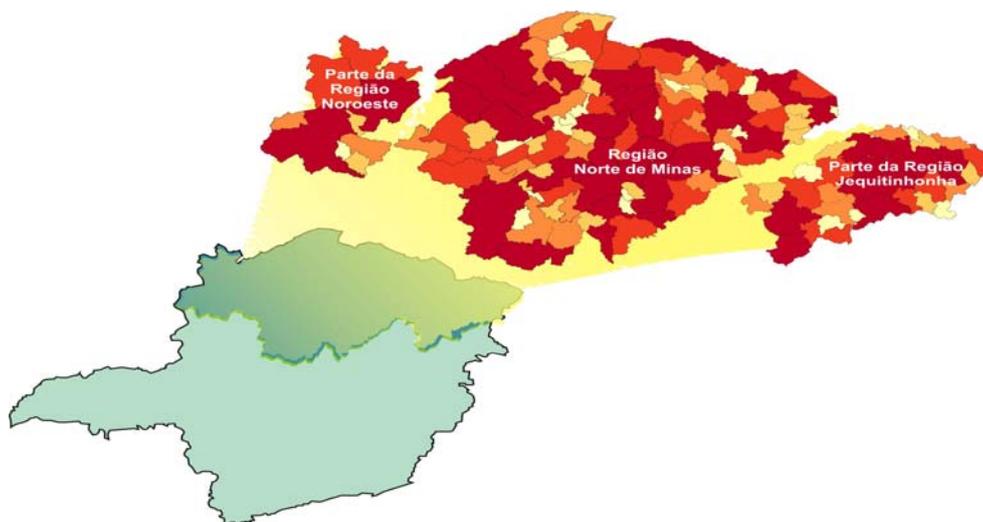
Explicitar em que medida a estrutura organizacional do Conselho Diretor favorece a gestão democrática.

Identificar os segmentos que compõem o Conselho Diretor e os mecanismos de consulta e de comunicação estabelecidos entre os conselheiros e seus representados.

Caracterização da Instituição

A área de abrangência do IFNMG é constituída de 126 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Norte de Minas, parte do Noroeste e parte do Jequitinhonha), ocupando uma área total de 184.557,80 Km², ver a figura a seguir. A população total é de 2.132.914 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000 (BRASIL, 2009).

Figura 1 - Área de abrangência do IFNMG no ESTADO DE MG.



Fonte: IFNMG – *Campus Salinas*

O mapa da Figura 1 possibilita visualizar a área de atuação do IFNMG; no entanto, no tocante a duas regiões geográficas do Estado de Minas Gerais, aparece que o atendimento será somente em parte. Com o intuito de esclarecer, cabe informar que o Vale do Jequitinhonha será atendido também pelo Instituto Federal de Minas Gerais com um campus no município de São João Evangelista que atenderá essa microrregião. Quanto à região do Noroeste de Minas, essa será contemplada com um campus na cidade de Paracatu que será da responsabilidade do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

Dentro do Instituto Federal Norte Mineiro, destaca-se o campus Salinas que está localizado no Município de Salinas. A instituição foi criada originalmente como Escola de Iniciação Agrícola de Salinas, mediante intervenção do então Deputado Federal, Dr. Clemente Medrado Fernandes, tendo a pedra fundamental lançada no dia 02 de setembro de 1953. Suas primeiras construções foram iniciadas a época de sua criação sob a supervisão de seu primeiro diretor, o engenheiro agrônomo, Dr. Abdênago Lisboa, que deu início as aulas, no dia 1º de março de 1956.

Neste meio século de existência, a escola recebeu várias denominações: Escola de Iniciação Agrícola (1953-1963); Ginásio Agrícola de Salinas “Clemente Medrado” (1969-1979); Escola Agrotécnica Federal de Salinas – MG Clemente Medrado (1979 – 2008), e atualmente Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Salinas criada pela lei nº 11.892 de 29/12/2008.

O IFNMG – Campus Salinas é uma das Autarquias Federais vinculadas à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que formam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica juntamente, com outros Institutos Federais³, Centros Federais de Ensino Tecnológico (CEFET's): Celso Suckow - Rio de Janeiro – RJ e Minas Gerais⁴ e Universidade Federal Tecnológica do Paraná. Sua localização geográfica é de fácil acesso para as pessoas do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, sendo que está a 650 km da capital do estado e 894 km de Brasília na divisa entre o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha e foi estruturado para oferecer educação profissional técnica de nível médio e educação tecnológica.

Serviços oferecidos pela escola à comunidade

A referida escola tem oferecido cursos na habilitação de técnicos para ingressar no mercado de trabalho, assessoria técnica aos produtores da região, qualificação e requalificação profissional de pequenos e médios produtores rurais, contribuindo ainda para a melhoria de produtos da região, com a realização de pesquisas e atividades de extensão.

Segundo a CIEC⁵ do IF do Norte de Minas Gerais –campus Salinas – MG, os seus egressos, em sua maioria, estão alocados em ambientes de trabalho na região do norte de Minas, em geral, prestando serviços dentro da área de agropecuária, comércio, informática. Além disso, vários concluintes são aprovados nos vestibulares e conseqüentemente continua o seu processo de formação profissional no nível superior.

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Salinas está situado na Fazenda Varginha, km 02 da rodovia MG-404 (Salinas -Taiobeiras), sediada em Salinas, oferece as modalidades de ensino a seguir:

QUADRO 1 - Modalidades de Ensino em 2008

Nível	Classificação	Área	Nome
Ensino Médio	Não Integrado	-	Ensino Médio
Educação de Jovens e Adultos	Médio	Informática	Técnico em Informática
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Integrado	Agropecuária	Técnico em Agropecuária

³Os Institutos Federais são constituídos pelos antes denominados CEFETs, EAFs, ETFs e Escolas técnicas vinculadas a Universidades como veremos mais detidamente a frente.

⁴Foram os únicos que optaram por não se transformarem em Institutos Federais.

⁵Essa informação foi conseguida através dos dados apresentados pela Coordenação de Integração Escola Comunidade – CIEC.

Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Concomitante / Subseqüente	Agropecuária	Técnico em Agropecuária
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Concomitante / Subseqüente	Agropecuária	Técnico em Pecuária
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Concomitante / Subseqüente	Agropecuária	Técnico Agroindustrial
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Integrado	Agropecuária	Técnico Agroindustrial
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Concomitante / Subseqüente	Informática	Técnico em Informática
Educação Superior	Graduação Tecnológica	Química	Tecnologia em Produção de Cachaça
Formação Inicial e Continuada	Não Integrado	Informática	Operação de Computadores

Fonte: Sistema de Informação Gerencial (MEC/SETEC)

Corpo docente e corpo técnico-administrativo

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – campus Salinas conta com um significativo quadro de pessoal entre docentes e técnicos administrativos em educação, conforme quadros a seguir:

QUADRO 2 - Composição do Corpo Docente de Efetivos e Substitutos

Titulação/Ano	2005		2006		2007	
	Efetivo	Substituto	Efetivo	Substituto	Efetivo	Substituto
Doutorado	03		05		06	
Mestrado	07	01	12		13	
Especialização	16	01	16	02	15	01
Graduação	04	09	03	08	02	07
Sub-Total	30	11	36	10	36	8
TOTAL	41		46		44	

Fonte: Sistema de Informação Gerencial (MEC/SETEC)

QUADRO 3 - Composição do Corpo Docente Efetivo em Capacitação

Titulação/Ano	2008
Cargo	Efetivo
Doutorando	01
Mestrando	13
Especializando	
TOTAL	14

Fonte: Sistema de Informação Gerencial (MEC/SETEC)

QUADRO 04- Composição do Corpo Técnico Administrativo em Educação

Titulação/Ano	2005	2006	2007
	Cargo		
Nível Superior	05	06	06
Nível Intermediário	67	65	65
Nível Apoio	16	16	15
TOTAL	88	87	86

Fonte: Sistema de Informação Gerencial (MEC/SETEC)

Corpo discente

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Salinas oferece os seguintes cursos: Ensino Médio em concomitância interna ao curso técnico, Técnico em Agropecuária, Técnico Agroindustrial, Técnico em Informática, Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Curso Técnico Agroindustrial Integrado ao Ensino Médio. Oferece o Curso Superior de Tecnologia em Produção de Cachaça, além destes, na modalidade educação de jovens e adultos, é oferecido o curso de formação e

inicial e continuada em Operação de Computadores como pode ser verificado no quadro abaixo.

QUADRO 05 - Corpo Discente por Modalidade de Ensino

CURSOS	EXERCÍCIO 2005	EXERCÍCIO 2006	EXERCÍCIO 2007	EXERCÍCIO 2008
Ensino Técnico (Integrado)				
1. Agropecuária		165	251	347
2. Agroindustrial			30	79
Sub-total		205	281	426
Ensino Técnico (Concomitante / Subseqüente)				
1. Agropecuária	272	149	83	17
2. Agroindustrial	106	96	36	
3. Informática	80	258	92	86
4. Pecuária	61	31		
Sub-total		494	211	103
Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)				
1. Informática		16	08	
Sub-total		16	08	
Formação Inicial e Continuada				
1. Operação de Computadores		138	89	
Sub-total		138	89	
Ensino Superior				
1. Tecnologia em Cachaça	30	84	127	139
Sub-total	30	84	127	139
Ensino Médio				
1. Ensino Médio	412	227	97	
Sub-total	412	227	97	
TOTAL	961	1.164	813	668

Fonte: Sistema de Informação Gerencial (MEC/SETEC)

No ano de 2010, o IF já ampliou suas vagas, com um aumento considerável no número de servidores técnico-administrativos de 92 para 107; e no corpo docente de 37 professores para 59. Isso possibilitará o desenvolvimento de novos cursos oferecidos com conseqüente crescimento no número de alunos nas modalidades: integrado, concomitante, subsequente, ou seja, na educação profissional de nível médio, se perspectiva a criação dos cursos técnicos em: design - artesanato, gestão ambiental, mineração, secretariado e, no PROEJA⁶, o curso Técnico em Informática.

Na modalidade de educação superior foram criados os cursos de Engenharia Florestal, Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química com entrada no primeiro semestre de 2010; tem-se a previsão de iniciar o curso de Medicina Veterinária no segundo semestre de 2010 e Ciência da Computação no primeiro semestre de 2011. Essas possibilidades permitirão que o IFNMG – Campus Salinas atinja a expectativa de alcançar, já no corrente ano mais de mil estudantes.

⁶ Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de educação de jovens e adultos.

1 Educação Profissional no Brasil

1.1 Alguns aspectos do histórico da Educação Profissional e Tecnológica - da década de 1940 aos dias atuais

O IFNMG – Campus Salinas foi criado originalmente como Escola de Iniciação Agrícola de Salinas, teve sua construção no dia 02 de setembro de 1953, sendo que suas aulas se iniciaram no dia 1º de março de 1956. Levando esse fato em consideração é a partir dessa época que é realizado esse breve histórico.

Para Manfredi (2002, p. 99), a organização do ensino profissional era bastante diferenciada, cabendo tanto a iniciativas públicas quanto privadas. Uma comissão, presidida pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, recebeu a função de organizar o sistema de ensino brasileiro. As “leis Orgânicas”, ou “Reforma Capanema”, decretadas a partir de 1942⁷, redefiniram os currículos e as articulações entre os cursos, ramos, ciclos e graus. Essa política educacional do Estado Novo legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio para as classes menos favorecidas. O que na percepção de Santos (2007, p. 205) teve como gênese no preconceito contra ao trabalho manual que aparece desde o início do período escravocrata, que por sua vez estava centrado muito mais no tipo de inserção do trabalhador na sociedade que na natureza do trabalho em si.

As leis orgânicas propostas por Capanema são substituídas de fato, apesar de sofrer algumas alterações em 1961 quando é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases 4.024, que permite uma articulação completa entre os ensinos secundário e profissional, resolvendo uma das principais contradições, quando permite o ingresso em qualquer curso do ensino superior para qualquer aluno que estivesse concluído o ramo secundário ou profissional e além disso, estender ao SENAI a mesma organização que estava prevista no sistema público de ensino. (SANTOS, 2007, p. 218-219).

No entanto, não possibilitou em sua completude o rompimento da dualidade entre ensino propedêutico e profissionalizante. Conforme atesta Kuenzer (2007, p.15), a

⁷ Essa data é levada em consideração porque quando a instituição estudada foi criada era essa organização legislativa que estava em vigor.

referida Lei “não altera a essência do princípio educativo tradicional, que é a existência de dois projetos pedagógicos distintos que atendem às necessidades definidas pela divisão técnica e social do trabalho de formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais através de sistemas distintos”. Problema que acredita –se ainda está presente na prática efetiva não através de dois projetos pedagógicos, mas através de concepções diferentes e ausência efetiva de diálogo entre os educadores do ensino propedêutico e do ensino profissionalizante com intuito de possibilitar uma verdadeira integração.

O governo militar com a aprovação da Lei 5.692/71, instituiu a profissionalização compulsória, isto é, o 2º grau deveria ser profissionalizante. Segundo Manfredi (2002, p.105), isso aconteceu “num momento em que o país objetivava participar da economia internacional e, neste sentido, delegou ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para a absorção pelo mercado”.

Na visão de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 33), essa Lei possuía “um duplo propósito: o de atender à demanda por técnicos de nível médio e o de conter a pressão sobre o ensino superior. Santos (2007, p. 219) diz que os efeitos dessa reforma sobre o ensino médio foram o de não produzir nem a profissionalização, nem o ensino propedêutico, tendo em vista o fracasso da política educacional aplicada pelo regime militar.

Porém, essa lei que colocou o ensino profissional em instituições sem aptidão, sem estrutura física adequada e recursos humanos preparados para atuar nessa modalidade, aos poucos foi sofrendo adequações até chegar a Lei 7.044 de 1982, que extinguiu a obrigatoriedade do ensino profissional no 2º grau, e mudou a concepção substituindo o termo “qualificação para o trabalho” pelo termo “preparação para o trabalho”. Segundo Kuenzer (2007, p. 52), essa nova Lei nada mais era do que a acomodação do caos, uma saída conservadora e nociva à classe trabalhadora, a quem não interessa um propedêutico equivocadamente apresentado como geral, mas sem ser básico voltado exclusivamente para ingresso dos mais competentes na Universidade.

Desde a promulgação da Lei 5692/71 até a aprovação da nova LDB, em 1996, o sistema de ensino brasileiro permaneceu com a mesma configuração. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) e o Decreto Federal 2208/97 instituíram bases para a reforma do ensino profissionalizante no Brasil. Isso significa que todas as instituições públicas e privadas de Educação Profissional terão de ajustar às novas diretrizes

educacionais estabelecidas pela legislação em vigor, gestando uma nova institucionalidade a Educação Profissional no Brasil (MANFREDI, 2002).

No Brasil, após vinte anos de regime ditatorial, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9.394/96, que surge dentro de um contexto de (re) democratização do país, propondo diferentes caminhos para a educação nacional. Esse texto legal contém recuos e avanços, propõe aberturas e reformas no processo de ensino e na formação do indivíduo para o mercado de trabalho no mundo globalizado e tecnologicado. A partir desse período, várias discussões foram levantadas sobre a educação profissional brasileira.

Porém, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 25), esta discussão já se iniciara em 1988 quando a luta da sociedade brasileira por uma escola pública de qualidade culminou com a apresentação do primeiro projeto de LDB à Câmara dos Deputados, em dezembro desse mesmo ano, pelo Deputado Federal Otávio Elísio. Referindo-se ao ensino de 2º grau, ele assim se pronunciou: “A educação escolar de 2º grau [...] tem por objetivo propiciar aos adolescentes a formação politécnica necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo”. Este anteprojeto apontava para uma formação profissional integrada à formação geral, com aspectos humanísticos e científico-tecnológicos, mas após várias ementas se transformou no denominado Substitutivo Jorge Hage.

Simultaneamente, outros projetos sobre educação estavam sendo debatidos, com propostas de grupos de visões diferentes. Foi quando surgiu no Senado o substitutivo de Darcy Ribeiro, endossado pelos senadores Marco Maciel e Maurício Correa, que comungavam com o governo da época. Após vários debates, foi aprovada, em 20 de dezembro de 1996, não da forma sugerida a princípio, mas com alterações, a Lei nº 9.394, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. (SAVIANI, 2001). Apresentam-se esses aspectos que são representativos do momento inicial até aprovação da LDB mesmo sabendo que não cabe nesse momento relatar os trâmites da referida lei nas casas legislativas.

A LDB reserva um espaço para tratar da Educação Profissional, um capítulo específico dentro do título “V”, que trata dos níveis e das modalidades de educação e ensino. Em seu Artigo 39, a LDB ressalta: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao

permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.” Dando prosseguimento, no Artigo 40, institui as formas de articulações: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. Os artigos 41 e 42 tratam da possibilidade de se justificarem conhecimentos adquiridos na educação profissional ou fora do ambiente escolar, e do oferecimento de cursos especiais (além dos cursos regulares), abertos à comunidade pelas escolas técnicas e profissionais, respectivamente. (BRASIL, 1996). Após a aprovação da referida LDB, o governo entendia que as principais diretrizes da Educação Profissional estavam contempladas no curto capítulo III da Lei, sendo suficiente a normatização via decreto presidencial (CUNHA, 2005).

No âmbito do Decreto 2.208/97 em seu Art. 5º, que trata da Educação Profissional de Nível Técnico, observa-se “[...] que embora ele admita a oferta concomitante entre o ensino médio e o ensino técnico, a separação dos tipos de ensino evidencia que eles não integram o mesmo processo formativo, mantendo assim a dualidade até então existente” (CARVALHO, 2003, p. 83). Esse Decreto influenciou a educação profissional e a manteve separada do ensino médio por quase uma década, sendo um dos principais fatores responsáveis pela aplicação do ensino como um processo reprodutor de um saber parcelado.

A partir dessa mesma perspectiva, Ferreti e Silva Jr. (2000, p. 51), ao averiguarem a reforma, entendem que ela:

[...] reproduz a dualidade histórica do ensino brasileiro entre educação geral e profissional, uma vez que, diferentemente do que afirma o documento, não apenas teremos a continuidade de uma educação profissional dirigida aos que têm baixa escolaridade e inserção social desfavorável, como também a teremos como paliativo ao desemprego gerado pelas mesmas circunstâncias históricas e paradigma produtivo que leva o MEC a pautar a educação pelo “modelo de competência”. E a teremos, como sempre, também assistencialista, contrariando o documento.

Com o Decreto 2.208/97, foram regulamentados o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42, da nova LDB, correspondentes à educação profissional, que estabelece os seguintes níveis: básico, que se destina à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio; tecnológico, correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinado a egressos de

ensino médio e técnico (SANTOS, 2007, p. 222).

Com relação a essa situação Manfredi (2002, p.133) revela que as medidas legais acima estabelecem uma separação entre o ensino médio e o profissional, gerando sistemas e redes distintas e contrapondo-se à perspectiva de uma especialização profissional com etapa que ocorreria após conclusão de uma escola básica unitária.

As mais recentes transformações da Educação Profissional se estabeleceram no governo Lula com a inserção de novas políticas públicas e diretrizes para o Sistema Educacional. Um dos primeiros passos traçados pelo então governo foi a revogação do Decreto 2.208/97 e a publicação da nova versão da Educação Profissional Técnica de Nível Médio por meio do Decreto 5.154/04. A partir de junho de 2004, a Educação Profissional toma novo rumo com a publicação do Decreto 5.154/04, que regulamenta o artigo 36 do § 2º e os artigos 39 a 41 da LDB, corrigiu algumas das distorções que apresentava o Decreto 2.208/97, até então o principal instrumento da educação profissional. O Decreto 5154/04 define nova orientação para a organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e prevê três alternativas de organização. “Uma delas é a forma integrada com o ensino médio, ao qual não estava contemplada na Resolução CNE/CEB nº 04/99 e proibida na Resolução CNE/CEB nº 03/98” (BRASIL, 2004). Nota-se que essa abertura do Decreto criou novas possibilidades para as escolas de educação profissional na superação do paradigma atual e da dualidade estrutural até então existente (KUENZER, 2007).

Entre as mudanças, destacam-se as novas orientações para a educação profissional do país, que passou a ter a seguinte configuração:

- I - formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II - educação profissional técnica de nível médio; e
- III - educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2004).

Este Decreto também fixa uma nova forma de articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, isso após o aluno ter concluído o ensino fundamental:

- I – Integrada, onde o aluno cursa o ensino médio e o profissional na mesma instituição, com matrícula única para cada aluno;
- II – Concomitante, onde a complementaridade entre educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõem a existência de duas matrículas, uma para cada curso, podendo ocorrer:
 - a) na mesma instituição de ensino;

- b) em instituições diferentes, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis; ou
 - c) em instituições diferentes, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de intercomplementaridade de projetos;
- III – subsequente, oferecida a quem já concluiu o ensino médio (BRASIL, 2004).

Ainda podem-se perceber avanços, dessa forma, seria um momento ímpar de integrar os conhecimentos propedêuticos da educação geral aos conhecimentos práticos e tecnológicos da educação profissional da preparação para o trabalho. Com isso, seria permitida aos jovens a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais e políticos do atual sistema produtivo, inserindo, no campo educacional, novos desafios que a educação integradora deve enfrentar:

[...] desconstruir, primeiramente, do imaginário das classes populares, o entulho ideológico imposto pelas classes dominantes da teoria do capital, da pedagogia das competências, da empregabilidade, do empreendedorismo e da idéia que cursinhos curtos profissionalizantes, sem uma educação básica de qualidade, os introduzem rápido ao emprego (FRIGOTTO, 2005, p. 77).

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) o decreto 5.154/2004 propiciou as modificações já abordadas no âmbito da organização da educação profissional, possibilitando a integração entre ensino médio e a educação profissional. O decreto revogou a Portaria 646/9, que reduzia o acesso ao ensino médio entre outras determinações. Porém, não atendeu a todas as expectativas, isto é, não mudou por inteiro o desmonte produzido pelo Decreto anterior. Os autores ressaltam ainda que:

O conteúdo final do Decreto 5.154/04, por outro lado sinaliza a persistência de forças conservadoras no manejo do poder de manutenção de seus interesses. Mas, também pode revelar a timidez política do Governo na direção de um projeto nacional de desenvolvimento popular e de massa, cujo corte exige reformas estruturais concomitantes, (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS 2005, p. 53).

Apesar de o novo Decreto propor novos caminhos para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, paradoxalmente, o Parecer nº 39 de 08 de dezembro de 2004 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação manteve a validade das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional, ratificando a política da empregabilidade⁸, da educação por competências

⁸ Para FRIGOTTO, op. cit., a empregabilidade para o governo e empresários na sociedade capitalista é vista como a redução do trabalho a mercadoria força-de-trabalho.

estabelecidas mais a frente, e dando continuidade à educação dentro dos princípios neoliberais (KUENZER, 2007).

Outras importantes decisões foram tomadas no início do ano 2000: a revogação da Lei 9.649/98, que inviabilizava a expansão da rede federal de educação tecnológica e que hoje se encontra em franco crescimento; e a publicação do Decreto, 5.224 de outubro de 2004, que possibilitou aos CEFETs atuarem em todos os níveis da educação tecnológica, desde o básico até a pós-graduação.

Mesmo diante das mudanças e avanços apontados, cabe afirmar que na educação existe uma discussão teórica preocupada com a relação da educação profissional e o contexto atual, bem como suas concepções e prática pedagógica. Estas idéias dão subsídios para aprofundar as discussões, por meio da pesquisa, e pensar em uma educação profissional voltada para a formação cidadã e a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

1.2 Rede federal de Educação Profissional e Tecnológica - e a política pública de criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

O Ministério da Educação criou um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica a partir de 2009. Estruturado a partir do potencial instalado nos atuais CEFETs, ETFs, EAFs e Vinculadas às Universidades Federais, os novos Institutos Federais - IFs que de acordo com o governo permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico. Os novos IFs atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador. Este novo arranjo educacional abrirá novas perspectivas para o ensino médio, por meio de uma combinação do ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008, p.5).

À luz de um novo cenário para a educação brasileira, o Plano Nacional de Educação – PNE⁹ estabeleceu como um dos objetivos para a Educação Tecnológica e Formação Profissional, através de sua meta número nove:

Transformar, gradativamente, unidades da rede de educação técnica federal em centros públicos de educação profissional e garantir, até o final da década, que pelo menos um desses centros em cada unidade federada possa servir como centro de referência para toda a rede de educação profissional, notadamente em matéria de formação de formadores e desenvolvimento metodológico (BRASIL, 2001).

De acordo com a exposição de motivos encaminhada pela SETEC/MEC ao senhor Presidente da República, os IFs constituem-se em um arranjo educacional que

[...] articula, em uma experiência institucional inovadora, todos os princípios que informaram a formulação do Plano de Desenvolvimento da Educação. Esse arranjo pode abrir excelentes perspectivas para o ensino médio, hoje em crise aguda. Por meio de uma combinação virtuosa do ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica, os Institutos Federais podem colaborar para recompor a espinha dorsal do ensino médio público (BRASIL, 2008).

A partir da própria análise do caminho da legislação, com o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, pode-se perceber claramente que essa política pública apresenta dificuldades para uma discussão mais aprofundada. Nesse sentido, se traz para contribuir com essa discussão: Domingos Sobrinho e Caldas, além das Concepções e Diretrizes do IFET.

Além disso, cabe ainda ressaltar a visão do movimento sindical e popular (SINASEFE) que faz uma crítica à proposta e anúncio da criação dos IFs:

O SINASEFE vem a público manifestar sua indignação com a atitude do MEC de propor/anunciar uma minuta de Decreto tratando da constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, sem as devidas consultas às instituições representativas das classes que fazem a Educação Profissional neste País. Lamentamos profundamente a forma arbitrária e antidemocrática da atitude em questão, na qual comprova mais uma vez que a Educação Profissional precisa ser respeitada e tratada como uma política de Estado e não como uma política de governo SINASEFE (2008).

⁹ Em 09 de janeiro de 2001 foi sancionada a Lei nº 10.172 que estabelece o Plano Nacional de Educação.

O texto de Domingos Sobrinho (2008, p.1), primeira reflexão elaborada pela SETEC, após a edição do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, se preocupa ainda em comentar as reações dos atores diante dessa nova proposta de rearranjo da rede de educação profissional e tecnológica:

Tendo em vista que o decreto foi editado sem prévio debate com a rede federal, esse fato suscitou como seria de esperar, uma babel de reações semânticas, ideológicas, políticas e outras, típica dos processos de construção psicossocial, quando uma novidade se insere em determinado universo simbólico.

Ainda, segundo Domingos Sobrinho (2008, p.3) como a discussão que vigorava na época era a de transformação de alguns Cefets em Universidade Tecnológica, a possibilidade dos Institutos causou certo “estranhamento”, pois esse não apresentava uma percepção no campo das representações sociais. No decorrer do texto, faz um resgate da história da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica

As raízes dessa discussão remontam ao período em que as Escolas Técnicas Federais foram progressivamente transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, processo iniciado com a Lei n.6.545/78, que criou os Cefets Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e aprofundado no bojo das reformas da EPT ocorridas durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A partir de então, as instituições da rede foram autorizadas a ofertar, além do curso técnico, a graduação em Engenharia Industrial, os cursos de tecnólogos e licenciaturas voltadas para a formação de professores do ensino técnico e dos cursos de tecnólogos, a pós-graduação *lato sensu* e, com o passar do tempo, a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Sem discutir mais detidamente a respeito desse percurso da Rede Federal, Domingos Sobrinho (2008, p. 3-6) admite “que está aí a gênese da reconfiguração identitária dos agentes e das instituições de EPT”. A partir desse trecho do artigo apresenta a dimensão política do debate na qual compara a ação do governo FHC e Lula no que refere aos “projetos para o país e a educação como um todo”. Apresenta, ainda, uma seção que fala da dimensão simbólica da nova institucionalidade, onde assinala que: “os Institutos precisam, antes de tudo, adquirir sentido para os agentes que compõem a rede”.

No artigo de Pacheco (2008) e nas Concepções e Diretrizes do IFET (Brasil, 2008, p.27) encontram-se, ainda, fundamentos teóricos, nos quais o autor diz assentar a política da atual equipe dirigente da SETEC e que certamente subsidiará os IFs: as concepções da educação integral e politécnica e do trabalho enquanto princípio educativo e empenho

com a construção de nova sociedade inclusiva, igualitária e democrática, através da formação integral do educando, promovendo o seu crescimento humano científico e tecnológico, comprometido com a ética, com o desenvolvimento sustentável e inclusivo e com a diversidade cultural entendida como patrimônio da sociedade.

Segue um histórico sobre a legislação e documentação que trata desta política pública:

- Abril/2007 – Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007 - estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET.
- Dezembro/2007 - chamada pública MEC/SETEC nº. 002/2007 - propostas para a constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET,
- De março a junho de 2008: realização com gestores da Rede Federal de Ciclo de palestras para discussão, no âmbito dos IFETs, dos seguintes temas: Licenciaturas, Engenharias, Ensino Médio Integrado, PROEJA, Formação Inicial e Continuada, Extensão e Certificação.
- Junho/2008 - Projeto Lei Nº. 3775 - institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET a partir dos Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e de Minas Gerais; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais que possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar; Concepção e Diretrizes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET - documento disponibilizado no sítio do MEC; Relação de campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET - documento disponibilizado no sítio do MEC.
- Outubro/2008 – Consulta Pública: Princípios norteadores das engenharias nos Institutos Federais. Novembro/2008 - Consulta Pública: Licenciaturas em Ciências da Natureza

- Dezembro/2008 - Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2009. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Quanto às características do IFET, de acordo com a Lei Nº. 11.892/2008, a educação ofertada por esta instituição abrangerá a educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades de ensino, tais sejam, educação superior, básica e profissional. Para fazer jus a esta característica o IFET tem como objetivo, não delimitado no tempo, ou mesmo função, “a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional” (BRASIL, 2008 b, p.23).

O relatório da deputada Andréia Zito (Brasil, 2008) aponta

[...] que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia deverão, ainda, atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador. Para manifestar este compromisso, a presente proposta estabelece a vinculação de um mínimo de 50% das vagas ofertadas em cada Instituto Federal destinando-se à oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, preferencialmente integrada ao ensino médio, de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e de cursos de educação profissional na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA). Além disso, no mínimo 20% das vagas ofertadas em cada Instituto Federal deverão ser destinados aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, destinados à formação de professores e especialistas para as disciplinas científicas do ensino médio e da educação profissional.

É, portanto, meta desta política integrar instituições de educação profissional e tecnológica para que estas trabalhem unidas, segundo os arranjos produtivos locais, para que o desenvolvimento flua do local e do regional construindo uma base sólida para o desenvolvimento nacional.

Em seu texto, Rua (1998), ainda diz que “o processo de implementação pode ser uma sequência da formulação, envolvendo flexibilização, idas e vindas, um contínuo processo de interação e negociação ao longo do tempo entre aqueles que querem pôr em prática uma política e os responsáveis pela execução dessa política”. Neste sentido, é possível concluir que muitas falhas que ocorreram no processo de criação dos Institutos Federais poderão e deverão ser corrigidas na sua implementação.

Sacristán (1998) defende a tese de que programas de reforma merecem juízos de valor muito desiguais, pois uma reforma pode mudar para melhor ou para pior,

dependendo do ponto de vista e dos efeitos causados. Toda mudança sempre vem acompanhada de perdas e ganhos, mas cabe hoje, pensar na implantação desse novo modelo organizacional, pois é essa implementação que fará com que os IFs consigam atingir os objetivos que estão destinados. Se os CEFETs e EAFs já desempenham ou não o papel destinados aos IFs, isso agora é secundário perto dos esforços que têm que ser empenhados no sentido de colocar em prática esse novo modelo. Resta saber se toda essa teoria será realmente colocada em prática quando da sua implementação.

1.3 Desafios da Educação Profissional e Tecnológica

O atual paradigma exige mais que o desenvolvimento de habilidades inerentes ao fazer profissional, necessárias a desempenho de uma atividade produtiva. É imprescindível também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, socioeconômicos e culturais do trabalho, que conduza a uma formação técnico-profissional de caráter integral, que associe os conceitos teóricos com as práticas tecnológicas e a vivência dos problemas reais da sociedade, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, criativo e de cidadania, preponderantes para que o indivíduo desempenhe um papel de agente transformador da realidade social.

As incontáveis mudanças que vêm ocorrendo na Educação desde a década de 1980, exigência das profundas transformações culturais que têm-se presenciado desde as décadas finais do século passado, tendem à institucionalização da democracia e o aprimoramento da eficiência e da qualidade da educação pública, bem como a concepção de uma nova forma de gerir escolas no Brasil. A educação que se conhece hoje tem entre os seus desafios atender às demandas do mercado de trabalho, em decorrência disto a oferta da formação necessária para garantir o direito ao trabalho e à cidadania. Neste contexto, vários questionamentos são feitos sobre o melhor caminho a ser utilizado no trabalho pedagógico e na construção dos conhecimentos necessários para uma vida digna no mundo globalizado e tecnológico, na qual a educação e o trabalho devem figurar como condições de autonomia e libertação do homem e não como instrumentos de subjugação aos ditames do grande capital.

As novas concepções da educação profissional, fruto da regulamentação dos artigos 39, 40, 41 e 42 da LDB 9.3494/96, o decreto 2.208/97 e as Referências

Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico são alguns dos responsáveis, do ponto de vista da legislação, por aspectos atinentes à reforma educacional, ocorrida, de acordo com Ferreti e Silva Junior (2000), no período das “recentes transformações do capitalismo”, em um processo de modernização do país, abertura econômica e a substituição do governo pela iniciativa privada por meio das privatizações.

Diante desse contexto de mudanças, tem-se que pensar na formação docente. Ciavatta (2006) levanta a hipótese que dentro dessas transformações seria necessário repensar a formação dos professores para as disciplinas técnicas da educação profissional, tendo em vista o reduzido número de profissionais licenciados para suprir a demanda do Ensino Médio Profissionalizante. Nesse sentido, pode-se ressaltar que o MEC, através da SETEC, já está realizando estudos com a possibilidade imediata de implementação de licenciaturas para a educação profissional. Cabe afirmar que de fato está-se passando por um processo de mudanças de paradigmas no mercado de trabalho e nas relações pessoais e, nessa vertente a qualidade da educação se torna cada vez mais essencial para diminuir as desigualdades sociais.

A esse respeito Carvalho (2003, p. 164) propõe uma educação profissional voltada para a classe trabalhadora que priorize:

[...] a valorização da escola pública, da necessidade de garantir o acesso dos trabalhadores à educação formal, não como forma de adequá-lo aos objetivos de produtividade do capital, em sua fase atual, mas como forma privilegiada de assegurar ao trabalhador um conjunto de conhecimentos tecnológicos, científicos, filosóficos, etc. que lhe possibilite uma melhor inserção no mercado de trabalho, mas, sobretudo, a constituição de uma cidadania efetiva que lhe instrumentalize para a compreensão, crítica e transformadora do mundo do trabalho

Ainda nessa linha de raciocínio, que não tem o mercado de trabalho como norteador da educação, Silva (1992, p. 170) alerta que:

Nós vemos a educação com papel diferente daquele comumente esperado. A maior parte dos educadores e das pessoas que tomam decisões vê o sistema educacional como exercendo um papel reativo com respeito ao trabalho. Em sua visão, o sistema educacional deve simplesmente reagir às necessidades futuras do mercado de trabalho [...]. Em contraste, nós vemos um papel mais ativo em moldar o futuro para a educação. Em nossa visão, a educação não apenas responde às necessidades do local de trabalho: ela tem o poder de moldar aquelas necessidades.

Inglat e Freitas (1999) lembram que “nota-se a clareza sobre o processo educacional desconsiderando a formação calcada na reflexão crítica, onde a educação está se resumindo a instrução frente à especialização para futuras profissões”. Assim, a educação deve contribuir não apenas para a capacidade formal do manejo do conhecimento, mas, sobretudo para a habilidade de nela intervir como sujeito capaz de história própria (DEMO, 2001).

Nesse contexto, persegue-se um entendimento, conforme aponta Boaventura (1994, p.29): “Cabe zelar por um universo mais amplo, que diz respeito ao ser humano, sua cultura, sua história e a realização de sua cidadania, mais do que mera profissionalização”. No entendimento de Carnoy (1987) e de Carvalho (2003), o papel da escola não é meramente a formação de mão-de-obra qualificada a serviço da produção e do uso das novas tecnologias, pois a educação profissional como uma alavanca responsável pela formação cidadã e profissional do indivíduo também tem como finalidade uma educação responsável pela formação politécnica e propedêutica, que ofereça condições educacionais para a emancipação do educando enquanto sujeito pensante.

Nesse sentido, o objetivo principal da gestão participativa da educação, em especial da Educação Profissional e Tecnológica, deve afinar-se com o desenvolvimento de seres humanos de autônomos, tecnicamente preparados, com a capacidade intelectual e emocional de exercerem em plenitude a cidadania no mundo moderno. Além disso, cabe destacar a importância de uma formação digna para a inserção no mundo do trabalho, que deve ter sido conquistada com a profissionalização sendo reconhecida e com o sistema de proteção ao trabalho no Brasil: como carteira assinada, seguro desemprego entre outros¹⁰.

Para tanto, é preciso desenvolver a atitude participativa, no sentido estrito do termo “participação”, dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Configura-se, assim, única forma viável, de diminuir a desigualdade no acesso as oportunidades no que tange não só à formação técnica específica para um determinado fazer, mas, principalmente, à implementação de uma prática pedagógica que desenvolva no educando a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico e do conhecimento que dá forma ao saber técnico e ao ato de fazer, com a valorização da cultura do trabalho

¹⁰ Maiores informações acerca dessa temática podem ser encontradas em: CASTIONI, Remi. *Sistemas de Proteção ao Trabalho no Brasil*. Campinas – SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

e com a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões profissionais e ao monitoramento dos seus próprios desempenhos profissionais (BRASIL, 2005).

No âmbito das políticas públicas, a participação democrática, que compõe os subsídios emancipatórios, abrange de modos diferentes, todos os espaços de prática social e o seu princípio é o da democracia sem fim. Da mesma forma, que a solidariedade é um processo de subjetivação e de intersubjetivação, a participação é um processo de democratização emancipatória na conquista incessante de espaços novos e de formas novas de cidadania individual e coletiva (FERREIRA, 2000, p. 173).

Essa participação democrática, portanto, constitui um insumo essencial à elaboração, implementação, acesso e avaliação de políticas públicas que promovam superação do viés compensatório; a relação democrática entre as instâncias governamentais, e destas com as instituições; a participação democrática interna a estas instituições, concretizada na participação da comunidade nas normatizações e na composição e eleição de seus órgãos diretivos; de modo a promover a construção de uma educação mais ampla, afinada com as propostas de uma cidadania ativa e crítica que promova a inclusão social.

2 Modelos de Gestão Organizacional

Na administração pública brasileira, identificam-se três modelos de administração observáveis na evolução do aparelho estatal: o modelo patrimonialista, o modelo burocrático e o modelo gerencial. Conforme Torres (2004:141):

Esses três modelos convivem e sempre conviveram simultaneamente no âmbito da administração pública brasileira. A verdade é que mesmo o modelo burocrático não foi plenamente implantado no Estado brasileiro, que permanece sendo administrado através de práticas que desconhecem ou ignoram os princípios da impessoalidade, publicidade, especialização, profissionalismo, etc. [...] Max Weber define o patrimonialismo como formas de dominação política tradicional em que não há uma separação visível entre esferas públicas e privadas, em que esses dois domínios se misturam na concepção do governante, que entende e controla o Estado como se fosse uma extensão do seu próprio domínio privado.

Corroborando, com esse pensamento Bresser-Pereira (2008, p. 174) afirma que:

Na história do desenvolvimento capitalista só ocorreram duas grandes reformas administrativas do Estado. A primeira é a reforma burocrática, que aconteceu nos países desenvolvidos no século XIX, e no Brasil nos anos 1930 [...]. A segunda é a chamada reforma gerencial, também denominada reforma da gestão pública. Essa reforma começou na Inglaterra, Nova Zelândia e Austrália nos anos 1980, se espalhando por todo norte da Europa e por boa parte dos Estados Unidos. O Brasil é o primeiro país em desenvolvimento que iniciou-a, em 1995.

Até a Revolução de 1930, o Estado brasileiro era controlado por uma elite agrária composta de aristocráticos proprietários rurais. Com o processo de industrialização e urbanização, o Estado teve de ser rearranjado para atender às demandas modernizantes de uma incipiente burguesia nacional.¹¹ A partir daí começa a implantação do sistema burocrático nos moldes weberianos, buscando a afirmação dos princípios de mérito, da centralização, da separação entre público e privado, da hierarquia, da impessoalidade.

O Estado brasileiro, no início do século XX, era um Estado oligárquico e patrimonial, no seio de uma economia agrícola mercantil e de uma sociedade de classes mal saída do escravismo. Cem anos depois, é hoje um Estado democrático, entre

¹¹ Sabemos que, na realidade, este foi um processo bem mais complexo, cuja discussão, extrapola os limites desta dissertação. Para maiores informações, consultar: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.

burocrático e gerencial, presidindo sobre uma economia capitalista globalizada e uma sociedade que não é mais principalmente de classes, mas de estratos: uma sociedade pós-industrial (BRESSER-PEREIRA, 2001, P. 225).

Com o intuito de definir patrimonialismo, apresenta-se essa conceituação de Mendonça (2000, p.51)

Objetivando a administração patrimonial a satisfação das necessidades pessoais, de ordem privada, da família do chefe da casa. Ao tratar a administração como coisa particular, o senhor seleciona os servidores na base da confiança pessoal, sem delimitação clara de funções. Os servidores atuam por dever de respeito e obediência. Sob o patrimonialismo, os direitos e obrigações são alocados de acordo com o prestígio e o privilégio de grupos estamentais. (MENDONÇA, 2000, p. 51).

Ainda nessa linha de raciocínio: O conceito de patrimonialismo buscado em Weber “é usado para se referir a formas de dominação política em que não existem divisões nítidas entre as esferas de atividade pública e privada” (SCHWARTZMAN, 1982, p. 43). O patrimonialismo constitui “uma forma de organização social baseada no patrimônio, uma forma tradicional de organização da sociedade, inspirada na economia e no poder doméstico e baseada na autoridade santificada pela tradição” (MENDONÇA, 2000, p. 50). A propriedade pública confunde-se com a do senhor. Sobre ele recaem todas as obrigações de fidelidade e obediência.

As relações de fidelidade e confiança entre senhores e dominados são as bases para a composição do quadro administrativo. Nesse tipo de associação, a tradição torna-se norma e é quase impossível criar novo direito (WEBER, 1991b). A obediência cega em sistemas patrimoniais é algo intrínseco ao sistema, uma vez que

O que importa, para Weber, mais que a obediência real, é o sentido e o grau de sua aceitação como norma válida – tanto pelos dominadores, que afirmam e acreditam ter autoridade para o mando, quanto pelos dominados, que creem nessa autoridade e interiorizam seu dever de obediência. (CAMPANTE, 2003, p. 155).

Podem-se identificar no Estado patrimonial alguns aspectos responsáveis pelo inadequado funcionamento da máquina administrativa, o que compromete sua modernização e racionalização, a saber:

Os fundamentos personalistas do poder, a falta de uma esfera pública contraposta à privada, a racionalidade subjetiva e casuística do sistema jurídico, a irracionalidade do sistema fiscal, a não-profissionalização e a tendência intrínseca à corrupção do quadro administrativo, tudo isso

contribui para tornar a eficiência governamental altamente problemática no patrimonialismo, especialmente em comparação à eficiência técnica e administrativa. (Ibidem, p. 161).

Entretanto, no Estado patrimonial, no qual a distinção entre o público e o privado é quase que imperceptível, o costumeiro é a apropriação do público pelo privado, característica presente em toda a máquina administrativa e política. O Estado patrimonial e o estamento que o domina acabam por se fortalecer frente à sociedade civil devido às suas características de gigantismo, sua centralidade e seu empreendedorismo na qualidade de produtor da riqueza da nação (MENDONÇA, 2000, p. 443), o que reflete num terreno pouco fértil para favorecer aspectos como participação e democracia.

Segundo Schwartzman (1982, p. 53):

A coexistência de um Estado com fortes características neopatrimoniais levou, no passado, à tentativa de organização da sociedade em termos corporativos tradicionais, criando uma estrutura legal de enquadramento e representação de classes que perdura até hoje.

De acordo com as palavras de Pinheiro (1991, p.89):

O Estado sempre foi levado a assumir uma participação efetiva na sociedade como agente e promotor do desenvolvimento. As classes dominantes não foram capazes de exercer sua hegemonia sem a presença do Estado interventor. Usaram-no, porém, como suporte de seus interesses privatistas imediatos e não como instrumento público moderno de representação do bem-comum. Dessa forma, o Estado brasileiro, embora forte e atuante, carregou um contrapeso privatista e autoritário.

Ou ainda, Ferreira (1993, p. 28-29) nessa fala bastante reveladora diz que:

O Estado não se dá a conhecer pela soma ou a justaposição de conhecimentos parcelares que sobre ele possam ser produzidos. Como realidade processual, ele dificulta a identificação das zonas-limite de sua própria atuação. Sua aparente coesão oculta tensões reprimidas, forças contidas, contradições internas e externas que lhe são inerentes. Sua representação fala do contínuo e do descontínuo, já que em cada sociedade ele se constitui por uma multiplicidade de combinações de forças sociais específicas daquele contexto.

Retomando a contextualização histórica, a partir de 1930 começa a implantação do modelo burocrático nos moldes weberianos, buscando a afirmação dos princípios de mérito, da centralização, da separação entre público e privado, da hierarquia, da impessoalidade. Nessa época, a administração pública era concebida por meio de uma

matriz de gestão denominada estadocêntrica, no qual o “público” localizava-se no Estado, fortemente centralizado do ponto de vista político-administrativo, a partir do qual as estratégias de desenvolvimento são pensadas. Segundo Keinert (2000: 114), referindo-se a matriz estadocêntrica:

[...] de toda a produção em Administração Pública do período de 1937-1979 – Recursos Humanos e Organização Administrativa – verifica-se que se restringia a uma visão: [...] centrada no aparelho do Estado de maneira unilateral, numa situação de inexistência ou negação da sociedade civil, considerando o Estado o grande sujeito das questões públicas.

Com o passar do tempo, esse modelo começa a apresentar-se inadequado, de acordo com os estudos de Bresser-Pereira (2000, 2001), a reforma burocrática foi um grande avanço ao romper com o patrimonialismo e estabelecer as bases para o surgimento da administração profissional. Foi uma verdadeira reforma porque se antepôs à administração patrimonialista e criou as instituições necessárias à racionalização burocrática e, mais especificamente, ao surgimento de uma burocracia profissional. Mas foi imposta de cima para baixo. Não respondia às reais necessidades contraditórias da sociedade e da política brasileiras. O Estado necessitava de uma burocracia profissional, mas fazia concessões ao velho patrimonialismo, que na democracia nascente assumia a forma de clientelismo. Por outro lado, a elite burocrática deveria ser profissional, mas liberada das amarras do formalismo.

No caso do Brasil como mais tarde ela ocorreu, mais se caracterizou como uma reforma fora do tempo, na medida em que exigia a observância dos princípios da administração pública burocrática, em um momento em que o desenvolvimento tecnológico tornava-se acelerado e o Estado assumia papéis crescentes na área econômica e social. O Estado burocrático estava preocupado em não ser eficiente, mas ser efetivo, garantir sua autoridade e a lei. Portanto, que se envolva uma segunda grande reforma, a gerencial, que terá como resultado nos países que já estão avançados na sua realização, o Estado gerencial. (BRESSER PEREIRA, 2000, 2001, 2008).

O espaço público começa a identificar-se mais com a sociedade e menos com o Estado, surgindo então representações que pleiteavam que este se tornasse mais acessível à participação popular (todos decidem sobre as políticas de desenvolvimento: Estado, cidadão, instituições, enfim, uma vasta rede de agentes sociais) tendo como consequência a necessidade de novos formatos institucionais, sendo adotado, pois, o

modelo gerencial com uma ênfase sociocêntrica, a qual requereria uma modernização do aparato estatal.

De acordo com Bresser Pereira (2000, p. 22-23):

As formas burocráticas rígidas constituíam um obstáculo ao desenvolvimento quase tão grande quanto as distorções patrimonialistas e populistas, a reforma procurou substituir a administração pública burocrática por uma “administração para o desenvolvimento”: distinguiu com clareza a administração direta da administração indireta, garantiu-se às autarquias e fundações deste segundo setor, e também às empresas estatais, uma autonomia de gestão muito maior do que possuíam anteriormente, fortaleceu e flexibilizou o sistema do mérito, tornou menos burocrático o sistema de compras do Estado.

Segundo Matias Pereira (2008, p. 75):

A reforma do Estado brasileiro deflagrada em 1995 teve como objetivo, tendo parte integrante a reforma administrativa, manter equilibradas as contas públicas e, ao mesmo tempo, elevar a capacidade da ação estatal. A reforma propõe uma reconfiguração das estruturas estatais baseada na substituição do modelo burocrático de administração pública por um modelo gerencial.

No entanto Ayres (2006, p. 46) revela que embora:

Trata-se de uma questão consensual a ideia segundo a qual a adoção do modelo de gestão gerencial se configura numa das mais importantes providências administrativas tomadas pelos dirigentes públicos nos derradeiros decênios do século XX. Contudo, o gerenciamento público não constituam panaceia para todos os males da administração pública contemporânea.

Finaliza-se a reflexão de conceito acerca do modelo gerencial trazendo mais uma análise de Bresser Pereira (2001, p. 249)

A implementação da Reforma Gerencial de 1995 durará muitos anos no Brasil. Passará por avanços e retrocessos. Enfrentará a natural resistência à mudança e o corporativismo dos velhos burocratas, os interesses eleitorais dos políticos, o interesse dos capitalistas em obter benefícios do Estado. O Estado Patrimonial era um Estado por definição capturado pelos interesses de classe. O Estado Burocrático-Industrial e o Estado Gerencial são estados de transição de uma política de elites para uma democracia moderna, ou seja, em uma democracia na qual sociedade civil e a opinião pública são cada vez mais importantes.

Essa fala permite inclusive, falar mais especificamente de gestão participativa no campo educacional, nesse sentido Sá (2009, p. 157) diz que:

A gestão democrática da educação tem sido objeto de estudo de interessados tanto nas relações políticas no interior da escola quanto na relação da sociedade civil com o Estado. Na realidade, desde a promulgação da Constituição Federal em 1988 e a aprovação da Lei nº 9394/96 a temática tornou-se algo mais do que luta política. Esses marcos legais instalam uma realidade processual na sociedade no que diz respeito à possibilidade de controle social das políticas públicas educacionais e nas relações políticas e pedagógicas no interior das escolas. Um dos aspectos que mais sobressaem nos estudos são particularmente os colegiados internos no que se refere à composição e funcionamento, tanto no nível macro quanto na esfera micro

No sub-item seguinte, vai-se procurar estabelecer relações entre gestão participativa e políticas públicas; mais à frente, falar-se-á sobre o direcionamento dessa temática com a educação.

2.1 Políticas Públicas e gestão participativa

Quando um governo opta pela descentralização democrática, elege a sociedade civil como protagonista, ou seja, a participação da sociedade civil nos processos decisórios e de implementação das políticas públicas, como a verdadeira constituição de uma esfera pública capaz de rearticular a noção de espaço público e incorporar a gestão participativa na política. Mas, o que se pode perceber é que à grande maioria dos governos essas estratégias não interessam, pois é perceptível a intenção de continuar a conduzir a gestão de forma centralizadora.

Segundo Quermes (2000, p.146): “A cultura política brasileira, a percepção da esfera pública, está perpassada pela estrutura do clientelismo, da corrupção, da violência, do patrimonialismo, do nepotismo e pela desigualdade. A cidadania é concebida como tutela e não como conquista. Carvalho (1997), por sua vez, revela que o conceito de clientelismo é entendido como “um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”.

O clientelismo manifesta-se como característica variável nos sistemas políticos em geral, sendo um atributo variável, podendo conter em maior ou em menor dose nas relações em atores políticos. No caso do Brasil, é uma característica que acompanha

toda a história política e cultural do país. Porém, não há consenso sobre a característica do clientelismo como um atributo de um sistema político. Há a concepção do clientelismo aplicado somente à política local e há o entendimento do fenômeno como um sistema global (CARVALHO, 1997).

Mesmo que o debate em torno do conceito de clientelismo e seus entendimentos não seja o foco no presente trabalho, interessa ressaltar como a relação clientelística tornou-se imbricada na política brasileira ainda hoje em dia, sendo reproduzida nas instituições educacionais.

Por sua vez, Sá (2008, p. 28) diz que:

No processo de consolidação do Brasil como Estado nacional, mesmo com a complexificação da sociedade e a expansão do mercado, o que levou à organização e ampliação da participação política da sociedade civil, o Estado usa do artifício da cooptação política, tornando subordinadas à estrutura estatal as formas autônomas de participação, no sentido de garantir o gigantismo do Estado frente a essa sociedade sem ou em organização. Refreia-se a participação e organização da sociedade para não se perder a condição de mando.

Entendendo a importância do termo clientelismo foram apresentadas algumas referências que explicitam melhor o significado desse conceito, a partir desse momento o estudo se centrará em mais alguns constructos relevantes para a compreensão da temática.

Pensar em gestão faz pensar nos tipos de representação existentes, no tocante a representação Weber (2004, p. 193) considera que, dentro das dominações associativas, a representação assume quatro formas típicas, quais sejam: “representação apropriada, [na qual] o dirigente (ou membro do quadro administrativo) tem por apropriação o direito de representação; “representação estamental (por direito próprio). *“Não se trata de ‘representação’ propriamente dita, porque, sob certo ponto de vista, se limita primariamente a representar e fazer valer direitos (apropriados) próprios (privilégios)”* (grifo do autor); “representação vinculada caracterizada pelos representantes eleitos (ou determinados por rodízio, sorteio ou outros meios semelhantes), cujo poder representativo é limitado interna ou externamente por *mandato imperativo* e direito de revogação, e vinculado ao consentimento dos representados” (p. 194 grifo do autor); “representação livre [na qual] o representante, em regra eleito (eventualmente designado, formalmente ou de fato, por rodízio), não está ligado à instrução alguma, mas é senhor de suas ações” (grifo do autor).

Já no campo das políticas públicas, acredita-se ser importante também trazer uma conceituação. Começa-se trazendo a perspectiva de Bramante (1999) que considera políticas como: regras estabelecidas para governar funções e assegurar que elas sejam desempenhadas de acordo com objetivos desejados, ou seja, políticas servem como guia para uma determinada ação. Stigger (1998) por sua vez lembra que a posição política ideológica que norteia uma política pública é ponto fundamental, já que esta deverá estar inserida na concretização de todas as ações que vierem a ser adotadas.

Segundo Fleury (2003), as políticas públicas, além de melhorar a capacidade do poder público em dar respostas às demandas sociais, são muito mais que um simples instrumento para possibilitar acesso a espaços ou serviços, devendo servir como poderoso instrumento para forjar a sociedade que se quer criar, definindo as condições de inclusão do cidadão na comunidade, ou seja, incentivando a cidadania. De acordo com Rua (1998), a política pública compreende um conjunto de procedimentos destinados à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos.

Existem várias conceituações relacionadas às Políticas Públicas, se traz por fim, a apresentada por Sorrentino et al (2005, p.289):

[...] a política pública pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos assim como à construção e aprimoramento do bem comum. Sua origem está nas demandas provenientes de diversos sistemas (mundial, nacional, estadual, municipal) e seus subsistemas políticos, sociais e econômicos onde as questões que afetam a sociedade se tornam públicas e formam correntes de opinião com pautas a serem debatidas em fóruns específicos.

Assim, pensando em uma conceituação de como deveriam ser definidas as políticas públicas corrobora-se com Amaral (2003, p.22) diz que:

Centrado num modelo de co-gestão, as políticas públicas são formuladas e implementadas com a participação ativa das comunidades que se responsabilizam pelo bom andamento das mesmas. Estabelece-se uma relação entre poder público e sociedade civil que transpõe a dependência das comunidades nos governos locais e fortalece a independência das organizações civis para a crítica ao poder estatal, para influenciar e definir o destino das verbas públicas.

Para a melhor compreensão do conceito política pública é importante destacar o termo público e sua dimensão. Como lembra Frantz (1989), o termo público tem uma dimensão ampla e expressa tudo aquilo que se relaciona, que pertence ou que é

destinado ao povo ou dele se origina. Este povo, no entanto, vive situado e datado. Concretamente ele forma sociedades divididas em classes, constitui nações e dá-se governos, formando Estados (aparelhos de dominação). Diante disso, o público, nunca é uma realidade abstrata. A sua dimensão histórica pode e deve ser qualificada. O seu caráter é determinado por situações históricas concretas. A raiz do público está na sociedade e não no Estado, sendo este uma superestrutura de poder expressando e implementando ideologicamente, os interesses gerais da nação.

Dentro da esfera pública, o mesmo autor ainda aponta que as entidades educacionais (públicas!) estariam inseridas nas instituições públicas estatais, o que corresponde àquela dimensão mais ampla do público, originária e a serviço da nação como um todo e sujeita às determinações estatais em suas variadas dimensões. O poder público estatal, na medida em que é uma relação ou, mais precisamente, a condensação das relações de força produzida em cada momento em função do modo como se articulam e se desdobram as contradições existentes entre as classes, adquiriu certa autonomia relativa em face às partes atomizadas e contraditórias em que se fragmenta a sociedade. Isto permite ao poder público intervir na sociedade em nome do bem comum que, na verdade, no caso das sociedades burguesas, expressa em última análise as condições de assegurar as contradições ampliadas do capital.

Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente promovidas pelo Estado, elas também contemplam preferências, escolhas e decisões privadas podendo e devendo ser controladas pela sociedade. A política pública, desta forma expressa os anseios privados e os convergem em decisões e ações públicas, que afeta toda a coletividade. Estas conceituações vêm ao encontro da perspectiva de uma gestão participativa. Neste sentido, pode-se trazer Marcellino (1996) dizendo que a política pública e sua efetivação devem ser fruto da mais ampla participação da sociedade.

Assim, os instrumentos de gestão participativa poderão ser basilares para subsidiar, reconhecer, gerir, usar, ampliar e multiplicar o que é produzido e o que deva ser produzido no campo do conhecimento científico com o intuito de possibilitar ações mais profícuas por parte do poder executivo no planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas em educação. Entretanto, isto não quer dizer que, “ao definir uma arena, todos os contendores estejam armados com os mesmos instrumentos. Os atores sociais, quando penetram nas arenas, não estão em iguais condições. A estas

condições pode-se chamar de recursos de poder” (TESTA APUD PEDROSA, 1997, P.744).

De acordo com Alvarez (2004, p. 168) pode-se afirmar que não é uma tarefa promissora, tentar estabelecer significados unívocos para determinados conceitos ou noções. Pois, em primeira instância conceitos elaborados no interior de uma corrente teórica são apropriadas por outras tradições e reconfigurados de tal modo que perdem o significado original e novas questões surgem com a mesma denominação. Ainda, pode-se falar que desenvolvimento do pensamento social é influenciado pela noções produzidas pelos agentes sociais. E ainda como propõe Giddens (1991, p. 24): as noções cunhadas nas metalinguagens das Ciências Sociais retomam ao universo das ações onde foram formuladas para descrevê-lo ou explicá-lo.

Não se pode deixar de citar no contexto brasileiro da Constituição Federal que de acordo com Labra e Figueiredo (2002): “incorporou dispositivos que contemplam a participação direta e indireta do povo nas decisões de governo mediante o referendo, moções de iniciativa popular e integração da sociedade civil organizada a instâncias de elaboração das políticas sociais”. No Brasil, tal conceito foi estabelecido legalmente com a promulgação da carta magna, que introduz elementos e diretrizes de democracia participativa, incorporando a participação da comunidade na gestão de políticas públicas. Alguns artigos da Constituição são orientadores desta filosofia (RICCI, 2009, p. 9).

Logo no primeiro artigo, em seu parágrafo único, afirma-se que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Já se anuncia uma novidade política, que indica que o representado pode exercer seu poder diretamente, até mesmo ao lado do governante. Os conselhos de gestão pública (saúde, educação, assistência social, direitos da criança e adolescente, entre outros) nascem deste artigo (IBIDEM, p. 9).

Mas, há mais artigos. Na Seguridade Social, tem-se:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

[...] VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

No que se refere aos serviços públicos de Saúde, encontra-se:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
[...] III – participação da comunidade.

No tocante à política de Assistência Social, avança-se ainda mais:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:
II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

No que diz respeito à temática desse estudo, traz em seu texto o princípio democrático da gestão educacional, presente na Constituição Federal de 1988 no artigo 206, parágrafo VI: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: - gestão democrática do ensino público, na forma da Lei.

Esse princípio constitucional de gestão democrática da educação é ratificado na Lei 9394/96 no seu Título II – dos Princípios e Fins da Educação Nacional, perpassando, ainda, todo o texto da Lei:

Art. 3º: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.
Art. 14: Os sistemas de ensino definirão as normas de Gestão Democrática (...):
I – participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica;
II – participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalente.
Art. 15: Os sistemas de ensino assegurarão às escolas progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira (BRASIL, 1996).

Obstante a esta visibilidade, porém, a realidade ainda explicita que se tem muito que avançar nessa área, uma vez que este princípio de igualdade, na educação brasileira ainda está atrelada a uma visão liberalista que nem chegou a se firmar. Visão esta que se baseia na liberdade individual. Porém, esse pressuposto é falso, pois não há ações que assegurem essa premissa. Trata-se de um princípio, portanto, caracterizado não pela liberdade individual factícia por este princípio, mas pela omissão do Estado, tornando-o individualista, exclusivo, excludente e injusto.

Gohn (2001, P. 112), lembra que diagnosticar e analisar os impactos das ações da gestão participativa sobre a sociedade e o próprio Estado são caminhos essenciais para a compreensão do processo de construção da cidadania, assim como para avaliar as possibilidades de um aprofundamento do processo de democratização da sociedade brasileira. Labra e Figueiredo (2002) assinalam que “a dimensão associativa é uma variável crucial, para conhecer melhor o que fazem os governos, como o fazem e a quem beneficiam suas decisões”.

2.2 Educação e gestão participativa

As amplas e profundas transformações ocorridas no mundo nas últimas décadas, entendidas como um processo cheio de complexidades internas, tensões e contradições, vêm se firmando perenemente. Apesar de atualmente terem assumido proporções verdadeiramente globais, “representa somente o êxito mais elaborado de uma tendência perene do homem de explorar e depois colonizar todo o território que ele pensa que exista, até construir uma única aldeia” (MASI, 2000, p. 136). Contudo, devido à amplitude e velocidade vertiginosa alcançadas, a globalização tem, cada vez mais, dominado a mente e os corações humanos, determinando mudanças no mundo do trabalho e em nas relações sociais e intrapessoais.

De tão frequentemente usado, o termo “globalização”, por vezes, se torna ambíguo e entendido de forma errônea, tanto em suas bases conceituais, quanto em suas consequências sociais. A globalização em sua plenitude não se resume tão somente à esfera política, pois, como trata Masi (2000, p. 137):

O universalismo e ecumenismo que antes diziam respeito somente aos impérios políticos, a algumas religiões e à língua latina, hoje concernem a todos e qualquer aspecto da vida: da criminalidade ao cartão da American Express, do vestuário aos perfumes, da batatinha frita ao design, dos remédios aos combustíveis.

Quando se trata de seu aspecto econômico e suas consequências, a princípio, se depara com significações aparentemente contraditórias, pois:

A globalização econômica significa unificação econômica, mas também significa uma crescente fragmentação econômica, social e política que se reflete, tanto uma quanto a outra, em toda a população terrestre, afetando as mentes e os corações dos seres humanos, desde os que têm acesso aos bens culturais como os que deles são privados tornando-se cada vez mais excluídos (FERREIRA, 2004).

De fato, o atual paradigma, tem gerado distorções e contradições. Enquanto a economia mundial tem se integrado e desenvolvido com êxito, expandindo o PIB das nações hegemônicas, observa-se a progressiva fragmentação e fragilização da economia dos países em desenvolvimento. Enquanto, a cada instante, novas tecnologias são desenvolvidas tendendo à melhoria do padrão de vida de parte da população, oferecendo acesso aos mais diversos bens de consumo e meios de comunicação, vê-se aumentar ainda mais o abismo entre ricos e pobres. Este mundo, ao mesmo tempo fascinante e sedutor, excludente e cruel, tem atribuído novos significados para o trabalho e exigido novas habilidades e competências do ser humano enquanto trabalhador e no exercício da cidadania.

A crise do capitalismo contemporâneo e a derrocada do Leste Europeu, nos anos de 1980, abriram espaço para a emergência das teses neoliberais de desmonte do Estado enquanto instância mediadora da universalização dos direitos e da cidadania. No caso do Brasil, as consequências mais visíveis foram: o acirramento das desigualdades, a redução dos direitos sociais e trabalhistas, o aprofundamento dos níveis de pobreza e exclusão social, o aumento da violência e o conseqüente agravamento da crise social. Labra e Figueiredo (2002, p. 541) acrescentam que:

Para os neoliberais a democracia se resume a um conjunto de procedimentos que assegurem eleições livres, deixando por conta de um suposto crescimento econômico e das forças do mercado a solução dos problemas sociais. Todavia, essa solução, profusamente apregoada pelas agências internacionais de crédito, tem demonstrado ser totalmente equivocada porque produz efeitos tão opostos como os observados no Brasil e demais países latino-americanos.

Encontram-se sistemas políticos autoritários e não autoritários, menos e mais democráticos, entre governos mais ou menos representativos, mais ou menos autônomos, porém, de um modo geral, a sociedade e a política, no Brasil, ainda são caracterizadas pela total predominância do Estado e pelos obstáculos enormes à construção da cidadania, ao exercício dos direitos e à participação popular.

É importante reforçar aqui a afirmação de Pereira (2000), segundo a qual existem três aspectos a respeito desta relação sociedade - Estado que precisam ser considerados: o estado não é unívoco, ou seja, varia muito, de acordo com o contexto histórico e sócio-cultural; o Estado não é criador da sociedade e sim criatura desta e que existem diferentes e competitivas doutrinas, teorias ou concepções sobre esta relação.

O Estado será democrático na medida em que a população tenha mais consciência de seu dever, mas apenas consciência crítica não basta. É necessária uma intervenção maciça na realidade, que a população tome para si o seu direito ao exercício pleno da participação e, conseqüentemente, da democracia. Procurar desenvolver uma cultura de participação cidadã da sociedade na atual estrutura mundial é um trabalho difícil, abre espaço inclusive para a discussão sobre a construção contemporânea do conceito de cidadania¹², sobretudo a partir de uma análise crítica do individualismo contido nas propostas de emancipação do sujeito cidadão.

Pois, isso, significa atuar contra o individualismo possessivo e mercantilista que o neoliberalismo tem implementado. A globalização também atua como ameaça à democracia por alimentar a tensão permanente entre a prática política de movimentos populares e associações civis e os obstáculos criados pela institucionalidade com sua tendência de fazer prevalecer suas práticas. Desta forma tudo indica que o procedimento democrático tem que ser um exercício coletivo de poder político, baseado em um processo livre de apresentação de razões entre iguais.

A importância da participação é reconhecida pela maioria dos autores e mesmo governantes, o que é questionado é sua viabilidade técnica e as formas de operacionalização, dada a magnitude, complexidade e burocratização dos sistemas políticos contemporâneos. Surge, então, a necessidade de criar e institucionalizar procedimentos democráticos viáveis. Nas democracias, o Estado precisa estar voltado para o agenciamento da vontade geral, para o interesse público e não para determinados grupos que estão no poder ou mesmo que são parceiros para que este poder se mantenha.

Na consideração desse quadro, torna-se igualmente necessário identificar os mecanismos através dos quais determinados grupos sociais impõem sua direção intelectual e moral ao restante da sociedade, materializando sua hegemonia. Realocando essas considerações para o âmbito da Escola Pública e admitindo o papel do Estado na sua condução, há de se refletir sobre a ação de determinados atores sociais, uma vez que, ao alcance desses, está todo um conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais justificam e mantêm não somente sua soberania, mas chegam também a obter um consentimento ativo dos comandados.

¹² Quando nos referimos da construção contemporânea do conceito de cidadania estamos falando a respeito da construção conceitual de cidadania proposto por Gramsci.

Como lembra Pamplona (1998) é necessário supor “o tratamento dos aparelhos de hegemonia, nas suas relações com as determinações de classe e com a base histórica que os definem em momentos dados e no vínculo desses aparelhos com uma dada relação de forças da sociedade”. Segundo Cury (1989): “as relações sociais são relações ideológicas porque, ao dizer o mundo, representá-lo e conceituá-lo, os discursos o fazem com interesses de classe”.

Nessa perspectiva, independentemente de estar consciente de seu ato, o cidadão sempre assume uma posição, a qual pode ser passiva diante do contexto em que se insere e, portanto, conservadora; ou ainda crítica diante desse mesmo contexto e, portanto, transformadora. Acredita-se que a impossibilidade da criação de instâncias que garantam a aproximação e controle permanentes da população sobre seus representantes e instituições, pode ocasionar o que adverte Guizardi (2009), segundo a qual:

A política é esvaziada de sua dimensão ontológica, salvaguardada da contaminação intempestiva do desejo, tornada prática exclusiva da chamada classe política.[...] Quanto a isso, pensar a participação política como restrita a mecanismos de representação equivale a objetivar os homens em suas relações de co-existência e de produção de si e do mundo.

Quando se fala em democratização, está se tratando de um processo e não de um estado, processo este que deve articular os mandatos executivos e representativos com formas efetivas de deliberação em nível local, facilitando assim a ocorrência de debates dos mais diversos posicionamentos. Nesse sentido, é importante esclarecer que o debate é um momento no qual se percebem diversas contradições, o que remete à discussão em que Kosik (1976, p. 70) adverte sobre o caráter dialético do conceito de totalidade. Segundo o autor, “a totalidade sem contradições é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são vazias e arbitrarias”. Pensamento esse corroborado por Kuenzer (2006): “o que se quer afirmar, em síntese, é a necessidade de se confrontar permanentemente, e dialeticamente, pensamento e realidade, buscando aprender o real como o total em movimento, e, sua complexidade para que se possam avaliar as políticas da educação profissional”.

O diálogo, nesse sentido, tem função essencial, pois não elimina as contradições, mas lhes dá um tratamento reflexivo, especial e cuidadoso, porque nele o exercício da crítica se completa com a autocrítica. Sendo assim, a comunidade e o gestor devem estar juntos desde a elaboração das regras da participação que devem ser integradas e

avaliadas, permanentemente, para evitar que sejam transformadas em processos de organizados de cima para baixo, fazendo prevalecer os interesses de uma minoria. Isso leva a pensar que a participação popular ativa, discurso em voga na atualidade, seja, de fato, problematizadora (portanto, ativa) e não cooperativa (verdadeiramente passiva).

Uma das falhas da participação pode residir na ausência de um debate pleno, que é uma necessidade democrática facilmente percebida nas reflexões de Dias (1998, p. 47): “uma das mais graves lacunas da atividade democrática é esta: esperamos a atualidade para discutir problemas e para fixar diretrizes de nossa ação. Coagidos pela urgência, damos aos problemas soluções apressadas...”.

Nessa perspectiva, o cidadão assume o papel de incitar uma postura menos contemplativa e mais ativa, resgatando no sujeito seu poder de transformar o objeto, sem esperar o amadurecimento das condições objetivas para tomar a iniciativa; nesse sentido, cabe lembrar que o fato da intencionalidade da ação não garante a transformação direta, principalmente pelo fato de se estar tratando de uma sociedade que pauta suas ações, na maioria das vezes, na supremacia do individual em detrimento do coletivo o que, de certa maneira, impede o que se chama de condições objetivas. Mas, retomando Marx (apud Konder, 1992, p. 90), só através da exigência da ação, da práxis, encontra-se o ponto culminante, a sua própria essência, que seria a ação: a práxis implicando em uma penetração na realidade, na transformação da realidade.

Estas mudanças, é claro, perpassam pela implementação de políticas públicas que visem a uma Educação Pública, gratuita, inclusiva e de qualidade e por uma gestão participativa de uma escola consciente da realidade na qual está inserida e comprometida com a melhoria das condições de vida da população à qual atende, visando ao desenvolvimento local e regional.

Gohn (2003) acrescentaria dizendo tem que se pensar em um conceito amplo de educação e, nesse sentido, não poderia estar dissociado do conceito de cultura. Isso significa que “a educação é enquanto forma de ensino e aprendizagem adquirida ao longo da vida dos cidadãos; pela leitura, interpretação de fatos e eventos e acontecimentos, que os indivíduos fazem, de forma isolada ou em contato com grupos e associações”.

Nesse sentido, pensa-se ser importante trazer a discussão feita por Lucchesi (1999, p.78) a respeito da educação, a qual deve ser concebida como um instrumento de

mudança, de promoção humana, aliada do homem na luta pela participação no processo social; não se cristalizando no passado, no inócuo, repetindo conceitos e práticas que não servem ao tipo de sociedade atual. Porém:

A maioria (...) restringe-se a repassar conhecimentos questionáveis, não preparando para a vida nem para o trabalho. O ensino é monótono, repetitivo, defasado. O aluno só visa o diploma e, depois, ao deparar-se com o mercado de trabalho, enfrenta sérias dificuldades para se colocar ou desempenhar o que lhe compete.

Faustino (1999), por sua vez, afirma que além das práticas pedagógicas, a instituição responsável pela formação do profissional tem outras funções importantes, como desvelar as determinações políticas, sociais, econômicas e culturais que respondem pelo processo educacional que desenvolve na prática, traduzida inclusive nas concepções curriculares que adota. . Nesse sentido, Almonacid e Arroyo (2000) lembram que: “O aprendizado dos direitos pode ser destacado como dimensão educativa”. Nas palavras de Apple (1989, p.16): “um número demasiado grande de pessoas [...] tem ignorado a importância da educação como uma condição prévia para outras atividades políticas e tem ignorado igualmente o que as lutas em torno do conteúdo, da forma e dos objetivos da educação têm feito e podem fazer”.

Questiona-se a pouca atuação da escola frente aos problemas sociais e o distanciamento existente entre o que a escola ensina e o que acontece fora dela. Nesse sentido, as discussões fundamentadas nessa área – educação – têm se mostrado de grande importância, destacadamente na sua interface com a política, constituindo objeto de reflexão em vários estudos. Por isso, Saviani (1994) propõe uma pedagogia crítica que contribua com a implantação de novas políticas educacionais eficientes na superação da dualidade do ensino. Para teorizar essa nova postura pedagógica ele se utiliza da metáfora da curvatura da vara, explicitando que não basta apenas colocá-la na posição correta, é preciso curvá-la do lado oposto na esperança desta vir para o centro, ele também explicita que:

[...] no embate ideológico não basta enunciar a concepção correta para que os desvios sejam corrigidos; é necessário abalar as certezas, desautorizar o senso comum. E para isso nada melhor do que demonstrar a falsidade daquilo que é tido como obviamente verdadeiro demonstrando ao mesmo tempo a verdade daquilo que é tido como obviamente falso (SAVIANI, 1994, p. 70).

Para conseguir o ponto de equilíbrio proposto por Saviani, é necessário que haja uma revolução no papel da escola, na construção de novas formas de ensinar e,

sobretudo, “[...] o abandono de uma pedagogia tradicional, repetitiva, monótona e repressiva”. Manfré (2009) diz que esse ensino tradicional sobrevive até os dias de hoje nas escolas, reproduzindo a ideologia do estado regulador, ensinando técnicas, regras de bons costumes e regras de respeito pela divisão social e técnica do trabalho. Tudo isso, dentro da ordem estabelecida pela dominação de classe (ALTHUSER, 1980).

Nesse sentido, cabem indagações acerca do nível de comportamento social, o que, em certa medida, pode explicar a consciência social¹³. Já que democratizar esses espaços educacionais formais exige consciência social de todos (GONH, 2000, p. 109). Pois, segundo Ianni (1996, p. 22), a consciência social exprime e constitui, ao mesmo tempo, as relações sociais, em que a autoconsciência somente é possível no espelho do outro.

Demo (2000, p. 114), por sua vez, elenca diversos fatores que devem constituir o entendimento da educação, tomando iniciativas que vão ao encontro da sociedade, a saber: socialização do conhecimento construído, pesquisa básica ligada à pesquisa operacional, fomento à criatividade empresarial, humanização do progresso entre outras. Cabe ressaltar ainda, na perspectiva dessas idéias a respeito de educação, o pensamento de Gadotti (1982, p.41): “A missão da universidade (entende-se que isso também se reflete nas instituições de educação profissional) em face de educação consiste em tornar-se um local onde a crítica e a conscientização possam ter lugar, onde se leva a sério a questão da educação [...] Em vez de dar simplesmente soluções.”

Entretanto, as alusões feitas à gestão democrática escolar nas legislações e normas dos sistemas de ensino, das instituições, são firmadas de caráter vago. Geralmente, proclamam a gestão democrática como um referencial, porém não constituem mecanismos palpáveis que possibilitem sua implantação efetiva, inclusive estabelecem medidas burocráticas que dificultam a participação democrática de alguns setores integrantes da comunidade escolar.

Portanto, para a formação de uma nova cidadania compatível com as mudanças resultantes do modelo emergente de sociedade, torna-se imperativo estudo dos aspectos envolvidos na questão da participação democrática na escola, que resultem em ações

¹³ Em relação ao conceito de consciência social, a definição marxista estabelece uma correspondência com a superestrutura jurídica e política. Nesse sentido, segundo uma analogia proposta por Konder, essa base funciona como alicerce da construção do edifício: depois que o prédio está estruturado, ocorre o acréscimo de vigas e um novo andar que vai sendo feito para ampliar o edifício. Assim, a consciência ligada às superestruturas realiza esse papel.

que viabilizem o desenvolvimento de uma gestão democrática de uma Escola comprometida com a realidade local, atendendo aos anseios e necessidades de sua comunidade.

Nesse sentido, cabe explicitar o entendimento de participação:

é a expressão da cidadania ativa e a realização concreta da soberania popular. É um princípio democrático. É a possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes, em vários níveis e instâncias. Por participação popular entendem-se diferentes modalidades de ação política e de mecanismos institucionais, mas o ator principal é sempre o mesmo: o povo soberano (SOTERO, 2008).

Dentro desse contexto, gestão participativa da educação é o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Esse processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade interna e externa, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Pois, como coloca Arendt (1998), o sentido da política é a liberdade, a liberdade de produção do novo, razão pela qual se qualifica como sendo política a participação que se espera ver nas instituições escolares. Ainda, como discute Foucault (1979), não são os corpos o objeto último do poder, e sim as ações, a conduta humana. Ou seja, o poder só existe como exercício, e por isso está situado definitivamente no plano da liberdade, da normatividade que caracteriza a vida.

A gestão trata da ação humana, por isso, à definição que se dá à gestão está sempre sustentada numa teoria – implícita ou explícita – da ação humana (CASASSUS 2002). Seu próprio conceito já pressupõe a ideia de participação, pois está associado à mobilização de talentos e esforços coletivamente organizados, ou seja, ao trabalho coletivo, no qual se analisam situações, decidem sobre o seu encaminhamento e agem sobre elas em conjunto (LUCK, 2005, p.17).

No entanto, a gestão educativa como disciplina tem origem recente. Data dos anos 60 nos Estados Unidos, dos anos 70 no Reino Unido e somente nos anos 80 floresceu na América Latina. Trata-se, portanto, de uma disciplina de desenvolvimento recente (CASASSUS, 2002, p. 49). Apesar de matéria recente, a gestão educacional tem

sido objeto de ampla discussão e defendida por intermédio de uma vasta produção intelectual no Brasil e no mundo.

Para a construção de uma gestão realmente participativa é necessário que sejam asseguradas as mesmas oportunidades de aprendizagem, respeito às diferenças e adaptação das escolas à realidade local.

Igualdade de oportunidade para a democracia significa igualdade de possibilidades reais para todos que são desiguais e, como tal, necessitam de todas as possibilidades diferenciadas para se desenvolverem. Significa compreender o respeito que todos os seres humanos devem merecer por parte do poder público, das instituições e de todos (...). Significa entender que o ser humano é o único ser vivo que se desenvolve historicamente através de sua participação na criação do mundo objetivo e por essa razão não pode ser relega à mera situação de receptor e sim de ator e sujeito (FERREIRA, 2000).

Pensando nas elaborações de Arroyo (2003, p. 30), não se pode deixar de trazer à discussão, a influência dos movimentos sociais na formação da consciência popular, do direito à educação e à escola pública. Reforçando que, pesquisas têm mostrado como a democratização das oportunidades educacionais e o acesso dos setores populares na escola pública teve como um dos mais decisivos determinantes, a pressão dos movimentos sociais.

Adentrando mais na temática dos movimentos, Spósito (2000) traça uma conjuntura nacional da década de 70, no tocante à participação social, apresenta um comentário de cidadania Spósito, (2000, p. 74) no qual diz que: “a ampliação e a garantia de direitos e deveres implícitos no exercício da cidadania supõe de imediato, a possibilidade não só de usufruir dos benefícios materiais e culturais do desenvolvimento, como também, sobretudo, o de debater os destinos desse desenvolvimento”.

A autora fala a respeito de diversos estudos realizados por pesquisadores da época, os quais tocam a expansão do ensino público e a presença popular nessa democratização, contribuindo para o surgimento da ideia de participação, que teve como instrumento os conselhos fortemente debatidos na esfera municipal, fazendo ganhar força a tese da democratização da gestão escolar com a crítica dos canais de participação vigentes, apesar do ritmo para a efetivação de práticas democráticas nas escolas (SPÓSITO, 2000, P. 74).

Nesse sentido, e de acordo com Guizardi (2009, P. 23), é preciso, sobretudo, que os atores e segmentos sociais, historicamente excluídos dos processos de decisão da gestão das políticas públicas, reconheçam esses territórios institucionais enquanto espaços nos quais seu saber e sua experiência são requisitados como estratégia política de constituição de realidades sociais.

Spósito 2000, p. 74) afirma que:

torna-se necessário alargar e transformar a perspectiva vigente de uma educação para a democracia, ampliando as fronteiras de uma perspectiva democrática restrita à política institucional, pois educação para a democracia tende a carregar um estreito conceito de participação democrática. As fronteiras limitadas que caracterizam a cidadania em educação estão em relação com as teorias dominantes, no mínimo na Europa ocidental, sobre a democracia representativa.

O conceito de democracia foi enriquecido pelos movimentos sociais. Podem-se citar como exemplo, os movimentos feministas e, no caso do Brasil, os movimentos negros; esses tiveram efeitos variáveis sobre a educação. Em conjunturas nacionais de crise, o pessimismo quer negar qualquer possibilidade de resistência e organização, esse ceticismo dominante é traduzido na crença da capacidade de ação somente do Estado (SPÓSITO, 2000, P. 75-76)

Entendendo a docência como marco importante na construção desse contexto de tomada de consciência e apropriando-se do conceito de intelectual de Gramsci (1968, P. 11), é possível afirmar que o sujeito não pode mais consistir na eloquência, mas no fato de que ele se mistura ativamente à vida prática, como construtor, organizador, permanente. A perspectiva da importância da busca de uma direção político-cultural exige um aprimoramento da escola na explicitação de seu nexos com os movimentos da sociedade e de seu vínculo com a capacidade de direção. Sendo assim, Gramsci ressalta o papel ideológico como "força formadora e criadora de uma nova história, colaboradora na formação do poder em constituição, mais do que mera justificadora do poder constituído". Ainda, segundo Gramsci (1968, P. 136), a tendência democrática aponta para uma escola onde todo cidadão possa se tornar governante, isto é, possa ser formado, sobretudo, como uma pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige.

No sentido etimológico da palavra, cidadão deriva da palavra *civita*, que em latim significa cidade, e que tem seu correlato grego na palavra *politikos* – aquele que habita na cidade. No sentido ateniense do termo, cidadania é o direito da pessoa em participar

das decisões nos destinos da Cidade através da *Ekklesia* (reunião dos chamados de dentro para fora) na *Ágora* (praça pública, onde se deliberava sobre decisões de comum acordo) (SOTERO, 2008, P. 2).

Chauí (1984) destaca que a cidadania, definida pelos princípios da democracia, se constitui na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos e órgãos públicos). A autora também destaca que a cidadania passiva, outorgada pelo Estado, se diferencia da cidadania ativa em que o cidadão, portador de direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.

Essas considerações explicitam a necessidade de se pensar o conceito de cidadania na contemporaneidade, pressuposto fundamental para se estabelecer os propósitos da ação educativa. Segundo Gramsci (apud Dias 1998, p. 36), a cultura e a cidadania aparecem como expoentes organizadores da prática política de classe, devendo assim fazer parte da ação educativa, até mesmo para que a omissão das entidades educacionais não ajude a formular um conceito de cidadão no imaginário social como sendo aquele que “é apenas um contribuinte que tem apenas o sacrossanto direito de pagar seus impostos sem reclamar, e aceitar sem protestos todos os gravames que os monopolizadores das indústrias cívicas creem ter o direito de lhe impor”. Nesse sentido, se traz a discussão o conceito de educação visto de uma perspectiva mais ampliada no qual a mesma não se restringe aos processos de ensino aprendizagem no interior de unidades escolares formais (GOHN, 2000, P. 89).

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Abordagem escolhida

Na pesquisa acadêmica, a escolha da metodologia a ser utilizada e as técnicas de coleta de dados são fases cruciais na elaboração de um planejamento que seja adequado às exigências científicas. Nesse processo seletivo, existem pelo menos dois princípios básicos que devem nortear a escolha: o princípio da coerência escolhendo técnicas que permitam formular perguntas concretas e, portanto avaliar aspectos concretos que sejam do interesse do pesquisador e coerentes com a operacionalização da pesquisa e o princípio da viabilidade – em que se deve questionar se as técnicas selecionadas são ou não as mais adequadas para buscar informações necessárias ao estudo (QUERMES, 2000).

Dentro das possibilidades criadas pela pesquisa qualitativa e a oportunidade que ela propicia em entender “[...] o fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social, por sua vez inserido em uma realidade histórica, que sofre toda uma série de determinações” (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 5), foi escolhida essa abordagem. Ela busca encontrar respostas empíricas a respeito da ação do Conselho Diretor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – campus Salinas como um possível instrumento de gestão democrática.

No que se refere à abordagem qualitativa, Minayo (1994) coloca que a pesquisa qualitativa preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nessa pesquisa, foram utilizados os pressupostos teóricos citados inicialmente e também acrescentados os novos e importantes elementos que surgirem durante o estudo e julgados importantes pelo pesquisador. Por isso, o pesquisador teve um papel fundamental na descrição, no detalhamento dos ambientes da pesquisa, nos procedimentos e nos caminhos trilhados na realização da pesquisa, bem como na análise dos dados obtidos.

De acordo com Seelltiz (1974), uma grande quantidade de pesquisa social se volta para descrição de características de comunidades ou processos, o que nos permite enquadrar o presente estudo como pesquisa descritiva. Para Thomas Nelson (2002), a pesquisa descritiva é um estudo de *status*, e é amplamente utilizada na educação e ciências comportamentais. O seu valor está baseado na premissa de que os problemas podem ser resolvidos por meio da observação, análise e descrição objetivas e completas.

A pesquisa descritiva descreve um fenômeno ou situação mediante um estudo realizado em determinado contexto parcial e temporal. Tem como objetivo principal descrever características e determinada população, ou fenômeno, ou então o estabelecimento de relações entre variáveis e, em alguns casos, a natureza dessas relações (DUARTE; FURTADO, 2002).

3.2 Estudo de caso

Na presente dissertação opta-se por utilizar a metodologia de estudo de caso que pode ser entendido segundo Quermes (2000, p. 5), como investigação sistemática de alguma instância específica. Sendo que essa instância específica pode ser um evento uma pessoa, um grupo, uma escola, uma instituição, um programa entre outras coisas.

Esse método tem como propósito considerar a aproximação profissional do pesquisador e utilizar esses conhecimentos em prol da realização do estudo, uma vez que a pesquisa qualitativa “[...] centra sua atuação num ambiente natural, o contexto onde serão obtidos os dados, que deve ser observado como sendo parte de uma realidade maior, cujos significados são avaliados na sua prática social” (TRIVIÑOS, 1987, p. 128).

A característica do objeto investigado permitiu a utilização das particularidades do estudo de caso. A necessidade de aprofundar a especificidade da gestão participativa na IFNMG – campus Salinas a partir da análise do Conselho Diretor, essa metodologia escolhida, segundo Yin (2005, p.19), “[...] é apenas uma das muitas maneiras de fazer pesquisa em ciências sociais”.

Esse procedimento foi essencial na busca de respostas para as questões de pesquisa. Essas questões viabilizaram estudo de caso dentro das abordagens qualitativas. Dessa forma, fez-se uma análise a partir da premissa “[...] de que a realidade

pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a mais verdadeira” (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 20).

Ainda como apontam Lüdke e André (1986, p. 23-24):

[...] o estudo de caso ‘qualitativo’ ou ‘naturalístico’ encerra um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da escola. Ao retratar o cotidiano escolar em toda sua riqueza, esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade.

Para as autoras (1986, p. 18-20), o estudo de caso: a) visa à descoberta; b) enfatiza a interpretação em contexto; c) busca retratar a realidade de forma completa e profunda; d) usa uma variedade de fontes de informação; e) revela experiência vicária e permite generalizações naturalísticas; f) procura representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social; g) e seus relatos utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que outros relatórios de pesquisa.

Dessa forma, a coleta de dados foi orientada por um plano formal, porém flexível, que acatou o imprevisível. Por isso, à medida que as informações específicas apareceram, foram questionadas e interpretadas na busca de evidências e do entendimento das informações coletadas. (YIN, 2005). Para retratar o desenvolvimento dessa questão procurou-se analisar as relações entre os seus atores, buscando “[...] entender como a realidade é construída pelos sujeitos [...]” que vivenciam essa realidade (KIPNIS, 2005. p. 62).

3.3 Atores sociais

A definição dos interlocutores dessa pesquisa teve como critério a relação que estes estabelecem com o Conselho Diretor que atua no IFNMG – Campus Salinas. Dentro desse contexto, foram escolhidos os sujeitos que atuam mais diretamente nos mecanismos constituídos de participação de nossa instituição:

- Todos os membros que atuam no Conselho Diretor da instituição: sendo o Diretor Geral seu presidente, dois representantes docentes, um do segmento dos técnico-administrativos, um discente, um representante do patronato industrial, um do comércio e um da agropecuária.

- Um representante da seção do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE, seção Salinas.
- Um representante do Grêmio estudantil.
- Um representante da Associação de Pais.

3.3 Instrumentos de pesquisa

Utilizou-se a análise documental e as entrevistas. Também é importante ressaltar que todos os instrumentos de pesquisa tiveram como base orientadora o objetivo geral e os específicos.

3.3.1 Análise documental

As análises dos documentos (atas) serviram de base nesse estudo de caso e ofereceram mais consistência aos resultados obtidos durante a pesquisa. Além disso, os documentos constituíram uma fonte poderosa na qual retiram-se evidências que fundamentaram afirmações e declarações (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Essa técnica será utilizada em conjunto com a entrevista.

Segundo Lüdke e André (1986), a análise documental é uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja para completar as informações obtidas por outras técnicas, seja para apresentar novos aspectos de um tema ou problema. Os documentos analisados constituem uma fonte estável e rica, conforme as autoras, podendo ser consultados diversas vezes e inclusive servir de base a diferentes estudos, dando mais estabilidade aos resultados obtidos. Representam uma “fonte natural de informação. Não apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surge num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.”

Tratando mais detidamente, da questão da análise das atas nesse estudo tem-se que assinalar que se busca observar a presença dos membros do Conselho Diretor na reunião, a distribuição das falas e a relevância das mesmas para o assunto tratado. Assim, analisa-se como se dá a participação efetiva nesse momento que é, ou deve ser, um fórum de diálogo entre os setores da instituição e a comunidade na definição de metas, análise de políticas e propostas, destino e utilização das verbas públicas. Foram

analisadas as atas no período de janeiro de 2004 até outubro de 2009. Assim, teve-se a oportunidade de observar a ação do Conselho Diretor no decorrer de todo o tempo que o atual diretor está à frente do Conselho.

3.3.2 Entrevista

Realizaram-se entrevistas com onze atores já citados anteriormente. Lüdke e André (1986) ressaltam o caráter interativo que permeia a entrevista, estabelecendo também uma relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado. Cria-se uma interação, havendo “uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”. Segundo as autoras, a grande vantagem da entrevista é que ela “permite a captação corrente e imediata da informação desejada”.

O tipo de entrevista utilizada foi a entrevista semi-estruturada, segundo Santos (2000, p. 6)

Esse tipo de procedimento apresenta certo grau de estruturação, pois o entrevistador conduz a entrevista por meio de pautas ordenadas relacionadas previamente. Ao mesmo tempo o roteiro de entrevistas é flexível, possibilitando perguntas que não haviam sido previamente definidas, mas que são importantes naquele momento da entrevista.

Foram utilizadas as entrevistas para recolher dados descritivos na linguagem dos próprios sujeitos, obtendo autorização dos mesmos para gravá-las. Coube ao pesquisador “desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.133).

Esses autores sugerem que a entrevista comece como uma conversa informal, para construir uma empatia entre o sujeito/pesquisador. Acreditam que, no início da entrevista, o ideal é informar com brevidade o objetivo da pesquisa, garantindo que tudo que será tratado na entrevista será confidencial. Afirmam que as boas entrevistas são caracterizadas por uma riqueza de dados, propiciando uma transcrição repleta de detalhes e de exemplos. As boas entrevistas, segundo eles, revelam também a paciência do pesquisador. Nesse sentido, procurou-se seguir tais orientações na execução da coleta de dados.

As entrevistas duraram em média 20 minutos seguindo um roteiro pré-definido pelo fato de ter-se optado pela entrevista semi-estruturada cujo roteiro está presente nos anexos do estudo. Esse tipo de coleta de dados segundo Santos (2000, p. 6): “permite um enfoque mais amplo e possibilita uma maior eficiência na obtenção de dados em profundidade acerca do assunto”.

As entrevistas foram feitas com o uso do gravador e por meio de anotações sendo que se buscou o registro das respostas mais literal possível, só realizando alguma correção ortográfica quando essa foi imprescindível para o entendimento por parte do leitor. O roteiro das entrevistas utilizado foi construído tendo como base a formulação do problema de pesquisa. De posse do material coletado com a pesquisa bibliográfica previamente feita, foram identificados os aspectos do problema de pesquisa que, necessariamente, foram explorados nas entrevistas.

3.4 O trilhar metodológico

O trilhar metodológico de uma pesquisa sempre reserva mais desafios do que se espera. Cientes disso, além da relevância de uma dada temática de estudo, outro fator que deve levar a refletir sobre um dado empreendimento investigativo é a sua operacionalidade, pois esse aspecto pode ocasionar inúmeras dificuldades, fadando as intenções daquele objeto de pesquisa ao terreno das idéias. Nesse sentido, pensar de que maneira se poderia captar um campo tão repleto de informações como o tratado no presente estudo levou várias horas de elaboração.

Com essas considerações devidamente postas, foi focada à entrevista em se tratando de uma temática que não se mostrava tão fácil de abordar diretamente nas falas. Optou-se por uma entrevista que fosse gradativa e flexível, de tal forma que se pudessem construir, paulatinamente, na falas dos conselheiros, os instigadores da temática central, sem que a pergunta causasse maior impacto no entrevistado.

Depois de várias reflexões, o roteiro foi estruturado, mas a cada nova entrevista¹⁴, dados novos surpreendiam, suscitando uma coleta mais cuidadosa e mais qualificada, movimento gerado inclusive pelo advento da experiência com a própria pesquisa. Muitas

¹⁴ Segundo Ludke e André (1986, p.34) a grande vantagem da entrevista é que ela “permite a captação corrente e imediata da informação desejada”.

vezes, o desapontamento surgia diante de barreiras impostas pelos atores que colocavam empecilhos para concederem seus depoimentos. Porém, mesmo diante de momentos de adversidade; o foco foi mantido e esforços severos foram empreendidos para cumprir a meta.

De forma geral, os conselheiros foram receptivos quando era exposto o objetivo da entrevista, bem como quando era explicitado, em linhas gerais, o tema do trabalho. A grande maioria das entrevistas aconteceu no IFNMG, em salas de aula no momento que não estavam acontecendo atividades ou em outros espaços da instituição. Com relação aos representantes da sociedade civil, houve entrevista na casa de um dos membros, no local de trabalho e em outro caso desloquei-me até uma cidade que dista 50 km de Salinas para realizar uma coleta.

Na ocasião das coletas foi possível perceber que boa parte dos conselheiros respondia às questões sinceramente, apontando sua visão acerca dos questionamentos e sempre incentivando em relação ao assunto escolhido. Foi garantido a eles completo sigilo quanto ao nome, por razões éticas e para que ficassem mais tranquilos na expressão de sua opinião. Muitas vezes, motivados pela expectativa de que a pesquisa pudesse contribuir efetivamente para denunciar um quadro insatisfatório e propiciar mudanças, os conselheiros dividiram preocupações e anseios bastante reveladores. Todas as entrevistas foram gravadas mediante a autorização do entrevistado, deixando claro que essa ação objetivava garantir maior fidelidade no uso das falas obtidas.

Finalizada mais esta etapa, o volume de informações era tão vasto quanto a necessidade de organizá-las. Iniciou-se, então, uma parte fundamental, mas cansativa e nada agradável do trabalho: a transcrição das entrevistas, atividade que tomou um tempo considerável, até porque se buscou instituir, a exemplo de Ladislau (2001, p. 18), “um procedimento de transcrição que preservasse ao máximo, todos detalhes da fala, com suas pausas e entonações, mesmo reconhecendo que a linguagem escrita não consegue captar a riqueza contida nas diversas formas de manifestação da linguagem verbal e gestual”.

Procurou-se, contudo, a fidedignidade no momento da transposição, sempre atentos, inclusive, aos momentos em que o silêncio se mostrou revelador. Como produto desse trabalho tinha-se tantos dados disponíveis que, com grande frequência, a maior dificuldade encontrada era, diante de falas tão interessantes, selecionar fragmentos que retratassem o pensamento integral de seus autores. Disso, inclusive, decorreu a

permanência de longos trechos de transcrição no corpo da discussão dos resultados do presente estudo.

O referencial teórico foi importante em dois momentos distintos: no início do trabalho e na discussão. Como não poderia deixar de ser, dialogar com os autores das ciências sociais e da educação foi fundamental, pois atribuía ao estudo maior consistência, maior densidade, melhor substância. Nesse mesmo momento, realizou-se a seleção e o confronto das falas dos conselheiros e dos representantes de entidades, cotejando-as com as elaborações da bibliografia e com as reflexões provenientes do autor desse trabalho. É objetivando refletir sobre as questões da entrevista e da análise das atas e entender a dinâmica da gestão participativa e atuação do Conselho Diretor no IFNMG que esse trabalho se apresenta.

4 Conselho Diretor: a visão dos atores sociais na Educação Profissional e Tecnológica

Por mais compromissado que se esteja com a objetividade do conhecimento científico, por mais zeloso que se possa ser na busca de uma abordagem imparcial dos dados da realidade, não se pode cair na armadilha do discurso da neutralidade da ciência, fato que impele a assumir, desde logo, uma perspectiva para conceber o presente estudo, para planejá-lo, defini-lo, implementá-lo. Nesse sentido, as análises aqui empreendidas, embora pretensamente busquem retratar um dado processo com o máximo de fidelidade, incorporam as limitações do olhar, de um olhar, *deste* olhar, permeado pela história de vida daquele que observa e que, como não poderia deixar de ser, constrói um retrato social humanamente pessoal.

Diante do exposto, Demo (1995, p. 79 -81) esclarece:

Nesses termos a neutralidade poderia existir apenas nos meios, se esses fossem entidades isentas, meramente instrumentais. Em ciências sociais esta situação é forjada, porque nem o sujeito é neutro, nem a realidade social é neutra [...] Nunca conhecemos a realidade assim como ela é, tanto porque há limites no sujeito – que sempre tem da realidade uma capturação construída – e desdobramento na realidade – é sempre maior que nossas explicações e intervenções.

Assim, discutir os resultados de uma pesquisa deve considerar desde os fatores que intervieram na escolha do tema, e nesses termos, no presente estudo, destaca-se o fato da oportunidade de militar no movimento estudantil, o que de certa forma, fez ficar mais atentos com relação às questões políticas cotidianas, além da importância, de se problematizar, no âmbito de uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica, fatores atinentes ao papel do Conselho Diretor e outras instâncias de representação, educação, gestão participativa e cidadania. Diante do exposto, com intuito de elaborar um trabalho que provocasse a reflexão acerca desses elementos e contribuísse com o “crescimento” das possibilidades de construção de uma gestão mais participativa no IFNMG, esse estudo começou a ganhar forma.

Para completar a tríade que sustenta essa discussão, além dos relatos dos membros do Conselho Diretor e das instâncias representativas presentes no IFNMG – campus Salinas e da análise documental das atas, buscou-se, no presente estudo, superar o senso comum na apreensão do real através do respaldo e embasamento

teórico. Nas palavras de Apple (1989, p. 191): “não é apenas uma ação política ou educacional que é importante. Precisamos de um trabalho teórico e de uma pesquisa numa série de áreas vitais”. Nesse sentido, a presente iniciativa, articulando elementos teóricos com a base de dados provenientes das entrevistas semi-estruturadas e análise documental conseguiu captar, com significativa fidelidade, a tônica dos pensamentos e percepções, revelando assim, o sentido procurado.

4.1 O Conselho Diretor – aspectos legais

O Conselho Diretor sempre foi a instância máxima de decisão dentro das escolas agrotécnicas federais e que antes da eleição direta para diretor, tinha as atribuições de elaboração da lista tríplice a ser encaminhada ao MEC. Depreende-se disso, o clima de disputa que envolvia a eleição de alguns de seus conselheiros. O Conselho Diretor tem sua existência e composição definida pelo Decreto nº 2548, de 15 de abril de 1998, que estabelece que:

Art. 12. O Conselho Diretor, órgão deliberativo e consultivo, será constituído por dez membros titulares e respectivos suplentes, designados por portaria do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, e terá a seguinte composição:
I - o diretor-geral da escola, que o presidirá;
II - dois representantes do corpo docente indicado por seus pares;
III - um membro do corpo técnico-administrativo indicado por seus pares;
IV - um representante do corpo discente escolhido por seus pares;
V - três representantes das federações, sendo um da agricultura, um do comércio e um da indústria, indicados pelas respectivas entidades;
VI - um técnico, egresso da escola, indicado por associação representativa legalmente constituída ou por assembleia de ex-alunos;
VII - um representante da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, do Ministério da Educação e do Desporto. (BRASIL, 1998).

No que diz respeito à sua composição, ressalta-se o fato de que o mesmo privilegia o mundo do trabalho somente pelo segmento patronal, dificultando que a grande maioria da sociedade civil opine nessas questões. Conforme nota-se no item V. Os representantes dos trabalhadores desses ramos não têm assento no conselho, com relação a essa temática um dos membros do conselho diz:

O fato dos representantes serem de entidades patronais ocorre por força de regulamento. O regulamento do Conselho Diretor diz que ele é formado pelo Diretor Geral que é o presidente do Conselho. [...] É mandado um ofício solicitando a federação da Agricultura...a federação

do comércio e a federação da indústria para que indiquem seus representantes; a federação da agricultura repassa o ofício ao Sindicato Rural Patronal de Salinas pedindo que faça essa indicação, porque eles não se sentem é.... aptos a fazer a indicação, as federações do comércio e da indústria da mesma forma repassam o ofício para Associação Comercial e Industrial para que ela faça a indicação através de um dos seus membros, então não é uma participação é... direta da comunidade, a comunidade através dessas entidades de classe. Além desses, nós temos um técnico egresso da Escola, como não havia até a última eleição, nenhuma é... nenhuma representação organizada dos egressos da Escola, era feita por eleição, hoje não, hoje tem a Associação dos Técnicos Agrícolas com sede em Taiobeiras que fez a indicação dos egressos: titular e suplente para participar. [...] Isso faz parte do... do... do Estatuto, mas já vem no Estatuto – Regulamento das Escolas Agrotécnicas. (Conselheiro 8).

Outro aspecto instigante é que os representantes dos servidores tanto docentes quanto técnico-administrativos não podem pertencer simultaneamente às direções sindicais, conforme estipula o artigo 29 ao estabelecer que “os membros do Conselho Diretor não poderão exercer, cumulativamente, funções na CPPD e CPPTA¹⁵, bem como em entidades representativas de classe de servidores da Escola.” (IFNMG, 2009, p. 7).

Tomando-se como parâmetro os princípios de formação para cidadania e de gestão participativa da educação, pergunta-se a que e a quem serve o propósito do artigo? A leitura do artigo é a seguinte: qualquer servidor pode ser membro do Conselho, desde que não seja dirigente sindical. Nesse sentido, o artigo não se mostra como estímulo à cidadania, pelo menos no que diz respeito à organização própria e independente dos trabalhadores. Pode-se utilizar o conceito de *não-participação decretada* de Lima (2001, p. 88) para classificar essa situação, em que se utiliza formalmente do código para vetar a participação de determinadas categorias ou segmentos.

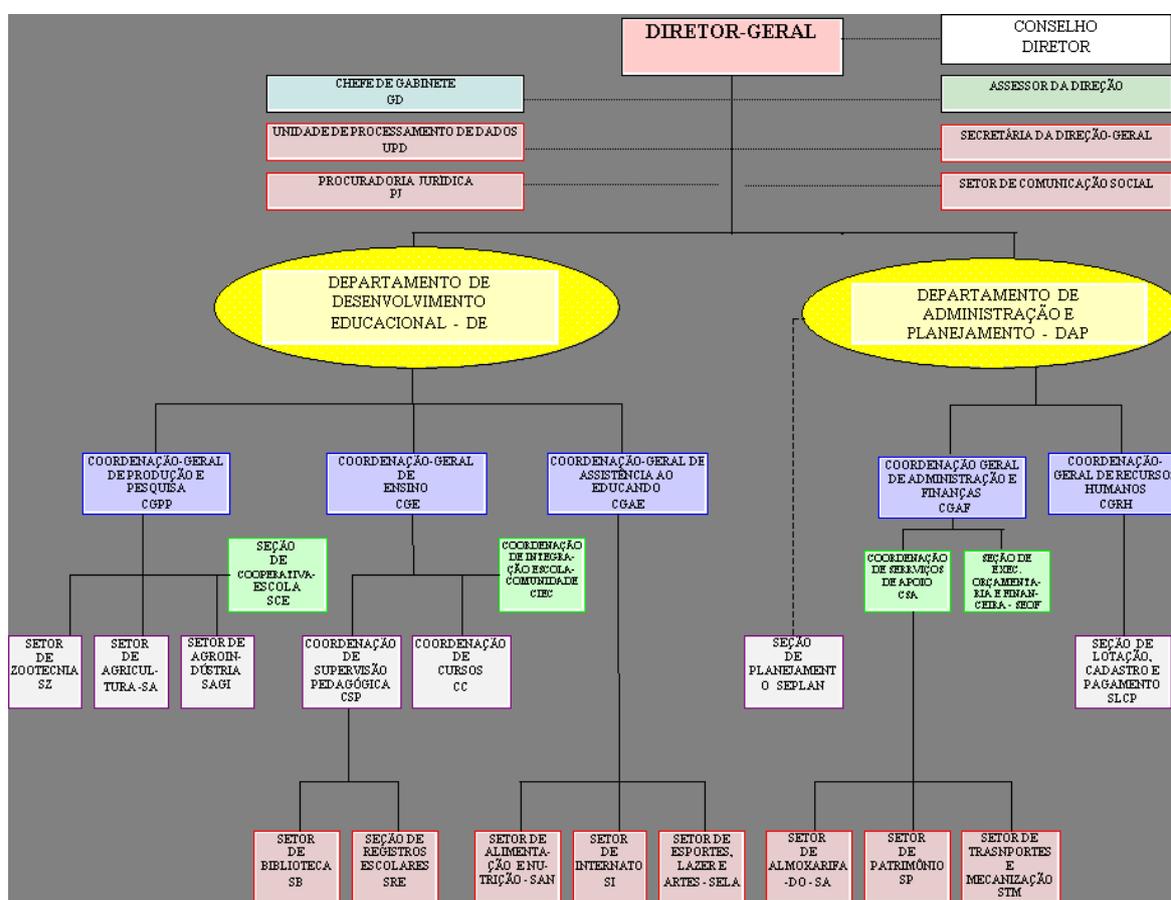
Quanto à duração do mandato, impedimentos e possibilidade de perda, às atribuições do Conselho Diretor, reserva-se o apêndice D que tem destacados todos esses trechos referidos. Com relação às competências do Conselho Diretor, algumas distorções concernentes à legislação em vigor, podem apontar uma falta de preocupação com a atualização devida no regimento, o que pode assinalar, inclusive, para uma incompreensão da real importância do Conselho Diretor dentro do educandário. Com relação ao inciso II que remete ao artigo 6º do Regimento Interno das Escolas Agrotécnicas Federais, pode-se afirmar que o mesmo já foi revogado pelo decreto nº

¹⁵ A CPPD é a Comissão Permanente de Pessoal Docente, que assessora a direção geral quanto a aspectos da carreira docente. A CPPTA é a Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo.

4.877 de 13/11/2003; a partir dessa legislação em seu Art. 2º “Compete ao Conselho Diretor de cada instituição deflagrar o processo de escolha, pela comunidade escolar, do nome a ser indicado ao Ministro de Estado da Educação para o cargo de Diretor-Geral”. Nesse sentido, o Conselho Diretor não mais é responsável pela definição do nome e sim pela deflagração do processo de escolha que será realizado pela comunidade.

Com intuito de visualizar melhor a localização do Conselho Diretor dentro do IFNMG – campus Salinas é apresentado este organograma.

Figura II
Organograma do IFNMG – *Campus Salinas*



Fonte: IFNMG – *Campus Salinas*

Sabe-se também que as nomenclaturas presentes nos artigos VIII e X já sofreram alterações. No caso do VIII o Ministério da Educação e do Desporto como consta no regimento do Conselho Diretor já havia passado pela mudança, pois em 1992, a Lei nº 8490 de 19 de novembro de 1992 transformou o então Ministério da Educação no Ministério da Educação e do Desporto e já em 1995, a instituição passa a ser responsável apenas pela área da educação. No entanto, a mudança do nome ocorre com

a medida provisória nº 1795 de 1º de janeiro de 1999, percebe-se que o Regimento do Conselho Diretor foi regulamentado em 1998, não foi posteriormente corrigido tendo em vista que esse regimento permanece em vigência. Já no artigo X, onde aparece Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC deveria ter sido feita a atualização para Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, esse fato ocorreu em 2004, a partir de então a SEMTEC se subdividiu em SETEC e Secretaria de Educação Básica - SEB.

No tocante à distribuição e obrigatoriedade das reuniões do Conselho Diretor, o regimento apresenta o 6º artigo¹⁶, sobre o qual se pode comentar que pouco o número de reuniões ordinárias do conselho para a dinâmica de tomada de decisões numa instituição desse porte, assunto que se voltará a refletir subsidiados pelas falas dos membros dos conselhos. Ainda que esteja previsto o instrumento das reuniões extraordinárias, as mesmas são convocadas por iniciativa da direção da escola, denotando a primazia desta em relação aos demais conselheiros.

Ainda no tocante ao funcionamento das reuniões, apresenta-se mais um artigo do regimento. Entende-se que salvo o instrumento adotado pelo poder judiciário de sigilo de justiça, no qual investigações ocorrem em âmbito restrito ao acompanhamento da sociedade para salvaguardar possíveis injustiças ou não prejudicar as investigações em curso. Os aspectos provenientes de instituição pública devem ser socializados ao máximo, o que certamente contribui para uma maior democratização e emancipação dos sujeitos, que tem possibilidade de formar suas opiniões e quem participar contribuindo com o processo.

Outro ponto relevante quanto ao funcionamento das reuniões do Conselho Diretor é a maneira e o local onde elas ocorrem, pode-se afirmar que essas sempre acontecem no Gabinete da Direção Geral e são sempre realizadas de portas fechadas. Acredita-se ser possível, até mesmo por ouvir relatos informais de servidores de outras instituições onde isso ocorre que, as reuniões se abertas possibilitariam a participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade, permitindo assim um melhor entendimento da relevância desse instrumento. O direito à voz ainda seria reservado aos membros; no entanto, acredita-se que a perspectiva de fazer parte como espectador seria extremamente enriquecedora. Até mesmo como horizonte de observar o envolvimento nas decisões dos representantes e exercer uma silenciosa, mas

¹⁶ Presente no apêndice D.

contundente pressão social nas decisões em prol da instituição e da comunidade.

Essa possibilidade explicita a contradição, no momento em que a escola não é mais um ambiente fechado à participação, é também um espaço que ainda guarda resquícios de autoritarismo, um organismo híbrido. Ao mesmo tempo em que a escola diz querer formar para a cidadania, limita a participação de servidores sindicalistas no Conselho Diretor. Com relação a essa temática pensa-se ser relevante apresentar um estudo de Sá (2009, p. 124) que diz a respeito da mudança que ocorreu na dinâmica das reuniões do Conselho Diretor da EAF-São Luis do Maranhão:

Ainda que seja considerado um avanço em relação ao passado de portas fechadas, ainda não pode se configurar como uma situação que estimule a participação e que se possa qualificar como gestão democrática, uma vez que o aprendizado político e participativo se dá na interação e conflitos de idéias, algo que um monólogo, isto é, a fala somente por parte do conselho não privilegia. Caberia uma reflexão se essa passividade não afasta as pessoas que não se sentem estimuladas a ficarem horas assistindo um evento sem a possibilidade de emitirem pelo menos suas opiniões. A abertura das reuniões ao público consiste num tímido avanço em relação ao período anterior, contudo, ir além do estabelecido continua, ainda, um desafio político.

Na fala de um dos membros do Conselho Diretor é perceptível o impulso que uma reunião aberta poderia possibilitar:

A comunidade interna... ela...ela tem uma visão que o Conselho, ele só vai para votar as propostas feitas para a Escola, então eu até já comentei em uma reunião que seria interessante uma reunião do Conselho até aberta para o pessoal ouvinte, para ver realmente... os membros estão lá para dar opinião, para... para não aceitar como foi caso de reunião aí que teve proposta da direção da Escola que o Conselho votou contra, rejeitou, fez outra proposta (Conselheiro 6).

Acredita-se que mudanças como essas fariam com que o Conselho Diretor se aproximasse mais do papel que tem para cumprir. Assim, permitira a comunidade um maior conhecimento e participação em suas ações, desmitificando opiniões, segundo as quais esse instrumento simplesmente referenda propostas da direção; assim, possivelmente o acesso poderia aumentar o interesse em atuar ativamente dentro desse colegiado.

4.2 O papel do Conselho Diretor

Após apresentar uma breve análise do regimento do Conselho Diretor, se faz necessário trazer essencialmente as reflexões surgidas após as entrevistas. A primeira das questões que é relevante captar diz respeito à significação que os atores atribuem ao Conselho Diretor, uma vez que, desta forma, começaria, a partir de suas falas, a perceber seu entendimento no tocante à compreensão desse instrumento, o que, em certa medida, já explicitaria elementos para nortear as análises. Nesse sentido, as discussões fundamentadas nessa área – gestão participativa – têm se mostrado de grande importância, destacadamente na sua interface com a política, constituindo objeto de reflexão em vários estudos. No teor dessas elaborações, Pucci (1995, p.14) apresenta uma concepção política de educação que vai ao encontro do que se propõe estudar:

Entendida não como moldagem dos seres humanos, a partir do exterior, ou como mera transmissão do saber, e sim como produção de uma consciência verdadeira. Trata-se da construção da consciência verdadeira, potencialmente presente, mas continuamente abafada, na concepção de mundo dominante. [...] A produção dessa consciência se dá na produção de uma sociedade democrática, que, para ser coerente com o seu conceito, exige a produção de homens emancipados. A emancipação, enquanto maioridade, autonomia, confere sentido político à educação.

Nesse sentido, Gadotti (1995, p. 22) lembra que:

A questão da educação nunca esteve separada da questão do poder. Os que ainda insistem que a educação é uma questão técnica, na verdade estão ocultando, atrás da razão técnica, um projeto político. A educação sempre foi um prolongamento de um processo político [...] A educação passou a ser lugar de denúncia da própria educação e a escola passou a ser uma instituição de conflito como qualquer outra. Os poderes instituídos temem a escola, pelo seu potencial crítico e capacidade de mobilização social.

O fato dessa discussão a respeito de educação ser sempre atual, o fato de entender que a sua compreensão não poder estar desatrelada do objeto do estudo e a necessidade de extrair da fala dos atores, o seu entendimento a respeito do Conselho Diretor levou a considerar essa temática. Nessa perspectiva, pode-se perceber que o entendimento do Conselho Diretor para os membros é bastante divergente, apesar de observar falas que apresentam vários pontos de intersecção.

O Conselho é muito importante para a instituição porque nele todos... As decisões são tomadas. [...] se não for aprovado pelo Conselho... É... Não

passa... Todas as decisões desde a duração de uma aula, uma mudança de carga horária.... Mudança de disciplina, acrescentar... Esse novos cursos que estão vindo...ou mesmo mudança na média de uma nota...[..] Desde de orçamento, por mais que a União venha aqui, mande auditores, faz uma pesquisa para ver se está tudo dentro dos conformes, tudo é passado pelo Conselho, se você duvidar de alguma coisa vão investigar... (Conselheiro 3)

O Conselho Diretor, na minha opinião, ele dá sustentabilidade à administração, eu comparo o Conselho Diretor com o legislativo, onde vai aprovar...as ações do gestor e também funcionar como fiscalizador, essa é a função básica do Conselho Diretor. (Conselheiro 2)

Eu vejo o papel do Conselho Diretor como essa gestão compartilhada. É... O Conselho Diretor é um órgão deliberativo, consultivo, de assessoramento, então é... O Conselho na verdade ele permite por ter representantes de todos os segmentos decidir de forma participativa, então é o que eu penso do Conselho. (Conselheiro 4)

O papel é de cuidar para que a gestão do Instituto Federal seja feita de maneira mais transparente [...] mais do que isso seria contribuir para que as decisões tomadas, as ações desenvolvidas ou pensadas pelo Instituto possam beneficiar o maior número de pessoas possíveis (Conselheiro 5)

Com relação às falas supracitadas pode-se observar que uma parte significativa dos conselheiros acredita que esse instrumento cumpre um papel que contribui para a participação. A partir do momento que a decisão de várias questões de suma importância para o funcionamento institucional passa pelo Conselho, que por sua vez desempenha a função de órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento, propiciando uma gestão compartilhada, que deve possibilitar no benefício de maior contingente de pessoas.

Outro aspecto que é importante destacar é a correlação estabelecida na fala do conselheiro 2 do Conselho como um órgão legislativo que teria como objetivo aprovar as ações do gestor e atuar como fiscalizador. Nesse sentido, a equipe diretiva teria o papel de órgão executor, pode até ser comparação interessante, até mesmo porque outro aspecto similar seria a forma de representação. No entanto, tem-se que levar em consideração que mais que aprovar e fiscalizar as ações os conselheiros, o Conselho tem o papel propositivo, devendo se preocupar em trazer os interesses de seus representados para dentro do órgão. Conforme percebe-se em vários momentos da fala do Conselheiro 6, ao falar de sua inserção no segmento que ele representa: “Eu acho que inseriu muito bem dentro desse segmento, e daí eu posso estar levando sugestões e anseios desse segmento para dentro do Conselho”. E ainda, quando diz respeito da tarefa do conselheiro: “Também está levando para Escola alguns anseios que a comunidade tem...”

Ainda com relação aos significados atribuídos ao Conselho pelos seus membros apresentam-se mais algumas falas:

É...eu acredito que é o braço direito do diretor. Acompanha ele para tomar decisões.... é decisões mais importantes possíveis são tomadas junto ao Conselho Diretor da melhor forma possível para auxiliar o diretor na sua gestão (Conselheiro 7).

O... Conselho Diretor, o papel do Conselho Diretor é... subsidiar... a administração da Escola em decisões que envolve não só a comunidade interna, como também a comunidade externa. É verdadeiramente um Conselho consultivo e deliberativo (Conselheiro 8).

Acredito que seja assessorar o Diretor e a direção da Escola na...na...na administração de uma forma indireta e também está levando para Escola alguns anseios que a comunidade tem, [...] então eu acho que... que é um órgão de suporte a direção da Escola (Conselheiro 6).

As falas acima trazem preocupação porque, de certa forma, atrelam o papel do Conselho Diretor à direção da instituição, essa relação ocorre de maneira natural, mas não se pode restringir o papel do Conselho somente a isso, sob pena da consequente perda de sua autonomia. Tratando, ainda, do papel do Conselho traz-se à tona a fala do Conselheiro 1:

Eu acredito que o papel que ele deveria fazer seria uma participação... De base uma consulta de base a nós representantes do Conselho, embora na prática, eu o vejo participando somente como formalização dos processos já definidos dentro da Escola então não é uma participação que...que realmente você coloca suas idéias de forma livre, você é convidado somente para votar, para validar o que já está determinado praticamente dentro da própria escola, inclusive você tem o direito de voto, embora a maioria dos participantes são internos e já são conduzidos a aprovar aquilo que ele determinar...praticamente determinar.

É perceptível no trecho acima uma lucidez quanto ao papel que o Conselho deve desempenhar, mas, ao tempo, uma crítica contundente com relação ao fato desse instrumento estar se restringindo ao mero referendo de ações propostas e muitas vezes já executadas. Nesse caso, essa ferramenta estaria se furtando de cumprir muitos dos seus papéis como já foram apresentados nas atribuições do Conselho. Com relação a composição do Conselho será discutido nesse trabalho mais a frente.

4.3 Porque fazer parte do Conselho Diretor?

Na segunda questão da entrevista aplicada aos conselheiros, foi perguntado o motivo que os levou a ingressar no Conselho. A partir dessa questão se pretendeu investigar quais as razões que influenciaram a entrada dos membros no Conselho, dessa forma pensa-se captar se essas razões representavam o interesse coletivo ou motivações individuais. Percebe-se, no decorrer das respostas, que existe uma preocupação no respeito da opinião alheia, um interesse em participar de forma mais ativa, mas com o intuito de propiciar uma construção coletiva.

Eu acho que eu tenho condição... de estar respondendo pelos meus colegas. Sabe, eu gosto da instituição, eu tenho 12 anos já que trabalho aqui, eu me preocupo com o que está sendo decidido [...] Eu não vou ser negligente sabe...porque é bom para A ou B. Eu acho que eu tenho esse senso de....de estar respeitando a opinião dos outros e vendo o que é melhor, não levar somente a minha opinião...Sabe, eu não acho que eu sou uma pessoa muito dura...por isso que eu me candidatei e fui eleita pelos colegas. (Conselheiro 3).

Eu sou uma pessoa que gosta de criticar, crítica construtiva, eu acho que para você fazer uma crítica, você deve participar é muito cômodo a pessoa cruzar os braços e criticar, mas você estando participando você tem mais chance de errar menos...porque você está inteirando do que tem acontecido é....o que a Escola tem desenvolvido e o que se pretende e aí...a gente como representante do docente, a gente tem como obrigação também repassar isso e ouvir dos pares as reivindicações, as opiniões, porque a gente realmente é um representante eleito pelo segmento, a gente obrigação de dar satisfação. (Conselheiro 2).

Justamente o interesse de ter uma participação mais efetiva, eu penso que poderia contribuir de alguma maneira com isso, já havia participado há alguns anos atrás quando o Conselho¹⁷ levava outro nome, mas era o mesmo papel do Conselho Diretor, logo que eu iniciei em 1995, então a experiência foi boa de ter participado, de você estar ali sabendo o que está acontecendo, o que se passa na Escola, na instituição, e poder contribuir de alguma maneira. (Conselheiro 4).

No tocante às falas supracitadas são notórias as percepções do mecanismo de eleição e representação. Nesse sentido, Lima (2001, p. 73-74) diz que a eleição é forma tradicional de participação direta que dispensa intermediários. Essa participação direta

¹⁷ O conselho a qual o membro em questão se refere é o Conselho Técnico Consultivo que foi substituído pelo Conselho Diretor através do decreto nº 2548, de 15 de abril de 1998, que no seu artigo 29º advoga que: “o atual Conselho Técnico Consultivo das Escolas Agrotécnicas Federais será substituído pelo Conselho Diretor, previsto no art. 12 deste regimento, quando da nomeação dos seus membros, no prazo máximo de sessenta dias contados da publicação do presente regimento.

pode ocorrer também nas assembleias gerais deliberativas. A essa forma de participação denominada pelo autor como direta, contrapõe-se a participação indireta por meio de representantes ainda que os mesmos assumam um caráter de delegados opondo-se aos fiduciários. Lima (2001) classifica a participação indireta por meio dos delegados como uma participação semi-direta, na qual o poder dos representados se faz presente mais cotidianamente no mandato dos representantes.

Continuando na análise das falas, para outros ainda parece não haver uma clareza tão grande no tocante à importância do Conselho e sua consequente participação nesse processo. Outro ponto que aparece nesse caso referente a fala de representantes da sociedade civil é a possibilidade de contribuir com a sociedade, pode-se destacar também que a vivência em movimentos sociais como uma mola propulsora do interesse em participar mais de instâncias da sociedade.

Não teve motivo... Nenhum motivo aparente... só representar o corpo discente mesmo. (Conselheiro 7).

Eu fui indicado pelos membros da Associação Comercial representando a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. E...eu fiquei comovido a participar e aceitei o convite pelo fato de poder contribuir com a sociedade. (Conselheiro 1).

É...desde que eu me formei, eu passei a trabalhar com movimentos sociais, com conselhos deliberativos, consultivos em diversas áreas principalmente nas áreas que são relacionadas ao meio rural, nesse caso o que já tem muito em comum são Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Em 2006 até em função da...oportunidade que eu tive no trabalho de adquirir experiências em lidar com organizações, com trabalho coletivo, alguns técnicos aqui, conhecidos já egressos lá do Instituto me convidaram para ajudá-los a organizar uma Associação da classe para fortalecer a categoria, para discutir os maiores desafios enfrentados hoje e eu me dispôs a ajudar naquele momento, aí surgiu o convite de indicar dois nomes, sendo um titular e um suplente para compor o Conselho Diretor, eu de início me prontifiquei a participar, mesmo...talvez naquele momento, não reunindo a disponibilidade de tempo necessária, porque eu acredito que seria muito bacana contribuir e ajudar a melhorar aquilo que eu já tinha visto é...vivenciado ao longo de três anos pela na minha estadia na Escola, na época era Escola. (Conselheiro 5).

Por sua vez, um dos conselheiros relata uma experiência anterior no Conselho pôde fazer com que se percebesse algumas falhas na participação dos representantes da sociedade civil, aspecto que o membro em questão se interessa em procurar modificar.

Talvez até isso que eu disse antes o fato de eu conhecer e já ter participado do Conselho como membro da classe docente e teve muitos membros da sociedade é... Faz mais é um pró-forme, mesmo que vai lá só para votar, que às vezes tem pouca condição, ou por não estar

imbuído do que realmente é...é a Escola, qual a função da Escola e talvez a falta de tempo, então, eu acho que pela pouca participação que eu percebia de membros do Conselho em épocas anteriores quando eu participava como membro da Escola. (Conselheiro 6).

4.4 Refletindo sobre a atuação de conselheiro

Com o objetivo de captar, de maneira mais enfática, como os membros do Conselho avaliam sua própria prática, foi feita uma pergunta com esse conteúdo. Pode-se perceber na fala dos entrevistados que é praticamente unânime o olhar de uma ação positiva no que se refere à atuação dos mesmos dentro do Conselho, por inferência se a atuação dos conselheiros é positiva, a atuação dessa ferramenta também seria, apesar disso no decorrer da pesquisa, outras considerações aparecerão.

Também se faz presente nas respostas dos membros do Conselho a importância atribuída ao fato de se inteirarem do que vai ser debatido, através da leitura e análise da pauta das reuniões antes das votações, o que deixa claro que é de inequívoca relevância que o assunto chegue o mais breve possível até as mãos dos conselheiros para assim avaliarem e coletarem as impressões de seus pares. Outro aspecto que cabe salientar aparece na fala de um dos conselheiros, é a relação entre uma atuação positiva e um bom contato com os representados e ainda a necessidade de se levar em consideração a importância de conhecer bem a estrutura institucional. Para refletir melhor a respeito desses aspectos inerentes a representação, Guizardi (2009) assevera que:

O campo da representação é então batizado como prática política por excelência, força maior de expressão dos poderes 'do cidadão', cujo exercício político fica desta forma confinado, num território próprio e distante de seu fazer cotidiano.

Percebe-se, na fala desse conselheiro, justamente o interesse em construir na sua representação algo diferente do que normalmente se vê na prática dos políticos, que de uma forma geral, salvo algumas exceções, abrem oportunidades para que os representados tenham um maior espaço para atuarem e opinarem.

Eu acho muito positiva, eu acho né... mas eu acho, teve vários casos lá, que eu tentei pelo meu voto assim, eu dou meu voto né e tento mostrar porque eu estou fazendo aquilo... (Conselheiro 3)

Eu acho que é positivo, a gente tem procurado participar de maneira democrática...ouvindo é...é....questionando é...é...aprovando os projetos e...e...emitindo opiniões que às vezes são acatadas. (Conselheiro 2)

Eu tenho tentado participar de maneira ativa, então todas as reuniões eu procuro me inteirar, é enviado para cada membro todos os documentos

que serão discutidos no momento da reunião, então faço a leitura, faço a análise, então chego a reunião já tenho ciência do que se trata, então eu participo, penso que participo ativamente. (Conselheiro 4).

No campo dos possíveis entraves a uma participação mais efetiva pode-se destacar: principalmente no que se refere aos representantes da sociedade civil a questão de um tempo maior para se dedicar as atividades do Conselho, lembrando que os mesmos procuram de acordo com as possibilidades comparecerem às reuniões.

Outro problema diz respeito ao próprio funcionamento do Conselho; para um dos conselheiros a maneira como as reuniões são organizadas não permite uma participação efetiva que vá além da aprovação ou desaprovação de modelos que já vêm quase prontos. O ideal então seria que houvesse a possibilidade de atuar nos momentos de formulação e concepção das ideias para que assim verdadeiramente pudessem contribuir com suas sugestões.

Acredita-se que essa atuação poderia minimizar afirmação de Santos (2000, p. 3) “As políticas públicas ainda são formuladas e controladas pelos órgãos executivos do governo, sendo o Conselho usado para apenas ratificar as decisões tomadas”. Quando um conselheiro diz que é chamado apenas para “opinar junto ao diretor, fica bastante evidente a necessidade de desmistificar a visão do Conselho como mero referendo da direção, reafirmando sempre a necessidade de um tempo para ler a pauta e socializar o que vai ser discutido junto dos representados o que funciona como uma maximização do viés democrático.

A minha atuação?...Eu acho que ela poderia ser melhor é...até em função de não ter condições de realmente dedicar, a....avaliar mais a fundo todas as propostas que são votadas, mas pelo menos no que se refere a participação de convocação e atender o chamado de reunião, eu tenho feito, sempre que me chamam eu abro mão de outros compromissos e priorizo o Conselho pela importância que tem, ela é uma participação boa, não seria, nem ótima e nem excelente, nem tão ruim. Eu tenho freqüentado ultimamente a maioria das reuniões. (Conselheiro 5).

A minha atuação eu avalio de forma positiva dentro das minhas limitações...é, é...eu tenho procurado participar, inclusive cobro participações, faltei apenas uma reunião porque fui convidado em cima da hora, tinha uma viagem marcada não deu para comparecer, mas eu tenho participado e tenho cobrado inclusive do Diretor sempre que eu encontro com o Diretor do Conselho eu cobro dele: Oh cadê as reuniões? Como é que tá? Eu quero...eu tenho o desejo de participar mais...eu gostaria de participar dos processos de... sugestões e idéias...e não simplesmente participar de uma reunião para votar aprovando ou desaprovarando...É que também não funciona...Meu voto não tem valor. O

voto da sociedade civil acaba não tendo poder de decisão porque os membros já são tipo cartas marcadas (Conselheiro 1).

Nós aqui somos chamados apenas, como eu disse antes, para opinar junto ao Diretor. Somos chamados vinte e quatro ou quarenta e oito horas antes, é....com a devida pauta em mãos para a gente ler e eu acho que esse tempo é pouco, já que a gente representa o corpo discente, o assunto da reunião deveria ser levado aos alunos o que não nós dá tempo para fazer isso. É necessário um acompanhamento mais assíduo dentro da instituição. Teríamos que saber todos os processos para chegar a uma etapa final. (Conselheiro 7).

Ainda, de acordo com o artigo 21^o ¹⁸ do Regimento do Conselho Diretor que diz as incumbências do presidente do Conselho, que tem função primordial na estrutura do Conselho. Tendo que ter consciência da sua importância para efetivação desse instrumento, como possibilitador da participação da comunidade interna e externa nas decisões institucionais, alavancando assim a ação democrática.

Com relação a isso, outro ponto que merece destaque é o voto de qualidade, direito do presidente, mas que segundo seus relatos não precisou ser utilizado em nenhum momento que esteve à frente do Conselho. De acordo com Santos (200 p. 125), isso permite que o presidente do Conselho tenha sempre a prerrogativa de decidir as deliberações a seu favor, mesmo que não as utilize. Pensando nisso, pode-se destacar um trecho da fala do conselheiro 1: “O voto da sociedade civil acaba não tendo poder de decisão porque os membros já são tipo cartas marcadas”. Se esse apontamento expresso for realmente fato, pode explicar o motivo pelo da não se utilizar a prerrogativa do voto de minerva. Do ponto de vista conceitual e levando em consideração os modelos de gestão organizacional, discutidos no referencial teórico essa fala aponta para resquícios de patrimonialismo e clientelismo.

4.5 Gestão participativa e o Conselho Diretor o entendimento dos conselheiros

Diante desse contexto da relevância da participação no interior da gestão, pergunta-se qual seria o entendimento deles a respeito de gestão participativa. Nesse sentido, apesar de muitos até saberem de sua importância, houve muita dificuldade para se explicitar um conceito. Na maioria das vezes, é possível observar que tal fato se originava da abrangência do tema exposto e não da deficiência dos entrevistados quanto

¹⁸ Presente no Apêndice D.

ao conhecimento. Dentre aqueles que responderam mais prontamente e de maneira concisa, tem-se abaixo algumas falas.

Gestão participativa... eu creio que é justamente nesse processo de formação de idéias, de projetos, sugestões, empenho, discussões. E está muito mesmo...a sociedade tem o direito de colocar as sua idéias dentro da instituição (Conselheiro 1).

Entendo que seria a participação... das pessoas... das pessoas inseridas em um determinado contexto, uma participação ativa nas decisões naquele contexto (Conselheiro 4).

Gestão participativa é... construir dentro de uma rede, no caso de pessoas, um diálogo sobre quais os melhores caminhos, as melhores propostas a serem traçadas, envolvendo todos os segmentos interessados sem distinção de raça, cor, credo ou classe social, essa é a gestão participativa (Conselheiro 5).

Em outras falas, percebe-se uma controvérsia sobre a participação da sociedade civil no Conselho como objeto de concretização desse instrumento de gestão participativa e até mesmo, de certa forma, um envolvimento mais efetivo nas decisões do Conselho. Nas falas abaixo, sendo a primeira e a última da terceira de representantes da sociedade civil e a segunda de um membro interno do Conselho. Enquanto os primeiros revelam a importância da ação da sociedade civil no Conselho e até mesmo revelam um interesse maior em participar de maneira mais completa dos processos, o segundo mesmo admitindo a importância dessa participação, acredita que o fato de membros externos participarem dificulta a operacionalização das ações no Conselho, mesmo que na contraposição das falas se percebe que esses exteriorizam essa disponibilidade.

Eu entendo que seria a participação de vários segmentos da sociedade, não só o corpo administrativo de dentro da Escola, mas eu acho que uma gestão com vários setores participando, sugerindo, é... cobrando eu acho que não é só sugerir e dar opinião, é cobrar também. Eu vejo hoje uma participação mais efetiva, dos membros da parte empresarial, comercial [...] A administração participativa, eu acho que ela ainda, tem muito a crescer, a própria sociedade tem que procurar mais o seu espaço dentro da instituição como Escola, mas comparando aí com 10, 15 anos atrás, hoje já tem uma participação bem efetiva (Conselheiro 6).

Com o Conselho Diretor não há disponibilidade, nem de tempo... de participação dos membros. Cada um tem as suas atribuições, fica até difícil ficar convocando esse pessoal para ficar passando mais tempo dentro da instituição e acompanhando o dia a dia da instituição. Então é difícil trabalhar uma administração participativa dentro de um Conselho Diretor. [...] Olha dentro do Instituto o... o Conselho Diretor. Dentro do Instituto o Conselho de Dirigentes fica fácil de você trabalhar uma gestão participativa, são todos servidores da Instituição. No Conselho Superior, a grande maioria também vai ser de servidores da instituição, o que dificulta é você conciliar as outras atividades dos conselheiros da

comunidade externa, com administração da Escola, isso o que mais dificulta é... a realização da administração mais participativa. Se esse Conselho fosse formado apenas por membros, por servidores da instituição, ativos ou inativos seria mais fácil. Eu diria que seria mais fácil assim, mais acho que é difícil ser assim, porque a participação da clientela da Escola também é importante nas decisões administrativas. Nós não podemos desprezar a participação de nossos clientes (Conselheiro 8).

Eu quero...eu tenho o desejo de participar mais...eu gostaria de participar dos processos de... sugestões e idéias...e não simplesmente participar de uma reunião para votar aprovando ou desaprovando...E que também não funciona...Meu voto não tem valor. O voto da sociedade civil acaba não tendo poder de decisão porque os membros já são tipo cartas marcadas. (Conselheiro 1).

Essa percepção obtida pelo estudo a partir das falas das entrevistas vai ao encontro de uma pesquisa¹⁹ que se teve acesso. Na fala do conselheiro 8, outro ponto que cabe esclarecer é sobre o Conselho de Dirigentes e o Conselho Superior; adianta-se que esses instrumentos ainda não se constituíram de fato dentro do IFNMG, maiores informações estão presentes na lei 11892/2008, seção IV, que trata da estrutura organizacional²⁰. Ainda com relação a essa fala, destaca-se o seu entendimento a respeito da gestão participativa, apesar de analisar que sua fala vai ao encontro da descentralização de poderes.

Eu acho que a gestão participativa, ela é mais ampla do que acontece nos atuais Conselhos Diretores, uma participação, uma administração participativa, você precisa de delegar poderes, cobrar resultados... (Conselheiro 8).

Por fim, é trazida a fala do Conselheiro II:

Ah! Meu sonho... Eu acho que daqui pra frente é inadmissível ilhas...gestores ilhas...aquele gestor que usa a expressão "eu", eu gosto do termo nós quando cada segmento da sociedade participa, aí a chance de errar é menor e quando alguém vai fazer alguma crítica ele pensa duas vezes, poxa eu também participei dessa decisão porque eu estou criticando uma coisa que eu mesmo participei... dessa decisão e quando você não participa você às vezes não é informado...você não tem conhecimento do que está acontecendo, às vezes também você pode cometer alguma injustiça por não inteirado daquele assunto, então é eu acho que todo gestor é...atualizado não só a nível de Escola, mas também do campo político deve ter a... administração participativa.

¹⁹ Mesmo que os conselheiros governamentais [nessa pesquisa membros internos] reconheçam a importância da participação da sociedade civil ajuda no desenvolvimento processo democrático, ao mesmo tempo em que emitem esse reconhecimento levantam suspeitas sobre a qualificação da sociedade civil. (QUERMES 2000, P. 141).

²⁰ Presente no Apêndice D do trabalho.

Acredita-se que essa fala vai ao encontro do que apresenta Taffarel (1997, p. 448):

Para vencer, avançar social e politicamente, o caminho é compreender a realidade enquanto um processo de movimento, complexo e contraditório, e agir sobre o todo agindo sobre suas diferentes partes, que não são compreendidas fora da relação com o todo. É nesse sentido que as ações sobre qualquer problemática social, seja uma intervenção no sindicato, no partido, na aula, na produção científica do conhecimento, no movimento estudantil, implicam em ações articuladas tanto no âmbito pedagógico quanto no âmbito das condições sociais para buscar a difícil e imprescindível articulação entre os interesses imediatos e uma ação estratégica, de longo prazo.

Diante dessa reflexão, Demo (1994, p. 65) esclarece que:

Entendemos como político o espaço de atuação do homem, onde ele forma a si mesmo e molda as circunstâncias objetivas que o cercam. Sujeito de si mesmo e condutor da natureza: em vez de somente acontecer, ao sabor dos eventos externos, fazer acontecer, planejar, influir, prever.

Ainda na linha de gestão participativa, optou-se por perguntar se o Conselho Diretor pode ser considerado como um instrumento. Foi quase unânime a percepção afirmativa apesar de se notar meandros relevantes e diferentes nas respostas, como por exemplo, um dos motivos apresentados para justificar o porquê o Conselho Diretor cumpriria esse papel é a possibilidade da representação de diversos segmentos eleitos pelos seus pares.

Contribui muito, porque é seria como... nas décadas e décadas passadas... Que uma pessoa, uma pessoa só, uma cabeça só... tomaria decisões sem consultar ninguém. Eu acho de extrema importância, porque normalmente quando a gente vai para o Conselho, a gente tem essa pauta do que vai ser debatido, antes. A gente passa para as pessoas, ouvir as outras pessoas, a opinião delas, então eu acho... Nada aqui passa decidido, sem passar pelo Conselho. Ele é...como uma força maior dentro da Instituição. Se não tiver a aprovação dos membros, tudo não for discutido, igual, são membros de vários segmentos. (Conselheiro 3).

Claro...claro...com certeza, ele...ele que vai dar sustentabilidade para a administração, ele que toma as decisões, a decisão final é do Conselho. (Conselheiro 2).

Sim, uma vez que ali estão membros que foram... escolhidos pelos pares, você está representando de alguma maneira, os diversos segmentos que estão ali...ali representados....entendo que ali....ali a gestão participativa. (Conselheiro 4).

Outros membros, por sua vez, mesmo admitindo que, de certa forma, o Conselho cumpre o papel que contribui para a gestão participativa, acreditam que o potencial desse instrumento seria bem maior e ainda que o número de reuniões deveria ser maior, com uma periodicidade definida; esse ponto, inclusive, está presente no Regimento. O que precisaria então seria uma maior ação dos membros e da instituição, para fazer valer esse dispositivo legal²¹. O único membro que responde negativamente justifica pelo fato de não haver um real envolvimento dos conselheiros com a concepção das propostas, ficando muito restrito à mera aprovação ou reprovação das mesmas, apresentadas.

Cumpra a partir do momento em que as propostas queiram ou não estão apresentadas a mais pessoas que não apenas aquelas envolvidas no processo...a partir daí cumpre. Eu acho que sim, pelo fato dele...dele ter membros da sociedade participando, embora é.... ele não é um órgão de gestão, ele é mais um órgão é...é....consultivo, então assim, eu acho que é...é...são poucas reuniões que são feitas [...] Eu acho que a composição é interessante, é democrático, porém o número de...de situações que é levado a discutir, eu acho que ainda é pouco, talvez poderia ser mais efetivo isso daí. Poderia ajudar muito é.... a regularidade das reuniões, é... o Conselho Diretor, ele tem obrigação de se reunir algumas vezes até pela estrutura que ele tem, mas... se houvesse uma periodicidade definida, dois em dois meses em que as agendas seriam meio que pré definidas talvez a participação melhoraria. (Conselheiro 5).

Ele...contribui, mas de uma forma muito tímida. É muito pouco, pelo que ele poderia contribuir. (Conselheiro 1).

Eu acredito que não porque quando chega no Conselho Diretor é para aprovar ou não...Não tem assim... um acompanhamento... do processo todo...em si. Chegou no diretor é sim ou não e porque. Nós do Diretor, do Conselho Diretor fazemos isso aí. Eu percebo, mas não como uma pré-discussão, seria no momento, ou já define agora ou a gente perde oportunidade, talvez o diálogo, ele deveria ser um pouco mais antecipado, mais amadurecido, é...é se instrumentalizem melhor de argumentos para poder defender ou não os critérios que estão sendo afetados, as diretrizes que estão sendo afetadas. (Conselheiro 7).

Pensando na importância da gestão democrática no interior das instituições educacionais, assinala-se que a Constituição Federal de 1988, ao estabelecer como princípio da educação pública, a gestão democrática, no artigo 206, confirma a luta pela redemocratização do país. Esse fenômeno foi observado não somente no Brasil, conforme Bobbio (1989) mostra. Tratava-se de algo maior,

O processo de alargamento da democracia na sociedade contemporânea, não ocorre apenas através da integração da democracia representativa com a democracia direta, mas também através da extensão da democratização (entendida como instituição e exercício de procedimentos que permitem a participação dos

²¹ Cf. Art. 6º do Regimento do Conselho Diretor no Apêndice D dessa dissertação.

interessados nas deliberações de um corpo coletivo) a corpos diferentes daqueles propriamente políticos, ou seja, como a ocupação, por parte de formas até tradicionais de democracia, de novos espaços até então dominados por organizações de tipo hierárquico ou burocrático (BOBBIO, 1989, p. 54).

4.6 O Conselho Diretor e sua possível influência nas diretrizes administrativas

Continuando ainda nessa perspectiva de qual é de fato a contribuição do Conselho Diretor dentro do âmbito educacional foi questionado se o mesmo influencia as diretrizes administrativas. Percebe-se que, na maioria das respostas, houve uma concepção positiva, seguindo a mesma linha do item discutido anteriormente, assim destacam-se alguns comentários interessantes. Entre estes cabe observar que reiteradamente aparece na fala de um dos conselheiros a insatisfação com a composição do Conselho e com o poder investido na figura do diretor. Outro aspecto admitido pelo próprio presidente do Conselho é o limite da sua atuação, tendo em vista que nem todas as decisões são analisadas por esse instrumento.

Eu creio que não. Ele não influencia. Isso já vem determinado. O Conselho não tem é...o Conselho é muito conduzido pelo especificamente pelo próprio Diretor... O Conselho em geral mesmo, os participantes do Conselho acabam sendo, como a maioria são membros da Escola e são sempre submissos ou induzidos pelo Diretor a votar sempre nas propostas que ele coloca. Então o Conselho acaba ficando na mão do Diretor e não especificamente do total do Conselho. (Conselheiro 1).

Eu diria que sim, que muitas vezes para você conduzir uma determinada administração, você já conduz prevendo que vai ser preciso de uma...é.. uma avaliação, uma apreciação, por parte do... do Conselho Diretor...embora é.... nem todas as decisões, atividades, são levadas ao Conselho Diretor (Conselheiro 8).

Claro...inclusive é uma das funções do Conselho Diretor... a...a questão de definir a atuação da Escola, da Instituição...então uma das funções é essa (Conselheiro 4).

Com relação à definição das diretrizes administrativas, um aspecto que chama atenção e foi referendado na fala de dois membros do Conselho, até que ponto de fato a instituição tem autonomia administrativa ou se, na verdade, a maioria das definições de ação é realmente fruto de decisões tomadas pelo MEC e pela Setec, pois sabe-se que são as regras que estruturam o exercício do poder.

Isso aí é uma coisa que eu até questionei, desde quando eu estava na Escola, a questão das diretrizes, eu questionava muito se a Escola é realmente uma autarquia ou não, porque praticamente tudo que é feito dentro da Escola ou quase tudo vem de cima para baixo, a Escola pertence a um rede do MEC, é...mesmo grade curricular, grande parte do que é feito na Escola, vem de cima para baixo, então eu não acho que só o Conselho Diretor que tem pouca autonomia para estabelecer diretrizes, eu acho que a própria direção da Escola, ela não tem muita autonomia em determinadas diretrizes não, então eu sempre questionei isso, é autarquia, os recursos já vem tudo carimbado, esses recurso é para comprar alimentação, esse recurso é para alimentação de animais, [...] a direção da Escola ela não tem muito autonomia para estar transferindo [...] Eu não vejo muito autonomia em termos de diretrizes não, essas diretrizes elas vem da rede mesmo, talvez agora com o Instituto, não sei se vai mudar algumas. (Conselheiro 6).

Você tem a liberdade de fazer um regulamento, de fazer um estatuto, mas sempre dentro das diretrizes que um decreto... criado para isso. (Conselheiro 8).

Buscando compreender do ponto de vista legal, apresenta-se como foi o desenrolar dessa questão do ponto de vista legal. As escolas agrotécnicas federais foram transformadas em entidades vinculadas ao MEC na forma de autarquias²², isto é, administração direta com autonomia administrativa, financeira e pedagógica mediante a Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, cabendo à SEMTEC as atribuições de estabelecer políticas para educação tecnológica além de exercer a supervisão do ensino médio e técnico federal.

Segundo a análise de Sá (2009, p. 81):

Para as escolas agrotécnicas federais, a condição de autarquias, propiciou autonomia financeira e administrativa dos recursos físicos e humanos, assim como, autonomia pedagógica, com a definição de cursos a serem oferecidos de acordo com suas realidades e decisões internas. Essa mudança significou a instituição deixou sua condição de “engessada” e dependente das ações da administração do MEC para uma condição de maior agilidade de gestão.

Nesse sentido, concorda-se em parte com a afirmação de Sá, é admissível que houve um avanço a partir da publicação da lei nº 8731 de 16 de novembro de 1993. Mas, não se pode negar o que aparece na fala dos conselheiros 6 e 8, que, através da publicação de decretos reguladores, o MEC e a Setec acabam relativizando a autonomia dada às instituições, tendo em vista que até mesmo a dotação orçamentária já vem com

²² Ressalte-se que as Escolas Técnicas Federais vivenciaram essa mesma reestruturação 34 anos antes, mediante a Lei nº 3.552, de 1959, essa lei previa uma autonomia didático-pedagógica e uma definição de alguns aspectos referentes ao patrimônio nas então escolas de ensino industrial. O que nos leva a crer que o tempo parece transcorrer mais lentamente nas escolas agrotécnicas federais. As mudanças também têm um ritmo lento, sujeitas aos desatinos e interesses políticos.

destino definido e a abertura de cursos, mesmo que represente uma autonomia didático-pedagógica dos educandários, sempre tem que estar em consonância com diretrizes já estabelecidas.

Mesmo diante do fato de se estar a quase um ano da publicação da lei nº 11.892 de 29/12/2008, em muitos os casos e, mais especificamente, no campus Salinas, esse processo de transição tem ocorrido paulatinamente. Percebe-se, a partir desse artigo, que a autonomia prevista na lei 8731 de 16/11/1993 permanece com a publicação da lei nº 11892 de 29/12/2009. Um aspecto importante que tem que ser observado no texto que faz referências às EAFs, é a transformação em instituições de natureza autárquica. Com o advento da lei que cria os Institutos, é perceptível que são eles que têm a natureza jurídica e autárquica, ou seja, não esclarece a situação dos campi (antigas EAFs e CEFETs); pode-se inferir que eles perdem essa prerrogativa. Apesar de se saber que muito ainda está por vir, por ser o primeiro ano ainda se está em processo de implantação das mudanças. Sendo assim, pelo menos no que se refere ao IFNMG – campus Salinas, a situação ainda permanece praticamente a mesma de outrora.

4.7 A visão da comunidade

Após esclarecer algumas questões referentes ao processo de autonomia administrativa institucional e das possibilidades do Conselho em participar desse processo, analisa-se uma questão muito relevante. Tendo em vista, que o Conselho é formado por membros que são representantes eleitos no caso da comunidade interna, ou, escolhidos por entidades representativas, como os membros da sociedade civil. Acredita-se ser fundamental, para construção do objeto do estudo, saber como esse colegiado é percebido pela comunidade interna e externa da instituição.

Ao adentrar nessa discussão, observa-se em alguns entrevistados a percepção que a comunidade conhece o Conselho Diretor, enquanto outros afirmam categoricamente que isso não acontece. Para analisar esse ponto, algumas falas são trazidas, primeiramente daqueles que afirmam o conhecimento da comunidade desse instrumento.

(Silêncio). Acho que a maioria percebe a importância, preocupa, consegue enxergar, preocupa em saber o foi discutido, a maioria... realmente tem uma minoria que não interessa muito não...e não vê a importância desse Conselho (Conselheiro 3).

É... a comunidade interna, são eleitas por seus pares, portanto ela tem que ter uma participação representativa dos seus pares, o ponto de vista, ali naquele momento, não deve ser do professor e sim da coletividade – professor. O ponto de vista do administrativo, naquele momento, tem que representar a maioria do corpo administrativo, dos alunos da mesma forma. Só que a gente observa que nem sempre, um conselheiro consulta os seus pares, antes de participar de uma votação, antes de participar de uma decisão importante. Acaba ficando na mão do próprio representante. Aí a comunidade externa o papel se inverte, porque...é...não é feita uma eleição, é feita uma indicação pelas entidades de classe organizadas, e na maioria das vezes, essas entidades encontram dificuldades para indicar esses representantes...porque é um trabalho voluntário, todos tem as suas atividades paralelas, ninguém quer disponibilizar tempo, para a uma atividade como a de um Conselho Diretor. Então a gente percebe claramente a dificuldade que essas entidades têm para indicar os seus representantes. É aquele que eles conseguem convencer a participar, é aquele que tem disponibilidade de tempo para participar e nem sempre é o mais indicado, embora esse último mandato a gente está com um Conselho bastante atuante, bastante participativo. É... eu acredito que a comunidade como um todo nem tenha conhecimento da existência desse Conselho. Aí... eu atribuo a culpa maior a instituição, de não divulgar a existência desse Conselho. Lembrando que esses representantes vão ser indicados pela entidade... de classe organizada (Conselheiro 8).

A questão da comunidade interna... conhece, sabe que é órgão que faz parte...que é um órgão colegiado, acho que a grande maioria conhece isso, é... as informações são amplamente divulgadas uma vez que, após tomada a decisão do Conselho, há uma resolução, que é feita pelo Diretor Geral, então é amplamente divulgada. Para a comunidade externa, é difícil explicar porque, existem membros das federações, comércio, indústria e agricultura, eu não sei como eles fazem isso e há uma divulgação nesse sentido, acho que fica mais na questão interna mesmo. A instituição poderia até divulgar, mas a maioria das questões são questões ligadas ao ensino, por exemplo, ao ensino, eu acho que diz respeito a... a questões internas, quando há questões de definições, de cursos, de autorizações de curso, isso de alguma forma é divulgado (Conselheiro 4).

Na primeira fala acima pode-se inferir que o conselheiro acredita que a informação de fato chega até todos que preocupam em conhecer o Conselho, tendo como exceção um grupo restrito que não interessa por isso. Na segunda e na terceira fala há uma divisão que aparece em ambos os casos: a comunidade interna e a comunidade externa, o conselheiro 8 advoga que somente pelo fato dos membros internos serem eleitos por seus pares já possibilita o conhecimento de todos os segmentos de mecanismo do Conselho. No caso dos representantes da sociedade civil, haveria uma maior dificuldade na indicação dos membros e o próprio fato desses desenvolverem suas atividades laborais fora do âmbito institucional dificulta a sua participação mais efetiva, discussão

que já apareceu anteriormente.²³ Na fala do conselheiro 6 percebe-se que o conselheiro diz que a comunidade interna é esclarecida a respeito do Conselho, já quanto a comunidade externa isso seria uma responsabilidade maior das federações que indicam os membros e volta à tona o fato de se questionar até que ponto a sociedade tem que estar informada a respeito das ações institucionais internas.

Nesse sentido, acredita-se que algumas questões sobre a participação devem ser repensadas, com intuito de refletir acerca desses aspectos Santos (2000, p.33) diz que:

Um desafio importante é promover mecanismo de acesso dos cidadãos à informação, como base para garantir uma participação real. Essa questão passa pelo fato de não só informar os cidadãos, mas também explicitar e tornar transparentes e abertos os canais de participação, para que haja uma possibilidade maior de aproveitamento da oferta cidadã no processo decisório, assim como de ampliação de potencialidade do controle da gestão pública.

Algumas falas dos entrevistados se aproximam mais da percepção que se acredita ser importante construir nesse universo de participação, conforme se pode perceber, mesmo sendo crítica à situação atual, as falas apontam aspectos importantes como é possível verificar nas falas abaixo.

A comunidade externa não sabe e nem... não tem nenhuma informação....a não ser a diretoria da entidade que eu represento ela sabe. Mas, a sociedade em geral não tem conhecimento que existe e que poderia estar participando. Não tem conhecimento, a sociedade não é informada, nós não podemos culpar a sociedade. Porque....alguns são...nós somos privilegiados com educação com oportunidades e tal... Ou a buscamos. Temos conhecimento e temos que ser cobrado por isso. Mas, a sociedade em geral precisa ser educada, precisa ser instruída pela própria entidade. Eu acho que é o papel de quem está no poder divulgar o que pode ser feito e que contribuição a sociedade poderia estar dando para a Instituição. Agora..quanto...voltando para a comunidade interna é...é...existe....é..é...uma política interna que eu percebo....que existe os partidários da direção e os....e a oposição, é...é...os partidários da direção sempre estão ali "puxando o saco" vamos dizer assim, e enxerga que é bom, e que não sei o que, que está tudo uma maravilha, porque é interesse deles. A oposição critica. E os alunos não acreditam nisso... Eu entrevisto alguns alunos....é....tem inclusive um representante parece que dos alunos lá dentro do membros...dentro do Conselho. Mas, ele é....ele tem uma certa proteção do Diretor, isso é o que eu percebo; e os alunos em geral não acreditam que esse Conselho funcione como...um...um...um serviço que vai ajudar a resolver o problema administrativo (Conselheiro 1).

Eu acho que eles não sabem que existe esse Conselho Diretor...essa é minha fala...minha opinião particular (Conselheiro 7).

²³ Cf. p. 71

Eu acho que ainda é pouco acessível as informações que se referem qual é de fato o papel do Conselho Diretor e qual o poder que ele tem sobre as diretrizes, as decisões tomadas, talvez precise...é... ser divulgado ou ser mais bem esclarecido para que o Conselho Diretor realmente ele tenha o seu espaço garantido. Internamente, nesse recorte interno, eu acredito que por parte de alunos ou até...mais por parte dos alunos mesmo, educandos que estão lá, então não se nota [...] Então, assim há uma falta de informação em qual é de fato o papel do Conselho Diretor, poucos conhecem que ele existe que a estrutura organizacional do Ensino tem um Conselho Diretor presente. E com relação a sociedade é pior ainda, se dentro da Escola não se percebe imagina fora, só mesmo as pessoas que estão ali mais próximas: os representantes é que ficam cientes, na minha opinião (Conselheiro 5).

É...isso eu sei que do tempo que eu trabalhava dentro da Escola eu sei que funcionava bem assim: o pessoal achava que era só um órgão para votar. O lado de fora da...da... da Escola muitos segmentos da sociedade às vezes eles nem sabem que existe essa estrutura, que existe o Conselho é... eu acho que cabe a nós representantes também, está passando para os pares que existe...que está aberto a...a...a levar propostas, a discutir, a sugerir, a então, é um órgão pouco divulgado, a função dele, dentro da Escola todo mundo sabe que tem, não sabe bem para o que serve, fora da Escola a maioria nem sabe que tem, então é... ele é um órgão que não tem visibilidade, o pessoal não sabe que existe essa estrutura dentro do organograma da...da... do Instituto Se você for pensar aí, talvez, eu não vou falar com você meio a meio não, porque quem tem a obrigação de informar sempre ele é mais culpado pela pouca informação do que quem não está recebendo a informação, então talvez a instituição seria mais responsável de divulgar isso aí, tem um órgão a função dele é esse tem membros da sociedade, que cada, cada segmento pode levar aos seus representantes é...os pleitos, o que poderia ser feito pelo Instituto, e... e a própria...é...é a nossa região é...é muito comodista, nós estamos em uma região onde que, se não for remunerado ninguém quer ir em reunião não, se vai fazer uma reunião o cara pergunta: o que é que tem depois? [...] Você cria uma associação, , mas não tem participação efetiva, então eu acho que os dois lados: da instituição de divulgar e da sociedade em procurar participar (Conselheiro 6).

Ainda no tocante a essa questão, nota-se acima uma fala que aparece uma crítica a ausência de participação da própria sociedade; na fala abaixo essa questão fica ainda mais evidente:

Olha a sociedade de um modo geral, ela precisa ser mais participativa, em tudo, se você fizer uma pergunta para uma pessoa, para um adolescente em que votou na última eleição pela primeira vez, se você perguntar para quem ele votou, é perigoso ele não saber mais, então eu acho a sociedade muito dispersa, ela precisa ser mais participativa. Acredito que haja um desinteresse, apatia vamos dizer assim, descrédito. Falando especificamente da comunidade interna não foge muito da externa não, eu acho que é um reflexo. (Conselheiro 2).

Compreendendo a crítica realizada pelos membros do Conselho no que se refere à possibilidade da instituição de propiciar uma maior divulgação do Conselho para a comunidade interna e externa e a própria crítica no desinteresse da sociedade em

participar de forma mais efetiva. Nesse sentido, Marx (2005, p. 52) já advertia do risco da contraditória relação existente entre a representação da realidade e a inserção prática do sujeito humano na vida. Assim “não é a consciência que determina a vida, mas, ao contrário, a vida que determina a consciência”.

Trazendo para a discussão aspectos determinantes da alienação, a cotidianidade se apresenta como mais uma forma causadora dessa situação. A cotidianidade, segundo Kosik (1976, p. 87), é definida como um mundo em cujo ritmo regular o homem se move com uma instintividade mecânica e com o sentimento de familiaridade. Mas o que de certa forma entristece é que, aos poucos, o homem perde a capacidade de acreditar que algo possa mudar. Assim, a alienação da cotidianidade reflete-se na consciência ora como posição acrítica, ora como sentimento de absurdo.

Pensando em outro pólo da ação Konder (1992, p.122) é trazido: “na medida em que o sujeito assume uma postura crítico-prática, compromete-se com o que está para nascer, engaja-se na luta da concretização do porvir e é naturalmente levado a tentar adotar algo do ponto de vista correspondente à realidade que está contribuindo para criar”.

Àqueles que aceitarem o árduo desafio de assumir um compromisso de participar nas instâncias colegiadas, que abrem espaço na sociedade ou lutam por conquistá-las, Kosik (1976, p. 37) ainda alerta para duas tentações perigosas e simetricamente opostas, a saber: a da “bela alma” e a do comissário. A primeira, sabendo dos graves riscos da ação política, prefere retrair-se, refluir para dentro de si mesma, abstendo-se de agir (por temer as conseqüências de seus atos); torna-se conveniente, por omissão, com a política ligada à preservação do status (e, por extensão, conivente com as injustiças dessa política); acabando por se corromper através da convivência passiva com o mal. Já o comissário encaminha sua atitude no sentido de combate ao mal, vai à luta, intervém na realidade, disposto a modificá-la revolucionariamente, mas sua intervenção se faz a partir de compromissos doutrinários e organizativos intocáveis, que devem ser, se necessário, impostos aos outros. Pelo fato de querer modificar aos outros sem transformar a si próprio, ele tem a confirmação, no desenvolvimento de sua atividade, do preconceito de que sua atividade terá tanto mais sucesso quanto mais o objeto de sua transformação e educação for passivo, e essa passividade produzida passa a ser condição de existência e justificação do próprio sentido da atividade do comissário. Assim, a intenção reformadora se transforma em prática deformadora.

Diante dessas reflexões, é necessário pensar a sociedade como possuidora de um papel diferente daquele comumente esperado. Nesses termos, sempre poderá haver, por parte dos cidadãos, intervenção mais efetiva no que se refere a sua participação com o objetivo de, através da sua ação, privilegiar aspectos atinentes à formação da cidadania e contribuição na realidade que os rodeia.

4.8 A participação da comunidade: a relação entre representantes e representados

Dando continuidade às análises e após perceber como os membros do Conselho acreditam que a comunidade os enxerga, outro aspecto interessante para observar na sequência, seria se existe espaço para participação da comunidade nessa instituição colegiada e como ocorre a socialização das informações referentes às ações do Conselho. De forma geral, nota-se que a análise feita aponta para uma participação indireta, ou seja, a comunidade de uma maneira geral para participar tem que ir ao encontro dos pares que elegeram. Mesmo a participação ficando restrita a essa possibilidade, alguns membros admitem também que essa relação não acontece como deveria; assim em muitas situações a decisão fica restrita à opinião do conselheiro.

Mais um ponto que aparece com frequência nas falas é percepção da ausência de um canal de comunicação, divulgação, informação que possibilitaria a comunidade um maior acesso às informações inerentes as decisões do Conselho, o que só acontece através das resoluções elaboradas e emitidas pela presidência do Conselho e que são afixadas em alguns pontos na instituição, além, do acesso às atas que ficam restritas a alguém que tenha interesse e procure no gabinete, local onde ficam arquivadas.

Mesmo diante do fato da IFNMG – campus Salinas ter a sua disposição um sítio oficial, ele não é utilizado com esse objetivo; assim acredita-se que se poderia envidar maiores esforços para propiciar essa informação tanto à comunidade interna como externa. Esse acesso certamente poderia despertar e favorecer a participação tornando de fato mais efetivo o papel dessa instituição colegiada.

Oh, eu vou responder por mim mesmo; assim, quando tem alguma decisão os colegas mesmos que me elegeram eles me procuram, mas eu não vejo eu não posso falar dos outros segmentos. (Conselheiro 3).

Não participa. E eu creio que não... não é socializado. Fica restrita...a divulgação das ações, das atitudes, até o que a Escola tem para oferecer não é bem divulgado....tem muitos serviços que....eles culpam a sociedade porque não participa, mas eu acho que o canal de comunicação que é colocado para a sociedade (Conselheiro 1).

A comunidade participa através de seus representantes... eleitos pelos pares. Então dessa forma que há a participação. E a divulgação como eu já havia dito é feita formalmente através das resoluções. Então eu acho que fica bem divulgado isso, tem as atas, todas as vezes é redigido as atas que é de acesso a qualquer um interessado, e os próprios membros que também divulgam....a gente sabe que logo após as reuniões...que a comunidade fica sabendo o que aconteceu (Conselheiro 4).

Bom, eu acho que a comunidade participa através de seus representantes... existem os representantes aí.... essas pessoas podem ou deveriam enquanto conselheiros está repassando isso para os demais e como elas tem informação seria quase que exclusivamente assim, nós não temos um instrumento de divulgação, um jornal, algum coisa do tipo, veiculação em rádios, pelo menos aqui eu não tenho percebido isso. Eu acho que a falha por isso não está acontecendo seria das duas partes é complicado crucificar A ou B nessa situação, porque...não depende só dos conselheiros também. É uma doação quase que total das pessoas (Conselheiro 5).

É a participação do... do... da comunidade, ela é indireta, porque às vezes o... o ...o... o representante do segmento, ele não tem tempo de discutir a pauta, ele não...ele não... quando ele é convocado para uma reunião, ele não leva o que vai ser discutido antes, não faz uma consulta prévia com o segmento dele para chegar lá é... dar aquela decisão, ele tem... ele tem que levar em consideração os anseios que ele já conhece antes, da...da... daquele segmento. Então é, é uma participação indireta. Ele..ele decide assumindo pelo segmento, então é...é essa participação indireta. Lógico, se o membro daquela...daquela associação, daquele segmento tiver boa interação com seus pares, com o segmento, ele talvez pode está...está... está levando para lá o que realmente a....a... aquela sociedade quer, agora, se às vezes, ele tomar a decisão, se ele decidir, ou votar, ou opinar, por ele pessoalmente, talvez ele... ele...ele não está levando nem o anseio do segmento dele. É, eu me pergunto, como ele leva isso, como ele dar esse feedback para a sociedade, o que foi decidido, o que foi votado, o que foi discutido, também não tem um momento[...] Mas não existe um momento, não existe um fórum que seja feito, que seja repassado o que saiu do Conselho, o que foi decidido, para passar para a sociedade de uma maneira geral (Conselheiro 6).

Falar dos mecanismos que possibilitem a comunidade participar das tomadas de decisões fez perceber que a representação indireta é a única forma de participação. Sendo a única forma de acesso concreto a esse instrumento de tomada de decisão, observa-se, desde o início, que seria relevante compreender como esse mecanismo ocorre e foi essa a intenção quando se questionou a respeito da relação existente entre o conselheiro e o segmento que ele representa, destacam-se mais abaixo algumas respostas.

Os membros que eu represento sabem, após as reuniões que eu participo no Conselho, eu reúno e coloco aquilo que está acontecendo. Eles têm conhecimento do que acontece e me dá sugestões de como me comportar e tal... (Conselheiro 1)

Boa, é... tranquila...às vezes a gente discute não diria assim em grupo, mas com colegas individualmente, às vezes sugere e...e...a gente tem procurado ouvir quando é uma decisão mais polêmica...aí a gente ouve mais..é...quando é alguma decisão que não circula na Escola e que às vezes o pessoal não fica sabendo, a gente procura...conversar e ver a opinião dos colegas [...] Então acho que é uma maneira de democratizar mais e gente representar a classe, a gente tem que...na verdade a gente é um representante, a gente tem que ouvir e ver a opinião e seguir a opinião da classe (Conselheiro 2).

Existe assim, de forma bem informal, na verdade, então a medida que eu sei, que para preparar para aquela reunião eu procuro conversar com os membros do segmento, não existe uma coisa institucionalizada, uma coisa formalizada, que talvez fosse até necessário, que talvez até ajudaria bastante, mas procuro e procuro dar uma resposta também (Conselheiro 4).

A relação com os representados é bacana embora nós ainda não... não conseguimos avançar numa...discussão mais acentuada entre técnicos. Se a gente for avaliar o nosso histórico cultural também, nós realmente não somos uma região associativista ou cooperativista [...] Seguindo as normas orientadoras de composição do Conselho é o que determina, buscar egressos em uma outra entidade da classe. Com relação a possibilidade de debater com os pares acaba diretamente sendo a...sendo mais uma decisão do representante mesmo. [...] O que eu faço quando a gente tem uma oportunidade em algum debate é... de repassar para eles. [...] Realmente a gente não discute antes as pré propostas (Conselheiro 5).

É...eu...eu...eu estou muito inserido no... no...no segmento que eu represento, eu represento o segmento agropecuário, sou veterinário, é... sou produtor rural, é...tenho uma loja de produtos agropecuários, então a minha... o meu contato com os pares do meu segmento é muito grande, Eu tenho um contato muito grande com a área que é o que me levou a aceitar a indicação como membro do Conselho representando esse segmento [...] Eu acho que inseriu muito bem dentro desse segmento, e daí eu posso estar levando sugestões e anseios desse segmento para dentro do Conselho. Às vezes você é convocado pra uma reunião, você recebe uma pauta, com... poucos dias de antecedência, então talvez você discutir a pauta antes de ir para reunião você não tem tempo hábil para isso, mas você já tem no dia-a-dia, na sua conversa, nos seus contatos, você já tem mais ou menos o que o segmento, é...é em determinada área, pleiteia da Escola [...] A gente não faz um reunião formal do segmento para discutir o que vai ser feito (Conselheiro 6).

Segundo Weber (2004, p. 193), pode-se classificar como representação vinculada a observada no Conselho Diretor, como já explicitado no referencial teórico. Sendo assim, cabe salientar alguns pontos que poderiam contribuir para que esse instrumento pudesse ocorrer de forma mais eficaz. Outro aspecto a ser analisado é relatado pelos

conselheiros 5, 6 e 7 que reclamam do tempo exíguo entre o dia em que a pauta é passada e a data da reunião, o que impossibilita uma discussão mais aprofundada com o segmento representado.

Num curto espaço de tempo, me ligam dois dias antes, três dias antes: “o, vamos ter reunião”, e aí é priorizar o que a gente achar que é mais importante e nós (Conselheiro 5).

Diante dessa informação, se faz relevante tomar mão da análise documental que foi também uma das ferramentas metodológicas. Foi observado a confirmação da falado conselheiro 5, a partir da análise das atas e convocações, o tempo entre a convocação e a reunião ocorreu até com somente um dia de antecedência, o que muito dificulta o diálogo entre os pares e desrespeita o regimento que estabelece no seu artigo 6º que o tempo mínimo para a convocação de reuniões seria de 48 horas. Acredita-se que o tempo mínimo estipulado pelo próprio regulamento deveria ser maior, para possibilitar o aprofundamento das discussões entre os conselheiros e seus representados.

Além do que já explicitado acima e dentro dessa temática de representação de uma forma geral nota-se nas falas que a relação existente entre representantes e representados é bastante informal. Carecendo de uma organização mais efetiva o que possibilitaria uma participação mais concreta do corpo institucional na tomada de decisões, não ficando assim a possibilidade de imperarem decisões individuais. Apesar dos conselheiros terem a consciência da necessidade ouvir, os seus representados, acredita-se que pouco é feito para sistematizar a audiência dessas opiniões.

No caso da sociedade civil, percebe-se que essa dificuldade pode se agravar ainda mais devido à ausência de um espaço de encontro em alguns casos, o que não acontece com os representantes da comunidade interna que devido ao imperativo do trabalho ou do estudo sempre estão em contato, mesmo que não exista, como já foi dito, fóruns formais de discussão das pautas do Conselho Diretor.

4.9 Sociedade Civil: participação efetiva ou figurativa no Conselho Diretor

A partir das demais questões expostas, foi questionado se os conselheiros, diante do que ocorre no Conselho Diretor, atribuem que a participação da sociedade civil é mais efetiva ou figurativa a seguir destaca-se algumas falas:

Muito mais efetivo, porque eles questionam muito mais, como ele são de fora, pelo menos essa gestão né. Esses participantes, eu vou responder por eles, eles são bem questionadores e procuram estudar todas as pautas, procuram se informar, inclusive as reuniões são muito duradouras, porque eles questionam muito mesmo. Eu acho já vê assim o pessoal já está aqui na Escola. Como eles não têm muito entendimento sobre o assunto eles questionam muito. A gente já fez até reunião que a gente adiou porque eles queriam averiguar os fatos com mais tempo (Conselheiro 3).

Ela é figurativa...atualmente ela funciona como figurativa...mas deveria ser mais participativa deveria ter mais poder de...de...de dar opiniões e...e de poder de decisão. Desde que nos estejamos capacitados porque não adianta decidir por uma coisa que não tem conhecimento. Eu realmente eu não tenho uma idéia de como poderia ser...mas poderia ser uma trabalho, até pela própria sociedade, quem tiver instrução...Conselheiros de outras unidades de outros pólos fazer um intercâmbio, pode ser uma idéia...concentrar para entender como é que funciona em outras instituições. Seria uma idéia para efetivar, porque se a gente for depender da.....daprópria gestão da Escola...ela não quer nos capacitar...eu creio que ela não quer nos capacitar...Ela nos quer incompetentes para facilitar as manobras internas. Eu creio que teria....nos conselheiros mesmos temos que buscar nossa capacitação e nossa participação efetiva. É buscar conhecimento, saber nossas limitações até onde a gente pode cobrar...onde é que a gente pode participar e cobrar...dando sugestões...Eu sempre venho criticando isso, eu acho que minha ida lá nas reuniões, a gente fica três quatro horas dentro de uma reunião não que eu não tenha disposição, eu tenho disposição e prazer de participar, mas acaba que fica sendo um tempo perdido você está ali somente formalizando.... (Conselheiro 1).

Ele tem um poder de decisão efetivo, porém, já na etapa final do processo, lá quando está criando o trabalho...qualquer decisão do curso...anteriormente ele não tem nenhum contato, somente no final: aprova ou não essa decisão. (Conselheiro 7).

Depende do assunto a ser tratado, porque... assuntos relacionados com a vida acadêmica, ela é só figurativa. Um assunto mais geral ela é efetiva (Conselheiro 8).

Tem um poder efetivo, acho importantíssimo a participação das federações, até porque é um novo olhar, é uma outra ótica...dos membros aqui da instituição, então muitas coisas eles não conhecem da instituição...então aí a gente debruça na discussão em relação aquilo, então tem também a questão da participação da comunidade externa, então eles nesse sentido, é um compromisso muito grande que eles assumiram com a comunidade porque são três membros da comunidade externa, então eles estão ali representando... muita gente. Então eu penso que a participação deles tem sido... principalmente ultimamente..a participação deles tem sido bem grande (Conselheiro 4).

Hoje eu acho, que pelo menos pela composição que o Conselho está hoje, eu dei exemplo de uma proposta que a direção veio. [...] o Conselho não aceitou a atual proposta, discutiu, a proposta foi discutida no Conselho e foi aprovada uma proposta de um dos membros do Conselho, não foi a proposta da Escola. Nunca eu vi o Conselho discutir

uma nova proposta ou uma emenda a aquela proposta, para melhorar, para...para rediscutir alguma coisa, então eu nunca vi, eu sempre participei, marca uma reunião de quatro as sete horas, a gente fica lá até dez horas da noite, então assim, discute, tem membros que quer conhecer mais, o Conselho hoje está...está...muito bem formado com relação aos membros lá, então o pessoal realmente hoje tem uma ação participativa, então hoje eu acho que o Conselho comparado com dez anos atrás, é... eu traço um paralelo entre quando eu fui pela primeira vez membro do Conselho, como representante dos professores, hoje como representante do setor agropecuário, hoje eu vejo uma diferença (com ênfase no tom de voz) muito grande. Hoje se os representantes lá achar que a proposta da Escola não deva ser aprovada, ela não tem nenhum embaraço em falar não, não aceito, está errado. Então, é...é... pode ter mais participação com certeza pode, a sociedade pode ter mais conhecimento, mas hoje eu acho realmente quem está lá como membro, não está indo lá para assinar ata não, está indo lá, para propor sugerir, então é...é...hoje até dá mais gosto de você participar do Conselho, que tem essa ação (Conselheiro 6).

De um modo geral, há uma observação que os atuais membros do Conselho são bastante atuantes, questionadores e críticos, procurando sempre estudar bastante as propostas. Outro ponto positivo levantado é o fato da visão desses conselheiros representarem um novo olhar, de quem não está presente no cotidiano da instituição; por sua vez, outro conselheiro traça um paralelo com outros tempos dizendo que o Conselho atual é muito mais atuante.

Pode-se observar nas respostas dos conselheiros da sociedade civil (representantes das federações e egressos), interpretando sua própria intervenção, que dois dos três representantes acreditam que a participação é efetiva, apesar de entenderem que a sociedade poderia ter mais conhecimento do que é discutido. No campo dos conselheiros que são membros internos da instituição, quatro responderam que a participação é efetiva, enquanto um disse que depende do assunto a ser tratado.

É possível notar que tanto representantes da comunidade interna como da sociedade civil entendem que, o fato da participação não ser efetiva, acontece por falta de formação específica em alguns assuntos tratados. Apesar de haver uma forte crítica com relação a essa questão, pois acredita que o educandário deveria propiciar essa formação e isso não ocorre devido aos interesses de manter inabilitados para discussão o que facilitaria as “manobras internas”. Para resolver essa questão, poderiam ter cursos de formação no início dos mandatos ou intercâmbios com outros conselheiros de outras instituições. O que seria extremamente salutar, possibilitando um maior entendimento dos representantes e uma conseqüente maior participação.

4.10 Conselho Diretor: mudanças e sugestões

As respostas encontradas nessa pergunta suscitaram aspectos da próxima questão da entrevista, que trata das mudanças e sugestões que os conselheiros teriam para melhorar a atuação do Conselho Diretor:

Pois é, por essa última pergunta que você me fez eu acho que deveria ser mais divulgado os resultados, o que está sendo....por que assim...eu recebo uma pauta, um comunicado antes, tantas horas antes, para dar tempo de eu ler, ver o que vai ser avaliado, agora o resultado disso aí [...] Igual assim, igual eu falei que minha parte eu vou passar para as pessoas, mas quem me pergunta Sinceramente porque...mesmo pelo tempo...agente não tem muito tempo de ficar divulgando, acho que teria que ter um setor da Escola responsável por isso daí., um boletim, tal mês esse mês nós tivemos reunião de tais ponto, foi decidido isso, isso, isso...foi aprovado... Às vezes eu não tenho tempo de ir atrás de fulano e ciclano, para dizer o que aconteceu... Isso eu acho uma falha. Apesar de que eu procuro passar para os alunos, para os colegas... Mas, não é uma forma tão efetiva (Conselheiro 3).

Eu é... é....colocaria uma maior... pediria uma maior participação de membros que não fossem internos e que nós participantes tivéssemos mais informações, do sistema de gestão, participássemos e tivéssemos um maior número de reuniões e participássemos de reuniões de base, de formação de idéias e não simplesmente votar sim ou não para um determinado projeto já totalmente estudado, já totalmente aprovado pelos membros do Conselho que são participantes, que são internos, que são de dentro da própria instituição, esses já sabem de tudo e nós somos levados a reuniões, simplesmente para legalizar...para dar formalização. [...] Eu creio que a gente tem que ser....é...é...melhor preparado... principalmente no...no... quando fala de administrativo e financeiro, investimento e tal, até que é fácil para nós, discutir essa questão...mas quando fala do processo educacional, de carga horária, de sistema de ensino já tem uma maior dificuldade., na hora de discutir essas questões. (Conselheiro 1).

Mais reuniões, tanto ordinárias quanto extraordinárias. Está passando com antecedência a pauta das reuniões, em cima da hora fica difícil, de estar socializando para todo o...o corpo que a gente representa (Conselheiro 7).

Bom... pelo o que já disse antes, a participação da comunidade externa, ela é muito importante, mas pela dificuldade da participação externa, uma posição que eu tenho é que o número de membros da comunidade interna seja maior. Hoje, já é...não, não é maior, eles se equiparam, mas a comunidade interna, ela vivencia o dia a dia da Escola, ela tem mais condições de opinar, tem mais conhecimento sobre os assuntos a se tratar, embora eu continue dizendo que a opinião da comunidade externa, ela é extremamente importante, agora, talvez essa representatividade é que deveria ser modificada, e não ser por entidade de classe... organizada relacionadas aos cursos que nos oferecemos aqui, talvez uma eleição, as pessoas interessadas é....desse mais resultado (Conselheiro 8).

Sim, eu acho que o Conselho Diretor deveria reunir mais vezes, deveria ser uma vez por mês, fixo, toda primeira terça feira do mês, um exemplo, independente da pauta, aí a gente...a gente traria algumas reivindicações para não ficar limitado só a convocação do diretor quando ele precisa, de às vezes, de aprovar alguma (Conselheiro 2).

Em relação a atuação eu creio que não. Mas, talvez como a um período...um tempo...um tempo a gestão...um mandato dos membros de quatro anos... e é permitido ainda uma recondução... para o período subsequente...acho esse tempo muito grande no sentido assim, de que de repente, reduzido para dois anos, havendo uma rotatividade maior, permitindo mais pessoas, mais representatividade, acho importantíssimo que as pessoas participem para conhecer, para participar assim ativamente, como eu te falei que é o interesse do Conselho (Conselheiro 4).

Eu já até citei é... pré definição de uma periodicidade de reuniões com temas definidos digamos, que irão aí desde de...de....de estruturação do Instituto em geral, aí...tipo que definisse por áreas: questão administrativa [...] A gente deveria ter mais informação, mas se houvesse uma periodicidade de debates, com pautas direcionadas, a medida que isso fosse acontecendo, talvez ao longo de dois anos é ... o conselheiros já teria uma estrutura para melhorar o seu trabalho, uma outra coisa que não dá para garantir também é porque em quatro anos são pouquíssimas reuniões, e quando a pessoa começa a se inteirar do assunto, tem que haver uma substituição. Não que eu ache que deva estender o prazo de conselheiro porque quatro anos é um bom tempo, é coisa que já está definido há muito tempo tem que discutir muito para mudar. A questão da assessoria da comunicação para tornar a sociedade mais conhecedora do papel do Conselho (Conselheiro 7).

[...] a abertura maior não só do Conselho, mas, como da administração de uma maneira geral, da Escola de uma maneira geral, é... já foi discutido, hoje com a facilidade que tem aí: internet, jornal, era muito importante que a Escola divulgasse, é...é... todo organograma dela, que existe um Conselho, que existem representantes de vários segmentos que fazem parte deste órgão. É... que a Escola se tornou IFET, é então eu acho que a divulgação da Escola, é...é...como um todo não só do Conselho, eu acho que mostrar, que aí a partir do momento que você divulga, você vai criar em algumas pessoas, alguns membros da sociedade interesse, em estar querendo saber mais, em estar participando, em querer saber como ele pode participar, qualquer um pode se candidatar a membro de um determinado órgão desse aí, então basta que a pessoa tenha conhecimento que seja formada para isso. A minha sugestão principal que eu já falei muito tempo que é interessante, para não ficar parecendo que aquilo é uma coisa fechada, reunião fechada, que o que decidiu lá morreu ali dentro, então é importante que isso aí seja aberto, que tenha uma estrutura de comunicação, É...é a Escola divulgar mais, é...é a presença do Conselho, é não só para comunidade externa, até para a comunidade interna da Escola, para que o pessoal veja... que...que existe discussão, que muitos ainda pensam que ali é sempre um órgão para referendar as propostas da direção da Escola (Conselheiro 6).

No que se refere às mudanças e sugestões dadas com relação à atuação e funcionamento do Conselho, notam-se questões bastante recorrentes pelas quais

começa-se a análise dessa pergunta. Os temas, as análises, as resoluções deveriam ser divulgadas, seja no sítio da instituição, em jornal ou em outra estratégia; é fato que quase a totalidade dos conselheiros aponta isso como um ponto importante. Deveria haver essa comunicação não somente do Conselho, como dos assuntos referentes à administração como um todo, abrindo espaço para as pessoas conhecerem melhor a instituição e intervirem mais na tomada de decisões.

Outra sugestão bastante recorrente seria a de um maior quantitativo de reuniões, mais um aspecto ressaltado é que a pauta seja passada aos conselheiros com a maior antecedência, possível com intuito de divulgação e posterior discussão com as bases, o que tornaria o processo mais participativo. No tocante a esse quesito de aumento do número de reuniões o Conselheiro 8 diz que:

É... nesse ano....houve uma diminuição. É... o regulamento diz quatro reuniões anuais...uma por bimestre. Nos anos anteriores a gente ultrapassava isso, com... o fim da autarquia... com a transformação da Escola Agrotécnica em campus do Instituto. Esse Conselho na verdade ele está meio sem sentido, está meio no ar... a exemplo de que o que se foi discutido aqui para a implantação dos novos cursos, foi criado uma comissão pela reitoria para se avaliar tudo e alterou-se a resolução do Conselho Diretor. Um dos fatos que tem nos levado a reunir menos esse ano é esse: que rumo esse Conselho Diretor vai tomar? Dentro da nova organização, dentro da nova estrutura. Nessa situação ainda não dar para ter uma opinião e a gente ainda questiona a continuidade desse Conselho, uma vez que vai ter o Conselho Superior, aí realmente a gente ficaria somente consultivo.

Com relação a essa questão, é trazido o tópico que trata da caracterização da instituição um relato mais aprofundado sobre esse processo que transformou a antes Escola Agrotécnica Federal de Salinas – EAFSAL, em campus do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – campus Salinas. Conforme atesta o conselheiro 8, a lei 11892 de 29/12/08 no seu artigo 10º versa sobre a administração superior do IFs e fala mais especificamente do Conselho Superior e do Conselho de Dirigentes. Como o parágrafo 4º do artigo 10º da referida lei remete ao estatuto do IF, maiores informações podem ser encontradas nesse documento²⁴.

A transição da EAFSALINAS para IFNMG – campus Salinas, faz com que conselheiro 8 advogue que esse instrumento fica sem sentido e, em consequência, não se reúna como estabelecido no seu próprio regimento. Analisando essa questão à luz da análise documental das atas, observa-se que desde 2004 quando o diretor assume sua

²⁴ Tanto os tópicos da lei 11.892, como as parte do Estatuto, que versam o Conselho Superior e o Conselho de Dirigentes estão presentes no Apêndice D.

posição, após eleição aconteceram: em 2004, cinco reuniões, 2005 quatro, 2006 três, 2007 cinco²⁵, 2008 duas e 2009 duas. Ou seja, o número de reuniões foi sempre muito próximo ou abaixo do limite estabelecido pelo regimento. O que os conselheiros, de uma forma geral, solicitam seria um aumento do quantitativo dessas reuniões.

Percebe-se ainda que, nos dois últimos anos, as reuniões chegaram somente a metade do estabelecido. Isso pode ser fruto do horizonte de se tornar IF que ocorreu com adesão formal à proposta em 2008, como pode ser ressaltado pela fala do conselheiro 8:

A gente está vivendo um momento de uma grande transformação e toda mudança ela traz dificuldade, preocupações e nós temos que nos adequar a essas transformações. Evidente que até a forma da gente dirigir a Escola vai ter que ser alterada, e... você tem uma grande dificuldade da fusão de duas autarquias que já estavam em funcionamento há muito tempo, cada uma com sua história, cada uma com a sua é... dificuldade e coisas que nem sempre são comuns e hoje nós temos que partir para a unificação de muitos de nossos objetivos. A... a política pedagógica.... a política de valorização do servidor, ela vai ter que única e nós temos que estar abertos a essas mudanças, existem aspectos que podem melhorar, assim como existem aspectos que podem... dificultar (Conselheiro 8).

Ainda que se compreenda a fala acima, mesmo conscientes das mudanças que a instituição vem passando a partir dessa adesão à Chamada Pública nº 002 de 12 de dezembro de 2007 do Ministério da Educação para propostas para a constituição dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, não se deveria pensar em diminuir o número de reuniões; ao contrário, o aumento do quantitativo de reuniões possibilitaria um maior entendimento e participação da comunidade através de seus representantes nesse processo de mudança. Com relação ao Conselho Superior e o Conselho de Dirigentes, ambos ainda não estão em funcionamento, nem mesmo o processo de escolha dos seus representantes foi estabelecido. Assim, pensa-se que o Conselho Diretor deve continuar funcionando como prevê seu regulamento, possibilitando a participação de todos os segmentos da comunidade externa e interna nessa mudança.

Embasado em um dos conselheiros, acredita-se que esse colegiado poderia continuar atuando dentro do campus, não sendo dispensável diante da emergência desses dois órgãos administrativos. Além disso, a perspectiva mais democrática de incorporação de segmentos trabalhistas e da paridade no Conselho Superior poderia

²⁵ É importante destacar que o ano de 2005 apresenta a peculiaridade de ser um ano eleitoral dentro da estrutura do educandário, o que faz com que ocorram obrigatoriamente mais reuniões, pode-se observar que das cinco reuniões ocorridas três teve como principal pauta assuntos ligados a eleição e uma foi a posse dos conselheiros que são os atores sociais de nosso estudo.

acontecer também dentro do Conselho Diretor, concomitante com as transformações que serão necessárias para que possa cumprir o seu papel dentro dessa nova estrutura.

Em qualquer lugar que seja ele deve continuar existindo, é um instrumento de gestão participativa de gestão social que não pode ser perdido, devia...é...a perda é inestimável se a gente não tivesse mais a continuidade do Conselho. O campus deveria ter o seu Conselho, assim como a Reitoria também pode estar constituindo outro Conselho, que vai estar submisso a outro Conselho por aí a fora. Nós temos um Conselho Diretor da Escola, certo? Parece que houve um proposta de diluir esse Conselho Diretor das Escolas e transformar em um único Conselho, e isso na minha opinião não é viável porque se tem menos pessoas participando e menos ainda decidindo e se acontecer caso tipo o meu que às vezes acontecesse, de eu a partir da minha ética, da minha conduta, decidir em função de outros...fica pior ainda. Porque você tem uma pessoa só decidindo por “milhões” a responsabilidade do Conselho tem que ser muito grande (Conselheiro 5).

Dando continuidade, além desses pontos que aparecem na fala de um maior número de conselheiros, outro aspecto foi considerado relevante: a proposta de redução dos mandatos atualmente de quatro anos. Como é permitida uma recondução, é possível que um segmento fique oito anos representado por um mesmo conselheiro; daí, a relevância de uma maior rotatividade que possibilitaria uma maior participação de novos sujeitos.

Um tema que mais uma vez provocou falas contraditórias foi à participação da sociedade civil; enquanto o conselheiro 8, mesmo reconhecendo a importância desse segmento dentro do Conselho, acredita que o número de membros desse deve ser reduzido em detrimento dos membros da comunidade interna por estes conhecerem mais o cotidiano institucional. O conselheiro 1 argumenta que deveria haver uma maior participação dos membros externos, isentos dos arranjos institucionais; para tanto acredita que esses deveriam passar por um processo de formação para melhorarem a maneira de atuar.

A necessidade de capacitação apontada acima é percebida na fala de outro conselheiro não se restringindo, então, apenas aos membros externos, como se pode inferir abaixo:

Até mesmo porque o conhecimento do Conselho Diretor é mínimo. Isso...Não tem bastante....você assume...então....Antes de cada gestão deveria ter... palestras a respeito dos membros, sobre o que cada membro deverá fazer e quais as decisões que cada membro...até onde cada membro do Conselho Diretor pode ir na instituição. Poderia...uma descrição completa, realmente, do que é o Conselho Diretor, para que é o Conselho Diretor? Como funciona? Muita gente que está lá não sabe

quais são os princípios, quais são os fundamentos do Conselho Diretor. Então tem que...antes de tomar posse.... reuniões.... Onde o Conselho Diretor poderia atuar dentro da instituição para estar ajudando aí essa gestão (Conselheiro 7).

A partir do momento, em que os próprios conselheiros, representantes de um coletivo maior, revelam dúvidas fundamentais referentes ao seu papel e aos fundamentos do Conselho, fica evidente a necessidade da ampla divulgação desses aspectos junto à comunidade escolar. Esclarecendo melhor as pessoas antes de se colocarem a disposição dos seus pares para serem eleitas e dos próprios colegas do segmento para melhor compreenderem o papel desse instrumento.

Diante da discussão presente na fala do conselheiro 1 sobre a necessidade de uma maior participação da comunidade externa, foi questionado juntos aos conselheiros sobre qual seria a opinião deles com relação a um aumento no número de membros externos à instituição, das quais destacam-se as seguintes respostas.

Não, porque aquela decisão ela... não quer dizer que por eu ser ... por eu participar da comunidade escolar eu seja obrigado a tomar uma decisão naquele sentido. Eu acho... Acho não, eu tenho certeza: o Conselho é autônomo, essa participação aí independe eu acho que, de certa forma, não existe influência por uma quantidade maior ser da Escola, até acho, não sou muito contra porque na verdade é o pessoal que está aí convivendo sempre...está o dia a dia na Escola, nós estamos muito mais informados com o que está acontecendo na Escola que os outros que estão fora, apesar deles virem sempre aqui na Escola, mas nós estamos aqui no dia a dia. (Conselheiro 2).

Poderia até aumentar, mas como eu disse, eu acho que a comunidade interna está mais envolvida com as questões da instituição. Então eu concordo que a representação maior deve ser interna mesmo (Conselheira 4).

O...o Conselho, nesse aspecto aí, ele, ele... ele tem nove. Então se fosse olhar assim até uma proposta que o Diretor já... já vem com ela aprovada, porque são dois docentes, o técnico administrativo, o aluno mais o diretor que no caso de empate, tem voto de minerva, é...é... normalmente o aluno, ele tem uma visão muito separada do que é a visão da direção da Escola, então não conta, então os quatro membros externos é... cada um tem sua visão. Eu acho que é existe um certo equilíbrio, é...é eu vejo, eu acho que as três federações aí, comércio, indústria e agropecuária, é... realmente é que... são o que representam em termo de...de...de população, talvez que representa mais pessoas, porque são segmentos maiores, esses três segmentos eles realmente, ele tem que ser efetivos, ele tem que ir, tem que opinar, tem que procurar ter esse contato com...com os pares para levar as opiniões do segmento, realmente são votos que pesam ali dentro. Então embora cada um é...é um voto só na decisão, eu acho que é... é bem distribuído, eu acho que...que na verdade é cada um segmento. E como eu disse... teve...teve uma reunião que a decisão do diretor não... não prevaleceu,

a proposta do Diretor não prevaleceu. Então é...é... eu acho, eu não vejo que essa composição interfira em alguma coisa não (Conselheiro 6).

Quando a gente está sentado em uma mesa redonda debatendo algumas propostas até a forma de se expressar tem ser muito cautelosa para não deixar entender que tal proposta vem de encontro a interesses pessoais de A ou B ou C, então é... esse um problema que a gente tem em todos os Conselhos, quem preside, quem coordena, se tiver um posicionamento firme, leva...na expressão popular no grito, o debate, então vai por aí (Conselheiro 5).

A interesse da nossa parte, nós somos três representantes da sociedade civil... porque um dos membros também não é mais funcionário da Escola mais acaba sendo manipulado...é ex funcionário da Escola e acaba sendo meio preso ali as questões...então são três membros de fora e acaba... e mesmo assim alguns são manipulados pela própria...pela própria diretoria (Conselheiro 1).

Com relação à composição numérica dos conselheiros e a divisão de membros entre a sociedade civil e a comunidade interna, há uma defesa da maior parte dos conselheiros de que permaneça o formato atual, tendo em vista que os integrantes da comunidade interna, por estarem junto do cotidiano institucional, acabam por compreenderem melhor as questões tratadas no Conselho.

Mais especificamente, na fala do conselheiro 6 observa-se que ele defende a isonomia nas decisões, pois são quatro membros internos: dois docentes, um técnico - administrativo e um estudante; e como membros externos seriam três representantes de federações e um egresso, ficando assim: quatro membros internos e quatro membros externos, tendo o presidente do Conselho o voto de minerva, levando em consideração que o representante do MEC nunca compareceu às reuniões nos últimos cinco anos. Como, ainda nessa visão, o estudante mesmo sendo membro interno adota comumente uma posição dissociada da direção, o equilíbrio prevaleceria. Além disso, outro conselheiro advoga ainda que o fato de fazer parte da comunidade interna não o obriga a tomar uma decisão nesse sentido.

Por outro lado, as falas do conselheiro 5 e 1, que estão se referindo justamente ao conselheiro 6, mostram uma outra perspectiva na qual existe um processo de cooptação de alguns membros que seguem à risca a opinião do presidente do Conselho. Isso pode ocasionar a ausência de debates tão necessária ao processo de democratização dos pontos debatidos no Conselho Diretor, vitais para o desenvolvimento institucional.

No decorrer deste capítulo, objetivou-se realizar reflexões acerca da percepção dos conselheiros, representantes dos diversos segmentos da comunidade interna e da

sociedade civil. Com o intuito de elencar aspectos relevantes que possam contribuir com análise da ação do Conselho Diretor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – campus Salinas, buscando referendá-lo ou não como instrumento de gestão participativa. Assim, se buscou refletir sobre os desafios e possibilidades encontrados nesse instrumento como um dos possibilitadores da gestão democrática no contexto investigado, através da busca, entre outros aspectos, dos mecanismos pelos quais ocorre a relação entre os membros do Conselho e seus representados.

No próximo capítulo, através ainda dos resultados da pesquisa, pretende-se analisar como ocorre a influência externa dos movimentos organizados dentro da gestão na instituição pesquisada. E ainda apresentar as diferenças de concepção entre os membros internos do Conselho e os representantes do SINASEFE, Grêmios estudantil e Diretório Acadêmico.

5 A visão dos movimentos organizados: SINASEFE, Grêmio Estudantil e Diretório Acadêmico – DA

Ao apresentar as entrevistas realizadas com os conselheiros, já se esperava que o contraditório fosse revelador. Tinha-se o intuito de perceber um olhar de quem mesmo participando da comunidade escolar como observador privilegiado por ser representante de um segmento, não fizesse parte do Conselho. Nesse sentido, optou-se por indagar o representante sindical dos servidores, o representante do Grêmio Estudantil responsável por representar aos alunos do nível médio e o presidente do DA do curso de Tecnologia em Produção de Cachaça – curso superior já em funcionamento no IFNMG – campus Salinas. Julgando que tais atores são representativos de seus pares e, provavelmente, possuíam uma visão ampliada em relação à temática em questão, principalmente devido ao fato de, cotidianamente, estarem em contato com um grande número de informações atinentes à instituição.

De acordo com Perini (2007, p. 68):

A Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil, são duas instituições escolares de decisões colegiadas destinadas a aprimorar o processo de construção da autonomia da escola e as relações de convivência intra e extra-escolar. A organização do Grêmio Estudantil, como entidade autônoma e representativa dos interesses dos estudantes secundaristas, foi restabelecida aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, durante o governo José Sarney (1985 – 1990), com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais (Lei nº.7.398/ 85). A organização, funcionamento e atividades desta instituição auxiliar devem constar de seu estatuto, aprovado em Assembléia Geral dos alunos. Acreditamos que o incentivo à organização e funcionamento desta instituição escolar deva constituir meta de toda escola que se propõe a formar cidadãos conscientes, críticos e participativos.

Havia a intenção, ainda, de entrevistar Associação de Pais, local onde se buscava a opinião de entidade autônoma com representantes da sociedade civil, mas houve um desapontamento ao saber que essa entidade inexistia no campus Salinas do IFNMG. Essa Associação, outrora, lutou por todo Brasil defendendo a bandeira de educação pública, gratuita e de qualidade. A Associação de Pais é uma forma de garantir que se ouça a voz dos pais de alunos. Historicamente, desde os anos 1930 busca-se articular a participação dos pais no processo ensino/aprendizagem no interior das escolas. O texto da lei 4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estimula a formação de associações de pais (PERINI, 2007, p. 63), mesmo que se saiba que o contexto histórico

da LDB de 1961 é diferente do atual, é inegável a importância desse segmento para contribuir com a construção coletiva da instituição educacional.

Ou ainda, segundo Sá 2009, p. 139:

A inserção dos pais na gestão da escola, na discussão de seus objetivos e sua materialidade, pode propiciar a construção da cidadania de forma que ultrapasse os próprios limites da escola, gerando reflexos na sociedade como um todo. Essa inserção não pode se dar com os pais assumindo papel do Estado, mas com efetiva contribuição no sentido de direcionar as próprias ações do Estado. Desde que assumam esse caráter, o conselho de pais, juntamente com todos os outros conselhos, podem se configurar como espaços de efetiva interação social e política, ultrapassando o sentido de espaços formais e mecânicos de participação, visto como meros espaços de legitimação.

5.1 O papel das entidades e relação de representação – visão dos dirigentes

Dando início à análise das entrevistas desses importantes segmentos, afirma-se que as perguntas realizadas foram basicamente as mesmas, justamente com o intuito de contrapor a visão de quem está dentro do Conselho Diretor e de quem o enxerga de fora. Começa-se com o papel que os dirigentes atribuem ao órgão que representam, e como ocorreu a entrada deles nessa instituição.

Bom, o SINASEFE como uma entidade de classe...sindical, ela tem como papel principal estar representando os seus pares os seus filiados junto ao governo federal...na reivindicação e proposição também de políticas educacionais, na qualificação da mão obra, como também nos direitos trabalhistas. O SINASEFE como instituição democrática tem o seu processo de eleição... e a partir daí: da abertura do edital..., nos compusemos a nossa chapa e disputamos obtendo assim o espaço pela democracia e na eleição. Além é claro, da minha sensibilidade como servidor, militante, cidadão de estar colaborando, contribuindo é...com a entidade na conquista dos direitos trabalhistas na educação como tal (Representante 1).

Eu acho que o principal do Grêmio Estudantil é a defesa dos alunos porque...é um aluno só não tem força nenhuma entendeu....e eu acho que se todos alunos... elegeram uma pessoa para representar todos eles em geral... eu acho que tem mais força, tipo o partido dos trabalhadores, o representante tem mais força do que somente o aluno entendeu...então eu acho que o principal objetivo é defender o direito dos alunos...é falar pelos alunos entendeu... é uma organização mais sólida para você chegar e defender, ter uma moral para defender os alunos, entendeu...eu acho que o principal objetivo é a defesa dos alunos. Entrei no Grêmio... foi através de votação, no primeiro ano como eu não sabia direito assim como era Grêmio e tal, eu cheguei como vice

presidente, aí eu fui assim, eu tinha uma base, algumas coisas assim eu sabia, aí eu fui vice-presidente, aí no outro ano, aí sim que eu me elegi para presidente, porque eu já tinha mais... tinha mais experiência, já sabia como é que era, o que eu tinha que fazer, o que eu não tinha, o que eu podia fazer pelos alunos e aí no outro fez a eleição para presidente aí a minha chapa ganhou (Representante 2).

O papel é de... teria ser o de uma instituição representativa, ele teria que correr atrás do direitos dos alunos, defender os seus direitos perante a diretoria, a reitoria, inclusive se preciso até no MEC. É esse para mim um papel que eu acho primordial no D.A, é defender os direitos, de seus representados. Mas, isso ocorre muito pouco hoje, mas ocorre. Acredito que isso ocorra pouco porque os alunos do...do..do curso o qual a gente representa ele pede...cobra, cobra, cobra, mas... não atua, os próprios estudantes não tem a consciência de atuar, eles acham que agora estão fazendo um curso de Cachaça, Tecnologia de Produção de Cachaça, para que? Aquele problema que já vem de anos, de séculos... aquela falta de vontade, a falta de brigar pelo que é seu, cobra demais, quero, quero isso, quero aquilo, mas não tem coragem de fazer, de participar, de atuar, você marca uma reunião, você marca uma reunião para uma, duas, três, quatro, cinco vezes, existe um problema na instituição tem que ser resolvido, só resolve se for... você tem que fazer uma...uma reunião, você tem que reunir esse pessoal, você tem que discutir a situação, mas você marca essa reunião...não vem. Eu sempre fui...minha vida toda eu sempre fui muito de estar ligado aos movimentos. Em São Paulo sempre ligado a movimentos desde pequeno e quando eu cheguei aqui senti a necessidade quando você procurava uma coisa, você não tinha... Existia o diretório, mas o diretório praticamente não estava atuando, ele não era atuante, tudo que você ia cobrar, a própria direção da Escola não aceitava porque não existia um.... um....um... um órgão oficial, não existia um representante dos alunos [...] Então começou assim, a gente tem que organizar e tentar começar a mudar isso (Representante 3).

A partir dessas falas, pode-se observar que existe uma consciência do papel das instituições que representam. Além disso, como o processo de eleição foi democrático, são legítimos representantes do segmento, o que certamente propiciou uma visão interessante sobre a composição e funcionamento do Conselho Diretor. Ainda chamou a atenção as reclamações de apatia presentes na fala do representante 3 quando discute sobre a atuação do DA e que esse não tem um melhor desempenho devido à falta de ação dos seus próprios membros.

Nota-se que a participação no movimento estudantil é um subsídio significativo para que se tenha o conhecimento das relações sócio-políticas aí desenvolvidas e se instigue a transformação deste espaço. Portanto, cabe também a instituição em suas práticas, oportunizar aos estudantes a percepção dessa realidade, reconhecendo suas contradições, sua provisoriedade e sua possibilidade de mudança.

Observa-se que uma temática muito recorrente, quando se fala sobre formação política no processo de formação estudantil, é a participação acadêmica nas diversas instâncias representativas da instituição. Nessa perspectiva, percebe-se que há certo grau de desinteresse por parte de alguns acadêmicos no tocante à participação mais efetiva nesse aspecto. Entendendo esse envolvimento, como um momento ímpar para que os estudantes possam se desenvolver enquanto cidadãos e formar sobremaneira sua consciência crítica. E ainda compreendendo que isso não vem ocorrendo em escala significativa, fica evidenciada a fragilidade dessa formação, aspecto explicitado em alguns momentos do próprio relato do representante discente, que em seu conteúdo revela a prevalência de um discurso esvaziado e sem a devida consistência para que haja com propriedade na reivindicação de direitos e efetiva contribuição para a construção de um Educandário mais democrático.

Como lembra Inglat e Freitas (1999, p. 1159), “o movimento estudantil ainda não está sendo priorizado nos espaços acadêmicos, apesar de sua importância para formação acadêmica”. Contudo, de acordo com Nascimento (2002, p.133-4), os discentes estão se portando de maneira diferente da esperada, havendo um baixo envolvimento por parte destes no processo de sua formação profissional. O autor considera que:

Ao demonstrarem grande passividade, comodidade e manifesta falta de preparação prévia, os estudantes não estão a desempenhar o papel esperado pela sociedade neste nível de ensino. As relações na formação são construídas dentro de um pacto de mediocridade, no sentido mais de facilitar e perpetuar este estado atual do que propriamente alterar a realidade concreta. A modificação é vista como um transtorno para os docentes e discentes, pois exigiria mais dedicação e cobranças mútuas, não se limitando a partilhar interesses e lembrar o conteúdo ministrado em sala de aula.

Souza (1991) por sua vez acrescenta defendendo que:

A participação do corpo discente na vida e no Governo dos estabelecimentos de ensino não se restringe [...] apenas a assistir às aulas, a promover o “trote” aos calouros, a desenvolver pesquisas e atividades em extensão, a competir nas quadras esportistas, a promover assembléias e greves ou a integrar facções políticas com atuação no “campus” universitário. Ademais disso tudo, os alunos têm efetiva participação em todos os colegiados da instituição, sem prejuízo de manterem seus próprios órgãos de representação: (...) os Diretórios Centrais de Estudantes, nas Universidades.

Depois de uma breve discussão sobre a situação do movimento estudantil, diante das questões relatadas a partir do que aponta o representante três, com intuito de compreender as entidades e o seu perfil de participação, como ocorrem as relações entre

os dirigentes e a base social que eles representam, os entrevistados foram indagados a respeito dessa temática.

É, isso é permanente, contínuo... primeiramente pela próprias assembleias que nós temos regulares, é...colocada através de edital para prestação de conta...e também avaliação do plano de luta do Sindicato...também através do boletim informativo que tem na página da internet...as plenárias que constantemente em nossas reuniões deixa bem claro que qualquer filiado pode estar participando dessa plenária em Brasília...bem como também nos encontramos a própria sede aberta, oito horas de segunda a sexta, mais três horas no sábado e...além disso o diálogo que existe é... informal junto a própria instituição quando todos os filiados nos procuram [...] Além das confraternizações que a gente abre: como espaço para um diálogo, mais de afetividade, de entrosamento de companheirismo; nesse sentido (Representante 1).

É uma coisa, assim, mais coletiva, porque aqui você não pode fazer nada sozinho, por exemplo, nos fizemos um campeonato de Futsal, aí eu procurei quem são os meninos que gosta mais de mexer com esporte [...] Geralmente eles procuram a gente quando eles vão para a comissão... aí eles procuram mais a gente [...] É... toda vez assim que ocorre alguma coisa com eles aí eles me procuram sabe porque eu conheço algumas coisas, eu conheço pouca coisa, mas eu conheço algumas coisas das lei e tal [...] Você pode falar com eles, aí eles me procuram bastante sabe... toda vez que eles precisam de alguma ajuda, de alguma coisa eles me procuram...aí eles estão sempre assim, a relação não é tão distante assim não... é bem estreita (Representante 2).

Essa relação é tumultuada... porque aquilo que eu te falei, o cara antes de cobrar as coisas é um ter muito fácil chegar e criticar, você tem que ter a consciência que você tem criticar e oferecer o que é melhor: "O que você tem de bom?" para trazer [...] A consciência é pequena, é um problema geral, aqui é o D.A, eu preciso disso, mas eu tenho que reclamar no cantinho, eu tenho que ficar no cantinho da sala, criticando e metendo o pau. O gente o que está acontecendo? Vamos colocar no papel, vamos passar para a direção o que está acontecendo. "Ah, mas é muito pouco." Então vamos fazer uma reunião para resolver isso. Nosso estatuto, até hoje nós não conseguimos votar nosso estatuto, nós não conseguimos reunir 50 por cento mais um dos estudantes, nós vamos ter fazer um estatuto e levar praticamente de sala em sala para eles assinarem e olha lá ainda que vão arrumar confusão para assinar, para saber o que estão assinando. Então o aluno tem participação muito pouca, se esse aluno tem participação muito pouca, então esse D.A realmente é muito pouco atuante, e não tem que porque não é cobrado, você tem que cobrar, você tem que chegar, mas chega você só como pessoa, eu tenho uma boa amizade com a direção, eu tenho uma representação boa com a direção, eu vou lá e consigo algumas coisas, mais assim no bloco do que propriamente dos alunos. Eu não entendo essa inércia, cobra, cobra, cobra, quer, quer, quer, mas eu não entendo essa inércia por parte dos alunos. Eu teria para mim é o sistema...sistema...o sistema você vem de uma educação onde você é reprimido em casa, onde você foi reprimido na...na... no seu pré, onde você foi reprimido no seu ginásio, no seu colégio, então para que você vai gritar? O sistema é... eu acho que tudo aquilo, você vem do...do... de uma história, de uma longa história, de um país, se você... eu sou desse tempo ainda, da 69 você era preso na esquina por estar discutindo

política, então criou-se pais assim e automaticamente criou-se filhos, assim, então se procura é muito pouco, acha que sindicato é coisa de vagabundo, acha que DA é...não vai resolver nada, ah, não adianta falar que não vai resolver nada. Eu acho que isso foi da educação, foram criados para ser filhos do silêncio e continuam até hoje. Existe esse negócio, seu pai e sua mãe estão dentro de casa e está criticando, mas ele não tem coragem de atuar, vai viver a vida dele lá dentro, no sossego, no conforto, vai atuar como e porque? (Representante 3).

É importante saber como ocorre essa relação dentro das entidades representativas, e como esses espaços democratizam a presença e participação dos membros. O SINASEFE como entidade sindical já apresenta mecanismos definidos como assembleias, plenárias, diretorias temáticas, que possibilitam uma participação efetiva nas decisões; segundo a fala do entrevistado, isso de fato acontece.

No tocante ao Grêmio estudantil, deixando claro que não se está comparando as instituições e sim refletindo sobre o disposto, mesmo que haja a consciência da necessidade das ações coletivas, essas ocorrem de forma pouco organizada sem sistematização, baseada exclusivamente na relação do dirigente com os demais membros, em momentos que esses apresentam dificuldades. Entende-se como já foi exposto, que mesmo havendo benevolência por parte dos responsáveis ainda é pouco.

Já na fala do presidente do D.A nota-se uma situação que mesmo não estando presente no discurso dos outros atores, acredita-se a partir da observação do cotidiano institucional, que ocorre nas demais entidades. Mesmo sem a intenção de generalizar acredita-se que possa ser um fenômeno que esteja presente na maioria das outras instituições. Justamente diante disso, analisar situações como essas sejam um dos passos o rompimento da cultura apontada pelo entrevistado: “dos filhos do silêncio”. No presente capítulo, depois de realizado o exercício de compreender um pouco como ocorre a situação dentro das entidades escolhidas, a partir do próximo tópico, busca-se compreender como os movimentos organizados, como quem está de fora do Conselho Diretor enxerga esse cenário.

5.2 O papel do Conselho Diretor

Depois de buscar compreender alguns aspectos concernentes às entidades que os entrevistados representam, voltar-se-á à temática central do estudo. Nesse momento,

será analisada a opinião dos entrevistados sobre a maneira como enxergam o Conselho Diretor.

Olha, eu como presidente, eu enxergo assim que ele... o Conselho Diretor ele visa muito assim... os professores entendeu, ele não visam o aluno, há nós fazer isso por causa dos alunos, ele visam mais os professores, há vamos embora melhorar por causa tal professor, por causa do diretor, por causa de não sei o quê, mas eles não visam assim... a visão deles não é o aluno entendeu... a visão deles é o nome deles. Pelo menos, como presidente do Grêmio eu vejo desse jeito, não como aluno, a minha visão é essa que eles fazem não pensando em nós, mas pensando neles entendeu... Apesar deles passarem uma mensagem que é para nós, todos nós sabemos lá no fundo que não é para nós, cada vez que ele fazem um evento...cada vez que eles fazem um evento vem mais verba, aí dessa verba em vez deles usarem toda para o evento, eles usam uma parte mínima para o evento, o resto eles investem em outras coisas para a Escola crescer alguma coisa desse tipo (Representante 2).

Por achar essa resposta bastante inespecífica, houve uma insistência na pergunta: a fim de captar o que ele entendia por Conselho Diretor:

Que o Conselho Diretor é Adalcino, Murilo, é.... Maximo²⁶, esse pessoal lá de cima. O que é passado para a gente como Conselho Diretor é Máximo, Murilo e Adalcino. É a equipe de direção que é o Conselho Diretor, pelo menos o que é passado para a gente é desse jeito. Nunca tinha ouvido falar, tanto que nunca, nenhum aluno já participou desse Conselho Diretor (Representante 2).

Após essa fala, foi explicado brevemente o que é o Conselho Diretor e que, na verdade, hoje quem representa os alunos é um acadêmico do curso de Tecnologia em Produção de Cachaça. Perguntou-se então, se eles não tiveram conhecimento dessa eleição:

É porque o curso de Cachaça e o nosso curso técnico, assim, não têm uma ligação entendeu... tanto que eles não votam para o Grêmio, eles não tem direito a carteirinha, é...eles não tem direito a muita coisa entendeu...é um curso, assim, como se fosse outro curso, como se nem fosse da Escola, praticamente, tudo que acontece: eles não direito de votar, não tem direito de fazer isso, não tem direito de fazer aquilo, entendeu...Então, muitas coisas dentro do Grêmio principalmente... do Grêmio, esses negócios eles não tem direito, os horários nossos são reduzidos o deles não são...Muitas coisas desse tipo eles...(Representante 2).

²⁶ Esse nomes relacionados como o primeiro entendimento que teve o representante 2 quando nos referimos ao Conselho Diretor, na verdade dizem respeito a parte superior da hierarquia dos dirigentes do campus Salinas que é formada por Adalcino França Júnior – Diretor Geral; Murilo Nonato Bastos – Diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional e Diretor Geral Substituto e Máximo Henri Pottier Monteiro – Diretor Administrativo e Planejamento.

Depois de ouvir essa fala, percebeu-se que, se por um lado não se obteria muitos elementos com essa entrevista, por outro lado o total desconhecimento sobre o Conselho Diretor por parte do dirigente representativo do corpo discente dos alunos do nível médio que representam a maioria absoluta do alunado da IFNMG – campus Salinas, revela uma ausência de diálogo por parte da instituição com esse segmento. Tendo em vista, que é a própria direção que nomeia uma comissão para realizar a eleição, pelo que parece houve um alijamento desse grupo no processo decisório de seu representante no Conselho Diretor. É claro que não se pode isentar o Grêmio Estudantil e o seu dirigente pelo fato de não buscar mais informações, mas a instituição tem o papel de contribuir com esse processo.

Dando sequência, apresenta-se as falas que dos representantes do DA e do SINASEFE sobre a visão dos mesmos com relação ao papel do Conselho Diretor do IF:

Bom, o conselho, todo conselho tem um papel fundamental enquanto um ator de contribuição... deliberativa, como também propositivo... No específico, o conselho diretor da Escola Agrotécnica Federal de Salinas, nosso campus Salinas... então eu vejo que tem um papel fundante... de estar acompanhando a implementação do orçamento...a implementação das políticas públicas educacionais do governo...fiscalizando, bem como também sugerindo medidas e ações efetivas para que consolide de maneira clara, evidente, clara, transparente, democrática...uma melhor postura e desenvolvimento institucional..., atendendo assim é claro as demandas específicas da nossa região (Representante 1).

Hoje o papel do Conselho Diretor na Escola é muito falho. É muito falho porque eles colocam representantes de fora que não tem vínculo nenhum com a Escola, entendeu... que por acaso não sabem nem o porque estão votando, acredito que os membros da sociedade civil deveriam ser um pouco mais representativos. Um pouco mais interessados, com consciência de coletivo, com consciência do que é representação... Porque não é só colocar pessoas [...] Eu...eu entendo a instituição, acho que é difícil, acho que é complicado, mas teria que ser pessoas mais comprometidas, mais comprometidas mesmo. Pessoas que realmente tivesse interesse. E hoje com o IF vai ter que ter essa mentalidade. Nós tivemos um problema seriíssimo com o Conselho Diretor...porque, por causa de que...nós temos uma lei que, o MEC tem ali na mão, que MEC autoriza que todo repetente ele não é obrigado a cumprir carga horária [...] e o Conselho Diretor votou pedindo a opinião de uma ou duas pessoas que eram contra, não sabia nem porquê estava votando. Mas, eu penso por outro lado que aquele Conselho Diretor, hoje é fácil você criar um Conselho Diretor em uma cidade como Salinas. As pessoas não tem consciência de representação, você pega uma pessoa que é dono de uma loja que ele não tem... ele está preocupado é com o negócio dele ele não atua dentro instituição, ele não sabe o que está acontecendo lá dentro. [...] Ele pergunta para o professor do lado, o que você acha? Vota sim ou não. Não houve a opinião do DA, não quer saber o que o DA pensa. Então é o terceiro ano desse Conselho Diretor nesse sentido. Mas, por lado eu entendo que não é fácil se colocar, se

montar um Conselho Diretor não, ninguém quer ter compromisso não, ninguém quer.... para carregar não (Representante 3).

Nas falas citadas acima, percebe-se ao contrário da fala do conselheiro 2, que existe uma concepção do papel do Conselho Diretor e de sua relevância dentro do ambiente institucional no acompanhamento do orçamento e políticas públicas educacionais que desembocam no próprio desenvolvimento do educandário. Mais um ponto destacado é a visão existente de uma ausência população como um todo da consciência de participação, apesar de observar nessa fala uma insatisfação que diz respeito a uma questão específica, em que a decisão do Conselho Diretor deixou o DA insatisfeito.

Assim, não se pode dissociar esse desprazimento específico, da concepção da fala na qual aparece o incômodo muito grande com a participação dos membros da sociedade civil que no ponto de vista do entrevistado pouco compreendem da dinâmica institucional e pouco se comprometem com esse processo. Lembra-se que essa questão já apareceu anteriormente no texto; ressalta-se que a forma mais indicada de resolver esse ponto seria a abertura de espaços de formação como os conselheiros representantes da sociedade civil apontam²⁷.

Mas, mesmo diante do exposto, considera-se oportuno no momento da entrevista solicitar mais informações com o presidente do DA, teve-se como resposta:

A representação dos alunos acaba sucumbida pelo próprio... pelo próprio sistema. Porque o aluno é um representante, porque mais ele tem a força dos outros...de cinco ou seis atrás. Porque o Conselho Diretor está sem aluno até hoje²⁸? Porque nós não acreditamos no Conselho. Ele vai votar coisas simples em prol dos alunos. Mas, aí vem interesses da própria instituição, interesses da própria escola, interesses pessoais inclusive que eu acho que não deveria influenciar. Isso atrapalha um bocado.

Neste ponto, cabe esclarecer algumas questões: a entrevista foi realizada no dia 29/10/09, nesse dia o representante discente já tinha participado da cerimônia de colação de grau, não podendo, assim, mais representar o seu segmento. Após, coleta essa entrevista e de posse da ata das reuniões do ano de 2009; que ocorreram após a colação de grau, observou-se que houve a participação indevida do representante discente que participou da reunião conforme atesta as atas da reunião de 10 e 24 de agosto de 2009.

²⁷ Cf na p. 92 et seq.

Ou seja, a irregularidade ocorreu nesse caso; acredita-se que a mesma pode ter ocorrido por desatenção ou desinteresse em possibilitar uma representação mais sólida e participativa do corpo discente. Apesar do próprio representante do DA dizer que não acredita no Conselho, isso não justifica a falta de zelo da Direção que foi conivente com essa situação ilegal.

Segundo Sá (2008, p.122), fatos como esse “marcam tanto um desinteresse/desconhecimento por parte de alunos da dinâmica do conselho e sua representação quanto uma leniência dos gestores diante da situação”. Com relação a esse aspecto, Lima (2001, p. 90) esclarece que fenômenos que demonstram a não-participação devem ser compreendidos à luz das características da organização incluindo cenários participativos anteriores.

5.3 Conselho Diretor, instrumento de gestão participativa?

Continuando as entrevistas, foi inquirido aos atores se eles entendem que o Conselho Diretor cumpre o papel de um instrumento de gestão participativa e ainda o que seria uma gestão participativa, obteve-se as seguintes respostas.

Eu diria que parcialmente... primeiro pela própria irregularidade das reuniões...nesse sentido...Segundo o próprio envolvimento...dos pares representantes do Conselho...nesse sentido...uma vez indicados pelos seus representantes...não se tem o retorno do que acontece....tanto esses pares questionando aos representantes dos pares quanto a pauta do conselho, até mesmo depois que ocorrem essas reuniões, não há esse feedback entre os representantes do Conselho e há quem eles representam de fato. Bom, a gestão participativa como a própria expressão já diz é....uma administração democrática em que se consulta antecipadamente e posteriormente a aplicação das demandas, dos projetos... das sugestões, também se avalia a implementação das mesmas em um diálogo permanente e contínuo....isso seria, seria uma gestão participativa...Eu diria que aqui no campus Salinas não ocorre uma vez que a gente observa que o poder, ele é centralizado... é....em gabinete...apenas alguns...recebem, participam, sabem o que ocorre, a grande parte da comunidade... tanto externa até como interna não tem conhecimento, nesse sentido, muitas vezes sendo pego de surpresa com algumas decisões.
(Representante 1).

Eu acho que participativa não seria a palavra certa, não, porque... eu acho que a democracia tem que ter a participação de todos, todos ou então a maioria querendo, a maioria votando para alguma coisa, ou como ali muitas vezes não a maioria é a minoria, eu acho que não A

gestão participativa na Escola, eu acho que seria, mais ou menos, o aluno participar, os servidores, os professores, todo mundo participar de alguma forma na gestão, pelo menos aprovando, dando idéia ou contribuindo de alguma forma, acho que gestão, já que gestão vem de gerenciar alguma coisa...e gerenciar geralmente envolve dinheiro, alguma coisa.... não só com dinheiro, sei lá alguma coisa... é... os alunos preservando a escola, alguma coisa desse tipo eu acho que seria gestão (Representante 2).

Em parte sim, em todo... todo... eu acho que como qualquer...como qualquer comissão que é montada, que visa aquilo que eu falei ter pessoas de vários lugares. A tendência é realmente é cumprir seu papel democrático, certo... Preocupar só nessa questão, a forma como você cria essa representação. Gestão participativa que eu entendo é uma gestão que é...é uma comunhão... de afazeres... de todos, onde todo mundo tem que participar, todo mundo tem que atuar... é lógico que tem... não pode ficar, tem que ter alguém tomando conta, tem que ter alguém direcionando. Mas, eu acredito que o aluno, ele tem que cobrar, mas ele tem que participar, entendendo que o professor ele tem que cobrar... ele tem que dar suas aulas, mas ele tem eu ter sua participação, entendo que a direção como um todo tem que entender e tem que saber pegar e fazer essa comunhão participativa (Representante 3).

Analisa-se, a partir da fala dos atores acima, que mesmo havendo o entendimento que esse papel faz parte da concepção do Conselho Diretor, de fato isso não ocorre da maneira como deveria, pois interesses por parte da administração prevalecem e a democratização do processo fica então tímida. Ainda mais, a irregularidade das reuniões, assunto que aparece na fala dos conselheiros e a própria dificuldade dos representados e dos representantes em dialogarem sobre os assuntos a serem tratados atrapalham. Mesmo que o representante 3 admita que é um avanço, a composição do conselho ainda é alvo de críticas.

No tocante à opinião dos mesmos sobre gestão participativa, a essência que se consegue captar é que, para que uma gestão verdadeiramente participativa se concretizar-se, seria necessário um diálogo permanente, com consultas antes e após as decisões serem tomadas e implementadas. Há uma crítica ao que considera uma centralização do poder por parte da administração do campus Salinas, que não oferece condições para a comunidade ter conhecimento das decisões. Pode-se acrescentar ainda, na visão do representante 2, que quando esse comenta que para uma gestão ser participativa precisa de um engajamento da maioria, pode-se notar que esse item não vem sendo assegurado. No entanto, o representante 3 traz, à tona, questão interessante quando afirma que os segmentos docentes e discentes deveriam ter uma postura mais ativa e menos contemplativa na cobrança e procurando participar mais efetivamente,

mesmo que admite que caberia à direção realizar a partir daí essa “comunhão participativa”.

Tendo discutido o conceito que eles atribuem à gestão participativa e a relevância do conselho na construção desse horizonte, questionou-se aos entrevistados se o Conselho Diretor abre espaço para participação nas decisões, teve-se as seguintes respostas.

(Silêncio). Eu fico até em silêncio, nessa questão... porque é...como eu disse antes...deveria ter, ser efetivo...esse, essa atuação é... eu creio que ele está aberto a essa participação só que o que eu observo é que não há ações práticas do Conselho para solicitar... e conquistar essa participação dos seus representantes, então fica como que nebuloso... mesclado...não fica nítido para a comunidade...essa abertura embora no estatuto, no regimento, com especifica essa co-participação em determinados momentos, mas efetivamente não tem ocorrido (Representante 1).

Não, nunca vi... inclusive a gente tentou o ano passado... quando eles estavam reformulando o... é... aquelas leis, as leis que regem a Escola, o estatuto... aí...a gente tentou colocar um lá e fomos. Mas, eu acho que... esse Conselho é assim, muito deles mesmo entendeu...(Representante 2).

Abre, abre espaço, com ressalvas, mas abre. É aquilo que eu já te falei... Falta de conhecimento, com certa dificuldade, com certa carência, mas abre... (Representante 3).

Diante das falas acima, o que se nota ainda, de forma nítida, é que o espaço aberto, quando existe, é muito incipiente; parte por falta de ação da direção que pouco faz para que a comunidade conheça o papel do Conselho e em razão da próprio corpo social que não começa a buscar esse conhecimento.

5.4 Influência das instituições de classe na gestão do IF

Buscando compreender se existe influência do SINASEFE, do DA e do Grêmio Estudantil na gestão do IF, indagou-se aos entrevistados e foram encontradas as seguintes afirmações.

De certa forma, não diretamente, mas é...de maneira indireta... a nossa seção ela tem influenciado sim por várias razões...na medida do possível...a gente tem participado com medidas e ações propositivas..seja no intuito de estar orientando... os nosso filiados... na reivindicações dos seus direitos dentro da instituição quando... não são atendidos, bem como também, é...em estar propondo e abrindo o espaço do próprio sindicato em parcerias em alguma ação que o Instituto

queira... mas, a gente observa que esse espaço torna-se um pouco distante...que poderia ocorrer de maneira mais significativa, mais representativa, mais contínua e consistente (Representante 1).

Na gestão do Instituto eu não consigo perceber nenhuma, porque... sempre que a gente vai lá conversar com eles, eles falam: ah, nós vamos ajudar, que não sei o quê...aí depois eles tomaram nossa sala, quando a gente estava começando a ganhar força na Escola, eles chegaram e tomaram nossa sala [...] Foi desde o ano passado, a...a gente brigou com a Escola, a gente estava com uns projetos sabe, já tínhamos assim conversado com a Escola, nós entrávamos com o projeto e a Escola dava o apoio necessário, [...] mas, a Escola falou não nos ajudamos e tal e nós cobrávamos, fizemos uns requerimentos chamamos o líder de cada sala... fizemos e tal e tentamos, e tentamos... tentamos ajudar, só que a Escola... depois tirou a sala, ficou enrolando e tal, e nós fomos lá e acabamos brigando com a Escola, assim, entre aspas, sabe, acabamos assim brigando com a Escola (Representante 2).

Muito pouco, mas nós atuamos, hoje a direção... quando eu comecei no curso a direção praticamente não escutava a gente, hoje nos temos protocolado mais de vinte ofícios e todos atendidos via DA, então é...é...é precisa por parte dos alunos crescer mais, mais hoje por parte da direção...dessa direção que se encontra aí até hoje não voltou um pedido nosso, que não tivesse sido atendido (Representante 3).

De certa forma, pode-se perceber visões diferentes das três entidades sobre a influência na gestão do IF. O SINASEFE admite conseguir estabelecer alguma influência através de ações e até mesmo algumas parcerias com o IF campus Salinas, mas o seu representante acredita que essa interseção poderia ser mais “representativa, contínua e consistente.” No tocante ao Grêmio Estudantil observa-se que a relação está bastante desgastada. O papel do educandário seria apoiar e incentivar o movimento estudantil e o que é notado é justamente o contrário.

Com relação ao DA, a relação parece que está sendo bastante sólida, apesar de não inferir na fala do presidente momentos de enfrentamento, tão comuns na luta estudantil por melhores condições. Mais um ponto é que o próprio DA, de acordo com o discurso do próprio representante, tem baixa representatividade por causa da pouca participação dos pares. Outra possível explicação para o fato é que a instituição só tem até o presente momento²⁹ um curso superior que representa muito para o IF, isso pode fazer com que a preocupação em torno dele seja maior e suas demandas sejam prontamente atendidas

²⁹ No primeiro semestre do ano corrente serão iniciados mais cinco cursos superiores no campus Salinas do IFNMG, a saber: Licenciaturas em Biologia, Física, Matemática e Química e uma Engenharia Florestal.

5.5 Percepção da comunidade, mudanças e sugestões

Após procurar alcançar de que maneira e se ocorre influência entre a gestão do IF; e já sabendo a visão que eles têm sobre o Conselho Diretor, foi questionado como que a comunidade percebe esse órgão e de que as informações referentes a ele são socializadas.

Não há um feedback tanto antes da...reunião como depois, uma vez e os representantes dos segmentos, não se sabe mais o que ocorre. É difícil até tirar um conceito, uma opinião quanto a isso é... que por outro lado eu acho que a própria comunidade também... ela falha a medida que ela também não cobra, nesse sentido, o Conselho Diretor podia ter um papel de ser um instrumento também educativo, de democratização, de socialização, ou seja, ter um papel educar a sociedade a participar e por outro lado a própria comunidade, como estou dizendo ela não se manifesta., as vezes um ou outro percebe essa falha, essa necessidade, se cobra individualmente, mas coletivamente a gente percebe uma abstenção da comunidade de estar atento a isso daí (Representante 1).

Bom teoricamente, não conhece, da forma como você falou. Seria através da representação do aluno e do ex-aluno, que o Conselho Diretor poderia perceber as nossas necessidades. Não conhecemos, assim, não conhecemos o Conselho Diretor assim como você falou não...Se tem a informação ela nem é socializada para nós, ela é imposta, entendeu... tipo assim se eles decidiram alguma coisa está decidido, nem se os alunos quiserem reivindicar, no caso, se o próprio representante dos alunos estiver votado a favor lá e os alunos quiserem reivindicar: não, não é assim, não tem jeito se eles decidiram assim vai ficar assim (Representante 2).

Olha a comunidade em geral, no geral ela não... sabe nem o que é Conselho Diretor. Se você colocar no geral... se você perguntar aos alunos, eles tem dificuldade de identificar o Conselho Diretor, não sabe, eu acho que a instituição paga um pouco por isso, porque ela nunca teve muito interesse em divulgar Conselhos Diretores, então se você sair fora e fazer uma pesquisa, aí fora com a comunidade... com a comunidade. Até os poucos, os que tem um pouquinho de esclarecimento, eles mesmo vão ter dificuldade em identificar o Conselho Diretor, você faz uma reunião assim, vamos decidir os cursos de Salinas, isso já tem..já é um pacote que vem de lá já embrulhado e mandado, é esse e acabou...Isso já vem... a vida toda educação faz isso. Simplesmente cria o pacote, manda e olha se virem. Elas não sabem o que é o Conselho Diretor, então fica difícil eu te responder isso, porque eu já perguntei na cidade para várias pessoas."O gente vocês sabem o que é um Conselho Diretor? Como ele atua? O que ele faz? Ele está para que? Ele está fiscalizando lá o que?" O conselho Diretor da Escola Agrícola, do IF quando se reúne é para discutir contas, é para discutir prestação de contas [...] Esse Conselho Diretor tem que abrir curso conforme a demanda da cidade com a influência desse Conselho Diretor. Então se faz as coisas por fazer. Eu vou tentar amarrar isso, os alunos, por seu lado, pela sua educação, têm muito pouco conhecimento do que pode e

não pode ser feito; a sociedade porque está achando que está muito bom ou porque a instituição para ela... não tem noção do que é o Instituto ainda e a direção por não ter vontade de perder o controle sobre o Conselho Diretor, que pode trazer dor de cabeça. Então direção, ela não tem o interesse em perder o seu controle do Conselho Diretor porque suas decisões passam lá sem problema nenhum, sem ser questionadas, então ela “coloca” indivíduos que muito pouco conhecimento do que por estão atuando lá dentro e coloca três, quatro para manipular o resto do Conselho Diretor. A sociedade por achar e não ter interesse, não conhecer, não saber, qual é influência, qual é o poder do Conselho Diretor, não atua e não cobra. E os alunos com a sua inércia, pouco importa o que é o Conselho Diretor ou não, já eles quer terminar o curso de qualquer forma. É um dos males da educação do Brasil. Quanto a socialização das informações, olha eu não vejo que são socializadas não, eu vejo editais, eu vejo atas, inclusive atas assim muito pouco divulgadas. Eu pessoalmente como sendo do DA até a dificuldade de colocar um aluno porque eu fui convidado para participar do Conselho Diretor e não quis, chamaram duas vezes para ser do Conselho Diretor³⁰, da forma como o Conselho Diretor atua eu não atuo, não me interessa, já chega as dificuldade que eu tenho no D.A lá para você manter ele, eu não vejo nem as atas, eu não vejo nada, legalmente tem que divulgar atas, mas eu não vejo as ações sendo divulgadas, nós questionamos algumas coisas, nós pedimos algumas coisas para saber que não deu certo, que foi rejeitado, a gente pergunta para um professor, para um dos conselheiros do diretório... um dos membros do Conselho Diretor (Representante 3).

Pode-se apreender pela fala dos atores que a comunidade pouco conhece ou desconhece por completo o Conselho Diretor. Ao pensar no segmento que é representado pelo Grêmio Estudantil o desconhecimento é ainda maior, aspecto já esperado, haja vista que, se o próprio representante que devia ter um maior acesso às informações não tem ciência do Conselho e seu papel, a comunidade discente do ensino nível médio muito menos.

Aparecem vários aspectos que podem ser elencados como possíveis causas desse desconhecimento de acordo com as falas. O fato dos próprios conselheiros não oferecerem uma realimentação de suas ações aos seus representados é um dos motivos, juntamente com a ausência de cobrança por parte da comunidade. A instituição por sua vez, tem a obrigação de divulgar um pouco mais o Conselho o que não é feito e ainda: “A direção, ela não tem o interesse em perder o seu controle do Conselho Diretor porque suas decisões passam lá sem problema nenhum, sem ser questionadas, então ela “coloca” indivíduos que têm muito pouco conhecimento do que é tratado lá dentro e

³⁰ É importante assinalar que no artigo 2º, inciso IV diz que: “01 (um) representante do corpo discente e seu respectivo suplente escolhidos pelos seus pares”. Ou seja, se a hipótese apresentada pelo representante 3 viesse a se concretizar estaria ocorrendo um desrespeito ao Regulamento do Conselho Diretor.

coloca três, quatro para manipular o resto do Conselho Diretor³¹". Diante dessas causas relatadas, é possível compreender o desconhecimento da comunidade com relação ao Conselho Diretor e até mesmo traços de patrimonialismo na condução do processo, aspectos já discutidos no referencial teórico.

A socialização maior das informações poderia surgir como uma alternativa para o maior entendimento e posterior participação mas, ainda de acordo com as falas, percebe-se que quando ocorrem é de maneira muito frágil, não contribuindo com a democratização e acesso do conhecimento necessário do Conselho para posterior intervenção. Pois essa compreensão, como reporta o conselheiro 1, poderia ajudar a construir um processo de educar a comunidade a participar.

Assim, perguntou-se, por fim, qual seriam então as mudanças e sugestões, as quais o Conselho Diretor poderia se submeter para melhorar algo no tocante a sua composição ou ao seu funcionamento.

Sim, o Conselho Diretor primeiro eu vejo que, principalmente agora com a nova mudança de Instituto, passa a ter uma nova formatação de representatividade, eu acho que primeiro seria através disso é....alterar até a representação do Conselho.... com maior presença dos discentes, dos docentes, dos administrativos, a comunidade externa mais representativa, quantitativamente e também proporcional aos vários segmentos, e também o papel educativo na própria comunidade em saber a importância do Conselho e da participação da sua categoria dentro do Conselho, então é um momento de transição, agora com a formação do Instituto, eu vejo que seria um momento ímpar, para se reestruturar a composição e também um papel educativo de conscientização da comunidade do quanto que é importante o Conselho... que agora passa a ter uma nova dimensão, uma nova representatividade, enquanto Instituto nesse sentido (Representante 1).

Eu acho que informar os alunos seria a principal para começar já, tudo o que eles fazem, tudo que foi feito, falado na reunião, mas tudo que foi falado, tudo que foi comentado, é... ou então deixar alguma ata no prédio administrativo, para qualquer aluno que quisesse ir lá ver, ou então no site da Escola já que a Escola tem um site, qualquer coisa desse tipo já seria um bom começo...Está sempre informando aos alunos já seria de grande importância, e chamar realmente, já que é um representante dos alunos, pelo menos um de cada curso, já que cada curso tem a necessidade diferente, apesar de sermos iguais no ensino médio... Acho que pelo menos um representante de cada grupo, realmente o ex aluno, o resto, eu concordo com todos (Representante 2.)

Sim, que ele fosse realmente mais democrático, que ele realmente expandisse mais as suas idéias e que ele fizesse uma conscientização, a começar pelos seus conselheiros e passasse por turmas dos alunos, dizendo a eles o que o Conselho Diretor, o que é o poder do Conselho

³¹ Trecho da fala do Representante 2.

Diretor, se a instituição tem esse interesse.” E colocar pessoas realmente que tenham compromisso, coisa que eu não acho muito difícil encontrar na sociedade não. (Representante 3)

No que tange à composição do Conselho Diretor, o representante 1 revela ter consciência que com as mudanças provocadas pelo advento dos IFs, certamente deverá haver uma reformulação, e ele espera que possa haver uma maior presença quantitativa e qualitativa em todos os segmentos. Lembra-se que há algo que indica nessa direção que é a própria composição do Conselho Superior referida anteriormente, mas, com relação ao Conselho Diretor a situação ainda está indefinida e o seu futuro é incerto, apesar de se acreditar na continuidade cumprindo o seu papel dentro dos campi dos IFs.

Outro aspecto evidenciado pelo representante 1 é que é necessária uma mudança e que o Conselho Diretor cumpra seu papel educativo, no sentido de construir um universo dentro da comunidade de conhecimento e maior participação em suas ações; o momento da reformulação desse Colegiado, seria ideal para constituição do verdadeiro papel do Conselho reconhecido e com amplo engajamento da comunidade. O discurso do representante 2 caminha nessa mesma direção que é fundamental para que o Conselho cumpra sua função que haja um maior conhecimento por parte dos alunos; esse estudo caminha nessa perspectiva, estendendo a lógica para toda comunidade que precisa conhecer o Conselho para poder intervir. Assevera-se que não cabe aqui responsabilizar unilateralmente a instituição por não cumprir essa tarefa, pois todos os membros da comunidade têm a obrigação de se informar, mas não restam dúvidas que o educandário poderia contribuir significativamente para isso. A fala do representante 3, também caminha nessa direção de informar a comunidade sobre o Conselho e de realizar até mesmo um processo de formação com os próprios conselheiros.

Finalizando essa análise e discussão, é dada ênfase à fala de um dos conselheiros que é bastante interessante, pois demonstra que mesmo sabendo que existem muitos pontos para se avançar no Conselho Diretor, este mecanismo não pode ser desconstituído em detrimento de outras instâncias que surgiram nos novos arranjos institucionais do IFNMG – campus Salinas.

Nós sugerimos é que o Conselho Diretor sendo bom ou não. Em qualquer lugar que seja ele deve continuar existindo, é um instrumento de gestão participativa de gestão social que não pode ser perdido, é a perda é inestimável se a gente não tivesse mais a continuidade do Conselho. O Instituto deveria ter o seu Conselho, assim como a Reitoria também pode estar constituindo outro Conselho, que vai estar submisso a outro Conselho por aí a fora. [...] Porque se tem menos pessoas

participando e menos ainda decidindo e se acontecer, a partir da minha ética, da minha conduta, decidir em função de outros, fica pior ainda. Porque você tem uma pessoa só decidindo por “milhões”, a responsabilidade do Conselho tem que ser muito grande (Conselheiro 5).

O regimento do Conselho Diretor revela a incapacidade de ousar para uma conformação mais democrática e participativa no IFNMG – campus Salinas. É perceptível a ausência de autonomia para extrapolar a sua composição e existência definida pelo Decreto nº 2548, de 15 de abril de 1998, sendo que nem sequer existe a preocupação de realizar as alterações no sentido de readequar e acomodar na legislação nacional. Perde-se a oportunidade de refletir sobre a consistência real da instituição e propor inovações no sentido de alinhar a concretude das estruturas aos anseios de gestão participativa. Os movimentos organizados de certa forma explicitam um condicionamento a não participarem dos processos decisórios, a instituição de uma forma geral mostra-se sempre à espera de um direcionamento central, principalmente em aspectos que podem interferir com a correlação de forças internas.

Na análise do conjunto desses dados, pode-se crer, em certa medida, que se conseguiu cumprir o objetivo e contribuir com um diagnóstico dos aspectos atinentes ao Conselho Diretor e sua prática como instrumento que pode ser possibilitador de uma gestão participativa. Assim, pensando então em ações efetivas, acredita-se que se está caminhando, mesmo que talvez mais devagar do que se gostaria, para a construção de uma instituição mais democrática que possibilite debates cada vez mais profícuos em prol da formação crítica e cidadã. Finalmente, pode-se afirmar que essa instituição apresenta traços e características que indicam o caminhar processual e lento nessa direção, com alguns momentos de avanços e outros tantos de contradições, denotando continuidades de forma predominante no cenário refletido.

6 Considerações finais: Um convite à reflexão

O objetivo central que norteou essa investigação foi o de analisar a atuação do Conselho Diretor do IFNMG – campus Salinas. Assim, para falar a respeito da atuação do Conselho Diretor tinha-se que reportar primeiramente à sua composição e existência definida pelo Decreto nº 2548, de 15 de abril de 1998.

Encontram-se sistemas políticos autoritários e não autoritários, menos e mais democráticos, entre governos mais ou menos representativos, mais ou menos autônomos, porém, de um modo geral, a sociedade e a política, no Brasil, ainda são caracterizadas pela total predominância do Estado e pelos obstáculos enormes à construção da cidadania, ao exercício dos direitos e à participação popular. Ao se estudar instrumentos como o Conselho Diretor, o objetivo é propiciar uma reflexão acerca das possibilidades, dos avanços e dos desafios a serem enfrentados com o intuito de formação cidadã, a participação e consciência dos direitos.

Outro aspecto que é relevante destacar quanto ao funcionamento das reuniões do Conselho Diretor é a maneira e o local onde elas ocorrem; pode-se afirmar que essas sempre acontecem no Gabinete da Direção Geral e são sempre realizadas de portas fechadas. A possibilidade de realizar as reuniões abertas à comunidade explicita a contradição. No momento em que a escola não é mais um ambiente fechado à participação, é também um espaço que ainda guarda resquícios do patrimonialismo, um organismo híbrido. Ao mesmo tempo em que a escola diz querer formar para a cidadania, limita a participação de servidores sindicalistas no Conselho Diretor.

A partir desse momento apresentam-se pontos relevantes que aparecem a partir da análise da entrevista. Com relação à própria concepção que os membros do conselho apresentam, pode-se dizer que o entendimento do Conselho Diretor é bastante divergente. Observam-se falas que apresentam vários pontos de intersecção e compreendem que o Conselho Diretor contribui para a participação. A partir do momento que a decisão de questões de suma importância para o funcionamento institucional passam pelo Conselho; desempenha assim, a função de órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento, propiciando uma gestão compartilhada, que deve possibilitar o benefício de maior contingente de pessoas. No entanto, alguns atores trazem preocupação porque, de certa forma, atrelam o papel do Conselho Diretor à direção da instituição, sabe-se que essa relação ocorre de maneira natural, mas não se pode

restringir o papel do Conselho somente a isso, sob pena da conseqüente perda de sua autonomia.

Mais um ponto que merece destaque é a controvérsia percebida nas falas sobre a participação da sociedade civil no Conselho como objeto de concretização desse instrumento de gestão participativa e até mesmo de certa forma um envolvimento mais efetivo nas decisões do Conselho. Enquanto os membros externos³² revelam a importância da ação da sociedade civil no Conselho e até mesmo um interesse maior em participar de maneira mais completa dos processos, alguns membros internos mesmo admitindo a importância dessa participação, acreditam que o fato de membros externos participarem dificulta a operacionalização das ações no Conselho, mesmo que na contraposição das falas percebe-se que esses exteriorizam essa disponibilidade.

Além do que já foi explicitado, quando se questiona sobre a influência do Conselho Diretor nas diretrizes administrativas buscou-se o aparato legal que circunda em torno dessa questão. Admite-se que houve um avanço a partir da publicação da lei nº 8731 de 16 de novembro de 1993. Mas não se pode negar que através da publicação de decretos reguladores o MEC e a Setec acabam relativizando a autonomia dada às instituições, tendo em vista que até mesmo a dotação orçamentária já vem com destino definido e a abertura de cursos mesmo que represente autonomia didático-pedagógica dos educandários, sempre têm que estar em consonância com diretrizes já estabelecidas. Mesmo diante do fato de se estar a quase um ano da publicação da lei nº 11.892 de 29/12/2008, em muitos os casos e mais especificamente no campus Salinas, esse processo de transição tem ocorrido paulatinamente. Assim, entende-se que mesmo a administração do campus tem sua autonomia relativizada o que em conseqüência diminui a atuação do Conselho Diretor sobre essa questão.

Acredita-se que para esse órgão desempenhar da forma devida o seu papel é fundamental que ele seja conhecido pela comunidade. Quando questionados, parte dos conselheiros afirmam que a informação de fato chega até todos que preocupam em conhecer o Conselho, tendo como exceção um grupo restrito que não interessa por isso. No entanto, mesmo que alguns defendam que somente pelo fato dos membros internos serem eleitos por seus pares já possibilita o conhecimento de todos os segmentos de mecanismo do Conselho, indica-se que mais ações no sentido de possibilitar o

³² Está-se nomeando como membros internos aqueles que participam cotidianamente das atividades institucionais e aos membros externos os representantes da sociedade civil.

conhecimento da comunidade é essencial. No caso dos representantes da sociedade civil haveria uma maior dificuldade na indicação dos membros e o próprio fato desses desenvolverem suas atividades laborais fora do âmbito institucional dificulta a sua participação. Percebe-se que na visão de, outros, a comunidade interna é esclarecida a respeito do Conselho; já quanto a comunidade externa isso seria uma responsabilidade maior das federações que indicam os membros.

De forma geral, a análise empreendida aponta para uma participação indireta, ou seja, a comunidade, de uma maneira geral, para participar tem que ir ao encontro dos pares que elegeu. Mesmo ficando restrita a participação a essa possibilidade alguns membros admitem também que essa relação não acontece como deveria; assim em muitas situações a decisão fica restrita à opinião do conselheiro. Apesar dos conselheiros terem a consciência da necessidade de ouvir os seus representados, acredita-se que pouco é feito para sistematizar a audiência dessas opiniões. No caso da sociedade civil observa-se que essa dificuldade pode se agravar ainda mais, devido à ausência de um espaço de encontro (em alguns casos); isso já não acontece com os representantes da comunidade interna que devido ao imperativo do trabalho ou do estudo sempre estão em contato, mesmo que não existam, como já foi dito, fóruns formais de discussão das pautas do Conselho Diretor.

Mais uma questão que aparece com frequência nas falas é percepção da falta de um canal de comunicação, divulgação, informação que possibilitaria à comunidade um maior acesso às informações inerentes às decisões do Conselho, o que só acontece através das resoluções elaboradas e emitidas pela presidência do Conselho e que são afixadas em alguns pontos na instituição, além, é claro, do acesso às atas que fica restrito a alguém que tenha interesse e procure o gabinete da direção, local onde ficam arquivadas.

Têm-se ainda mais uma circunstância notada a partir da análise das atas e convocações, é o tempo entre a convocação e a reunião ocorreu até com apenas um dia de antecedência. O que dificulta muito o diálogo entre os pares e desrespeita o regimento que estabelece no seu artigo 6º que o tempo mínimo para a convocação de reuniões seria de 48 horas.

De um modo geral há uma observação que os atuais membros externos do Conselho são bastante atuantes, questionadores e críticos, procurando sempre estudar bastante as propostas. Como mais um ponto positivo levantado, infere-se o fato da visão

desses conselheiros representar um novo olhar, de quem não está presente no cotidiano da instituição. Um dos conselheiros ainda traça um paralelo dizendo que o Conselho atual é muito mais atuante que em tempos anteriores que tinha participado.

Um tema que mais uma vez provocou falas contraditórias foi a participação da sociedade civil. Alguns conselheiros mesmo reconhecendo a importância da sociedade civil dentro do Conselho acreditam que essa deve ter contingente reduzido em favor dos membros da comunidade interna que conhecem mais o cotidiano institucional. No entanto, pode-se observar nas falas dos conselheiros da sociedade civil (representantes das federações e egressos), a análise da própria intervenção, de acordo com dois dos três representantes, a participação é efetiva, apesar de entenderem que a sociedade poderia ter mais conhecimento do que é discutido. Nota-se assim, que tanto os conselheiros da comunidade interna como os representantes da sociedade civil entendem que o fato da participação não ser efetiva, em alguns momentos, acontece por falta de formação específica em alguns assunto tratados. A própria instituição deveria propiciar essa formação, mas segundo um dos conselheiros isso não ocorre devido aos interesses de manter inabilitados para discussão o que facilitaria as “manobras internas”.

Com o intuito de realizar uma contraposição com os sujeitos membros do Conselho, optou-se por entrevistar o representante sindical dos servidores, o representante do grêmio estudantil responsável por representar aos alunos do nível médio e o presidente do DA do curso de Tecnologia em Produção de Cachaça – curso superior já em funcionamento no IFNMG – campus Salinas, julgando que tais atores por serem representativos de seus pares e que, provavelmente, possuíam uma visão ampliada em relação à temática em questão principalmente devido ao fato de, cotidianamente, estarem em contato com um grande número de informações atinentes à instituição.

Aspectos interessantes foram encontrados, como o total desconhecimento sobre o Conselho Diretor por parte do dirigente do educandário representativa do corpo discente dos alunos do nível médio que representam a maioria absoluta dos estudantes do IFNMG – campus Salinas, o que revela a ausência de uma ação mais efetiva por parte da instituição com esse segmento. Tendo em vista, que é a própria direção que nomeia uma comissão para realizar a eleição e pelo que parece houve um alijamento desse grupo no processo decisório de seu representante no Conselho Diretor. É claro que não se pode

isentar o Grêmio Estudantil e o seu dirigente pelo fato de não buscarem mais informações, mas a instituição tem o papel de contribuir com esse processo.

No que se refere à possível influência dessas entidades sobre a administração do IFNMG – campus Salinas, de certa forma podem-se perceber visões diferentes das três entidades sobre a influência na gestão do IF. O SINASEFE admite conseguir estabelecer alguma influência através de ações e até mesmo algumas parcerias com o IF campus Salinas, mas o seu representante acredita que essa interseção poderia mais “representativa, contínua e consistente.” No tocante ao Grêmio Estudantil é observado que a relação está bastante desgastada. Acredita-se que o papel do educandário seria apoiar e incentivar o movimento estudantil e, segundo a fala do representante isso não vem ocorrendo.

Quanto ao DA, a relação parece está sendo bastante sólida, apesar de na análise da fala do presidente evidenciar momentos de enfrentamento, tão comuns na luta estudantil por melhores condições. Outro ponto é que o próprio DA tem baixa representatividade por causa da pouca participação dos pares. Uma possível explicação para essa relação tão simbiótica entre o DA e direção do IF campus Salinas é que como a instituição só tem, até o presente momento³³, um curso superior que representa muito para esse educandário, isso pode fazer com que a preocupação em torno dele seja maior e suas demandas sejam prontamente atendidas.

Contrapondo o que foi dito por parte dos membros dos conselhos é verificado de maneira mais enfática na falas desses representantes que a comunidade pouco conhece ou desconhece por completo o Conselho Diretor. No tocante ao segmento representado pelo Grêmio Estudantil, o desconhecimento é ainda maior, aspecto já esperado, haja vista que o próprio dirigente, que deveria ter um maior acesso às informações, não tem ciência do Conselho e seu papel, a comunidade discente do ensino nível médio muito menos.

Há vários aspectos que podem ser elencados como possíveis causas desse desconhecimento de acordo com a fala dos atores. O fato dos próprios conselheiros não oferecem um *feedback* de suas ações aos seus representados é um dos motivos, juntamente com a ausência de cobrança por parte da comunidade. A instituição, por sua

³³ No primeiro semestre do ano corrente serão iniciados mais cinco cursos superiores no campus Salinas do IFNMG a saber: Licenciaturas em Biologia, Física, Matemática e Química e uma Engenharia Florestal.

vez, tem a obrigação de divulgar um pouco mais o Conselho o que não é feito e ainda segundo a fala do representante 2: “A direção, ela não tem o interesse em perder o seu controle do Conselho Diretor porque suas decisões passam lá sem problema nenhum, sem ser questionadas, então ela “coloca” indivíduos que muito pouco conhecimento do que por estão atuando lá dentro e coloca três, quatro para manipular o resto do Conselho Diretor”. Diante dessas causas relatadas, é possível compreender o desconhecimento da comunidade com relação ao Conselho Diretor.

Aos aspectos já elencados através da fala dos conselheiros com relação a possíveis mudanças e sugestões, destacam-se alguns pontos na fala dos representantes das entidades de classe. No que tange à composição do Conselho espera-se que com as mudanças provocadas pelo advento dos IFs certamente o Conselho Diretor deverá passar por uma reformulação, que possa haver “uma maior presença dos discentes, dos docentes, dos administrativos e que a comunidade externa seja mais representativa, quantitativamente e também proporcional aos vários segmentos”. Há sinais positivos nessa direção que é a própria composição do Conselho Superior referido anteriormente, mas com relação ao Conselho Diretor a situação ainda está indefinida e o seu futuro é incerto, apesar de acreditar que ele ainda deveria continuar cumprindo o seu papel dentro dos campi dos IFs.

Espera-se que, ocorrendo as mudanças necessárias, o Conselho Diretor cumpra seu papel educativo, no sentido de construir um universo dentro da comunidade de conhecimento e maior participação de suas ações. O momento da própria reformulação dessa instituição seria ideal para constituição do verdadeiro papel do Conselho reconhecido e com amplo engajamento dos pares representados. Nessa mesma direção, fundamental para que o Conselho cumpra sua função, é relevante que os discentes sejam melhor informados; e nessa perspectiva, estende-se a lógica para toda comunidade que precisa conhecer o Conselho para poder intervir. Ressalta-se que não cabe aqui responsabilizar unilateralmente a instituição por não cumprir essa tarefa, pois todos os membros da comunidade têm a obrigação de se informar, mas não pairam dúvidas que o educandário poderia contribuir significativamente para isso.

Dentro do novo contexto vivido pelas instituições federais de educação profissional e tecnológica, ainda não fica claro qual será o novo papel a ser cumprido pelo Conselho Diretor. Ainda, pensa-se que esse poderia continuar atuando dentro do campus, não sendo dispensável diante da emergência do Conselho Superior e do

Conselho de Dirigentes. Além disso, a perspectiva mais democrática de incorporação de segmentos trabalhista e da paridade no Conselho poderia acontecer também dentro do Conselho Diretor juntamente com as transformações que serão necessárias para que possa cumprir o seu papel dentro dessa nova estrutura.

É sabido que se tem novos desafios para o educandário, que outrora lidava com um raio de ação bem definido e que agora albergará novas possibilidades, ter-se-á “várias instituições diferentes” dentro da mesma. Os obstáculos de como incorporar novas culturas organizacionais está posto. Ainda ocorrem, de forma paulatina, pequenas mudanças nos aspectos da gestão, mas sabe-se que muitas transformações ainda estão por vir e ainda não é claro como isso irá transcorrer.

6.1 Recomendações

Levando em consideração a natureza do estudo e os aspectos encontrados na investigação empírica, pretende-se nesse sub-item realizar algumas recomendações que podem ser realizadas com o intuito de possibilitar melhoria no Conselho Diretor, objeto da pesquisa, conclusões essas encontradas a partir das reflexões geradas pelas entrevistas e análise documental.

No tocante aos aspectos legais, um ponto instigante é que os representantes dos servidores tanto docentes quanto técnico-administrativos não podem pertencer simultaneamente às direções sindicais, conforme estipula o artigo 29 ao estabelecer que “os membros do Conselho Diretor não poderão exercer, cumulativamente, funções na CPPD e CPPTA³⁴, bem como em entidades representativas de classe de servidores da Escola.” (IFNMG, 2009, p. 7). Tomando-se como parâmetro os princípios de formação para cidadania e de gestão democrática da educação, pergunta-se a que e a quem serve o propósito do artigo? A leitura do artigo é a seguinte: qualquer servidor pode ser membro do Conselho, desde que não seja dirigente sindical. Nesse sentido, o artigo não se mostra como estímulo à cidadania, pelo menos no que diz respeito à organização própria e independente dos trabalhadores, assim esse deveria ser suprimido.

³⁴ A CPPD é a Comissão Permanente de Pessoal Docente, que assessora a direção geral quanto a aspectos da carreira docente. A CPPTA é a Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo.

O artigo 9º³⁵, por sua vez, prescreve que devem ser tratadas de forma sigilosa questões pertinentes a um órgão público, sendo assim não se consegue compreender qual a natureza do assunto que deve receber esse tratamento. Compreende-se que salvo o instrumento adotado pelo poder judiciário de sigilo de justiça, no qual as investigações ocorrem em âmbito restrito para salvaguardar possíveis injustiças ou não prejudicar as investigações em curso. As informações provenientes de uma instituição pública devem ser socializadas ao máximo o que certamente contribui para uma maior democratização e, em decorrência, uma maior emancipação dos sujeitos, que têm possibilidade de formar suas opiniões e contribuir com o processo de forma efetiva.

Pode ser apontado como avanço o fato de não se encontrar mais um artigo dessa natureza no Estatuto do IFNMG que traça algumas diretrizes de composição e funcionamento do Conselho Superior e de Dirigentes. É importante deixar claro que o regimento desses órgãos ainda não foi elaborado, permanecendo assim e acreditando que é de suma importância a permanência da atuação do Conselho Diretor no campus Salinas; seria interessante a incorporação desse avanço e a retirada do conteúdo que trata o artigo nono do atual regimento do Conselho Diretor.

Ainda quanto ao funcionamento, acredita-se ser possível que as reuniões sejam abertas, para que os docentes, discentes, técnico-administrativos e a sociedade civil participem e entendam a relevância desse instrumento. O direito à voz, ainda seria reservado aos membros, mas a possibilidade de participar como espectador seria extremamente enriquecedora até mesmo como horizonte de observar a decisão de seus representantes e exercer uma silenciosa, mas contundente pressão social nas decisões em prol da instituição e da comunidade.

Deve-se enfatizar, ainda que a maneira como as reuniões são organizadas não permitem uma participação efetiva que vá além da aprovação ou desaprovação de propostas que já vêm quase prontas. Melhor seria que houvesse a possibilidade de atuar nos momentos de formulação e concepção das idéias para que assim verdadeiramente pudessem contribuir com suas sugestões³⁶.

³⁵ Presente no apêndice D.

³⁶ Uma das formas que poderia propiciar essa participação mais completa, nos momentos de elaboração das propostas seria o estabelecimento de câmaras temáticas com reuniões periódicas que seriam responsáveis por assuntos específicos dentro do Conselho como: ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, administração, relação instituição – comunidade, entre outras que poderiam surgir de acordo com a demanda.

Ainda, uma sugestão bastante recorrente seria a de um maior quantitativo de reuniões, com uma periodicidade definida, esse ponto está presente no Regimento, o que precisaria então seria uma maior ação dos membros e da instituição para fazer valer esse dispositivo legal ou até mesmo aumentar o mínimo de reuniões estipulado. Além disso, mais um aspecto ressaltado é que a pauta seja passada aos conselheiros com a maior antecedência possível. O tempo estipulado pelo próprio regulamento de 48 horas deveria ser maior para possibilitar a divulgação e posterior discussão com as bases, o que tornaria também o processo mais participativo.

A relação existente entre representantes e representados é bastante informal. Se houvesse uma organização mais efetiva possibilitaria uma participação mais concreta do corpo institucional na tomada de decisões, não ficando assim a possibilidade de imperarem decisões individuais.

Diante da importância da comunidade ter ciência das ações do Conselho Diretor, apresenta-se o fato do IFNMG – campus Salinas ter à sua disposição um sítio oficial e não utilizá-lo com esse objetivo. Entende-se que se poderia envidar maiores esforços para propiciar essa informação tanto à comunidade interna como externa. Esse acesso certamente poderia despertar e favorecer a participação tornando de fato mais efetivo o papel dessa instituição colegiada. No tocante à falta de conhecimento dos conselheiros em alguns aspectos, sugere-se cursos de formação no início dos mandatos ou intercâmbios com outros conselheiros de outros educandários. O que seria extremamente salutar e possibilitaria um maior entendimento dos representantes sobre esse mecanismo e uma conseqüente maior participação.

Por fim, esse trabalho pretendeu elencar elementos para repensar o Conselho Diretor, para que ele possa se pautar na construção de debates que contribuirão, sobremaneira, para uma formação mais crítica e cidadã, que deverá ser cotidianamente conquistada. Não será uma doação. Sua conquista certamente não ocorrerá, nem pelo mero desfraldar de bandeiras e mobilizações pontuais e afoitas em cima de questões específicas e localizadas, nem muito menos através de uma prática irresponsável de inseqüente desestabilização institucional pelo acirramento de contradições ou conquistas imediatistas e pautadas em projetos individuais. Esta conquista será, antes de tudo, fruto de uma prática responsável de cidadania que poderá romper com os resquícios ainda existentes de patrimonialismo, clientelismo, autoritarismo que ainda estão presentes e impedem um maior exercício da participação.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3ª ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ALMONACID, Cláudio; ARROYO, Miguel. Educación, trabajo y exclusión social: tendencias y conclusiones provisionarias In: In: GENTILLI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (comps.). *La ciudadanía negada – políticas de exclusión en la educación y trabajo*. Buenos Aires: CLACSO, p. 259-275, 2000.

ALAVAREZ, Marcos César. Controle Social – notas em torno de uma noção polêmica. *São Paulo em perspectiva*. Mar. v.18. n.1. p. 168 – 176. 2004.

AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Políticas Públicas de Lazer e participação cidadã: Entendendo o caso de Porto Alegre. 2003, 192f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: [<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000295925>]. Acesso em 06 de jan. de 2010.

APLE, Michael A. *Educação e poder*. Tradução de Maria Cristina Monteiro. 2 Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARENDT, Hanna. *O que é a política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa – referendo, plebiscito e iniciativa popular*. 3º ed. São Paulo: Ática, 1991.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

BOGDAN, R. C. e BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Formulação de uma política setorial de lazer: Avaliação contextual do distrito federal. *Revista Conexões*. Vol. 1, N. 2, 1999.

BRASIL. EM Interministerial nº 00118/2008/MP/MEC. Brasília, 19 de junho de 2008. Brasília – DF, 2008c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Projetos/EXPMOTIV/EMI/2008/118%20-%20MP%20MEC.htm>. Acesso em: 15 de jun. de 2008.

_____. *Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/92587/lei-11892-08> Acesso em 12 de novembro de 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. *Concepções e Diretrizes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*. Brasília – DF, 2008b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf]. Acesso em 11/11/2008.

_____. Ministério da Educação. *Plano Nacional da Educação*. Brasília – DF: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2009.

_____. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação*. Brasília – DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>.

_____. *Decreto nº 2.548, de 15 de abril de 1998*. Aprova o Regimento Interno e o Quadro Demonstrativo dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Escolas Agrotécnicas Federais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2548.htm Acesso em 29/10/2009.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponibiliza informações sobre as estatísticas nacionais. Disponível em: <http://www.ibege.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 19 de junho de 2009.

_____. *Decreto 5.154* de 23 de jul. de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Artigos. 39 a 42 da Lei 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm> acesso em 11 de ago. de 2009.

_____. *Decreto nº 4.877*, de 13 de novembro de 2003 a. Disciplina o processo de escolha de dirigentes no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais. In: MEC/SETEC. Educação Profissional e Tecnológica: Legislação Básica – Rede Federal. 7. ed. Brasília, DF, p. 152-153, 2008.

_____. *Lei nº 8.490*, de 19 de novembro de 1992. Dispõe sobre a presidência da república e dos ministérios e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8490.htm>. Acesso em 04/12/2009.

_____. *Lei nº 8.731*, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em 12/11/2009.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96*, de 20 dez. de 1996. Diário Oficial da União, Brasília: v. 248, p. 27833-27841, 26 dez. 1996 seção 1.

_____. Secretaria de educação profissional e tecnológica. *Parecer CNE/CEB nº 16/1999*: estabelece as diretrizes nacionais para a educação profissional de nível técnico. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação profissional e Tecnológica, 1999.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 08 de jun. 2009.

BOAVENTURA, Elias. A função social da universidade. *Impulso*, Piracicaba, v. 10, 1994.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Reforma Gerencial e o Sistema Único de Saúde. In: OLIVEIRA, Fátima Bayama de. *Política de Gestão Pública Integrada*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol. 34, n. 4, p. 7-27, jul – ago, 2008.

_____. Do Estado patrimonial ao gerencial. In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs). *Brasil: Um Século de Transformações*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001: 222-259.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 1, 2003, pp.153 a 193.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 40, nº 2, 1997. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 11 de nov. 2009.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. *Educação e formação Profissional*. Brasília: Plano, 2003.

CASASSUS, Juan. Problemas de la Gestion Educativa em América Latina: la tensión entre los paradigmas de tipo A y el tipo B. *Em Aberto*, Brasília. v. 19, n. 75, pp. 49-69, jul. 2002.

CASTIONE, Remi. *Sistemas de Proteção ao Trabalho no Brasil*. Campinas – SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo, Moderna, 1984.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: UNESP. DF: FLACSO, 2000.

_____. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Editora UNESP; DF: FLACSO, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. As categorias. In: *Educação e contradição*. 4. ed. São Paulo: Cortez, p. 21-52, 1989. p. 46.

DEMO, Pedro. *Conhecer e aprender: sabedoria dos limites e desafios*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000

_____. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. *Avaliação Qualitativa*. 4ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

_____. Conhecimento e Aprendizagem. In: TORRES, Carlos Alberto (org.). *Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI*. Buenos Aires: Clacso e Asdi, 2001.

DIAS, Edmundo Fernandes. Cultura, política e cidadania na produção gramsciana de 1914 a 1918. *Caderno Cedes*, São Paulo, Vol. 3, p. 31-56, 1998.

DOMINGOS SOBRINHO, Moises. Universidade Tecnológica ou Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia? Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/uni_tec_inst_educ.pdf]. Acesso em 11/11/2008.

DUARTE, Simone Viana; FURTADO, Maria Sueli Viana. *Manual para elaboração de monografias e projetos de pesquisa*. 3ª. Ed. Montes Claros: Unimontes, 2002.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Repensando e ressignificando a Gestão Democrática da Educação na "Cultura Globalizada". *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, set./dez. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 16 out. 2008.

_____. Gestão da Educação para uma Formação humana: conceitos e possibilidades. *Em Aberto*, Brasília, vol. 17, n. 72, p. 1667-177, fev./jun. 2000.

FERREIRA, Nilda Tevês. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Educação profissional numa sociedade sem empregos. *Cadernos de Pesquisa*, 2000, vol., n. 109, ISSN 0100-1574. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000100003&lng=pt&nrm=iso Acessado em 09 de jun. 2009.

FLEURY, S. Políticas sociais e democratização do poder local. In: VERGARA S. C. (org) *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANTZ, Telmo Rudi. *Em busca da solidificação do caráter público da Unijuí/Proposta da Reitoria*. Ijuí-RS: Unijuí Editora, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradição*. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise; A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação e Sociedade*, 2005, vol.26, n. 92, ISSN 0101-7330. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017&lng=pt&nrm=iso> Acessado em 09 de junho de 2009.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Práxis*. São Paulo: Cortez - Instituto Paulo Freire, 1995.

_____. *Educação e poder: Introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1982.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a constituição da cidadania dos brasileiros*. 3º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Educação, trabalho e lutas sociais. In: GENTILLI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (comps.). *La ciudadanía negada – políticas de exclusión en la educación y trabajo*. Buenos Aires: CLACSO, p. 89-123, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Edunesp, 1991.

GUIZARDI, Francine Lube. Do controle social à gestão participativa: interrogações sobre participação política no SUS. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 9-34, mar-jun, 2009.

IANNI, Octávio. *Marx*. São Paulo: Ática, 1996.

INGLAT, Mariluz; FREITAS, Palmira Seivignani de. Movimento estudantil e formação profissional: rupturas como laços. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 11, 1999, Florianópolis. *Anais...* São Paulo: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999. p. 1158-62.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – Estatuto do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. Montes Claros – MG, 2009. Disponível em: [http://documento.ifnmg.edu.br/action.php?kt_path_info=ktcore.actions.document.view&fDocumentId=231]. Acesso em 06 de jan. de 2010.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – Campus Salinas. *Regulamento interno do Conselho Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Salinas*. Salinas - MG, 2009.

KIPNIS, Bernardo. *Elementos de Pesquisa e a Prática do Professor*. São Paulo: Editora Moderna; Brasília, DF: Editora UNB, 2005.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. *Administração Pública no Brasil: Crises e Mudanças de Paradigmas*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da Práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, out 2006.

LABRA, Maria Eliana; FIGUEIREDO, Jorge St. Aubyn. Associação, participação e cultura cívica – o potencial dos conselhos de saúde. *Ciência e saúde coletiva*. v. 7, n. 3, p. 537-547, 2002.

LADISLAU, Carlos Rogério. *Lazer e meio ambiente percorrendo as trilhas de Ouro Preto* (um estudo a partir da trilha do Pico do Itacolomi). 2001, 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física/Estudos do Lazer) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001.

LIMA, Licínio C. *A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica*. São Paulo: Cortez, 2001.

LUCCHESI Martha, A. S. *Universidade sem pesquisa?* In: SILVA, Rivalva Casino (ORG.). Educação para o século XXI: dilemas e perspectivas. Piracicaba: UNIMEP, 1999, p. 78.

LÜCK, Heloísa. et al. *A escola participativa: O trabalho do gestor escolar*. Petrópolis, RJ: Vozes: 2005.

MANFRÉ, Ademir Enrique. A educação na sociedade da informação: contribuições da Teoria crítica. Disponível em:
<http://www2.prudente.unesp.br/eventos/semana_geo/ademirmanfr%C3%A9.pdf >
Acesso em 10 maio 2009.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCELLINO, N.C. *Políticas Públicas setoriais de lazer*. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MASI, Domenico de. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública comparada: uma visão sobre as reformas administrativas do Brasil, Estados Unidos e União Européia. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Vol 42, n. 1, p. 61-82, jan - fev, 2008.

MENDONÇA, Erasto Fortes. *A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira*. Campinas: Editora Unicamp, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. Cap.1.

NASCIMENTO, Juarez Vieira do. *Formação profissional em educação física: contextos de desenvolvimento curricular* – Montes Claros: Unimontes, 2002. P. 133 – 4.

PACHECO, Eliezer. *Os institutos federais e o projeto nacional*. Disponível em:
[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_institutos.pdf]. Acesso em 11/11/2008.

PAMPLONA, Marco Antonio Vilela. A questão escolar e a hegemonia como relação pedagógica. *Cadernos Cedes*, São Paulo, Vol. 3, p.2-30, 1998. Para tecer essas idéias, Pamplona apóia-se nas elaborações de Gramsci.

PEDROSA, José Ivo dos Santos. A construção do significado de controle social com conselheiros de saúde no estado do Piauí, Brasil. *Cadernos de saúde pública*, v. 13, n.4, p. 741-748, out-dez, 1997. p. 742

PEREIRA, Luis Augusto Caldas. *Institutos Federais de Educação Ciência e tecnologia*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf]. Acesso em 11/11/2008.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos Mínimos Sociais*. SP, Ed Cortez, 2000.

PERINI, Cleide Maria Fratantonio. *Conselho de escola: limites e possibilidades da gestão democrática*. 2007, 245 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Unesp - Campus de Araraquara, Araraquara-SP, 2007. Disponível em <http://www.fclar.unesp.br/poseduesc/teses/cleide_maria_fratantonio_perini.pdf>. Acesso em 06 jan. de 2010.

PINHEIRO, Maria Francisca Sales. O “Estado mínimo” e a educação. *Caderno CEDES*. Campinas-SP, 1991. p. 89-100.

PUCCI, Bruno. Teoria crítica e formação do educador. *Impacto*, Piracicaba, vol. 19, p. 11-20, 1995.

QUERMES, Paulo Afonso de Araújo. *Os conselho paritários, o estado e a sociedade civil: possibilidades e limites à efetivação da cidadania e ao controle das políticas públicas no Brasil*. 2000, 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2000.

RICCI, Rudá. Controle Social um conceito e muitas confusões. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, vol. 9, n. 98, p. 9 – 12, jul. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7590/4362>>. Acesso em 26 jan. de 2010.

RUA, M. das G. e CARVALHO, M. I. V. de (Orgs.). ‘Análise de políticas públicas: conceitos básicos’. In: RUA, M. das G. e CARVALHO, M. I. V. de (Orgs). *O estudo da política. Tópicos selecionados*. DF: Paralelo 15, 1998.

SÁ, Jean Magno Moura de. *Gestão na educação profissional e tecnológica: a Escola Agrotécnica Federal de São Luiz entre 2002 e 2006*. 2009, 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2009.

SACRISTÁN, J. G. Reformas educativas y reforma del currículo. In: WARDE, M. J. *Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas*. São Paulo: Programa de Pós-Graduados em Educação, História e Filosofia da Educação, 1998.

SANTOS, Jailson Alves. A trajetória da educação profissional no Brasil. In: LOPES, Eliana Marta Texeira (org.); FARIA FILHO, Luciano Mendes (org); VEIGA, Cynthia Greive (org). *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Sérgio Vilela Alves dos. Descentralização e participação da sociedade civil: o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal em 1999. 2000, 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2000.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*, São Paulo: Cortez/Ed. Assoc.1994.

SCHARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro-RJ: Campus, 1982.

SELLTIZ et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU, 1974.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O que produz e o que reproduz em educação – Ensaio de Sociologia da Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SINASEFE. Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica. *Manifesto sobre a criação dos IFET*. Disponível em: <http://www.sinasefe.org.br>. Acesso em 11/11/2008.

SORRENTINO, M et al. Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio-ago. 2005.

SOTERO, João Paulo. Participação e controle social no financiamento da política nacional de educação ambiental no Brasil: o caso dos fundos públicos federais. Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 13, 2008, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: CLAD, 2008.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. *Estrutura e Funcionamento do ensino superior brasileiro* – São Paulo: Pioneira, 1991.

SPOSITO, Marília. Algumas hipóteses sobre as relações entre *movimentos sociais* juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, p. 73-94, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13_06_MARILIA_PONTES_SPOSITO.pdf>.

STIGGER, M.P. Políticas sociais em lazer, esporte e participação: uma questão de acesso ao poder; ou subsídios para tomar posição frente a pergunta: são as políticas públicas para Educação Física, esporte e lazer efetivamente políticas sociais? Florianópolis: *Revista de Motrivivência* da UFSC, ano X, n. 1, 1998.

TAFARRELL, Celi Nelza Zulke. Currículo, formação profissional na Educação Física e esporte campos de trabalho em expansão: antagonismos e contradições da prática social. *Movimento – Revista da Escola de Educação Física*, v. 4, n. 7, p. 43-51, 1997. Disponível em: < <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2366/1062>>. Acesso em: 09/11/09.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Estado, Democracia e Administração Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

URQUIZA, Waldecy. *Arranjos Institucionais para a gestão de políticas públicas de base territorial*. Disponível em <http://www.grupochorlavi.org/php/doc/documentos/Arranjos.pdf>. Acesso em 02 de maio. 2006.

VALLA, Victor; STOTZ, Eduardo N. (org). *Participação popular, educação, saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, v. 1, 2004. 422 p.

_____. Os três tipos de dominação legítima. In: COHN, Gabriel. *Weber: sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1991. p. 128-141.

YIN, Roberto K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Apêndice A - Roteiro da entrevista dos membros do Conselho Diretor

Universidade de Brasília

Faculdade de Educação

Programa de Pós Graduação: Mestrado em Educação

Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação

1. Qual o papel do Conselho Diretor para você?
2. O que o levou a entrar no Conselho?
3. Como você avalia a sua atuação no Conselho?
4. O que você entende por gestão participativa?
5. Você entende que o Conselho Diretor cumpre o papel de um instrumento que contribui para a gestão democrática?
6. Podemos estabelecer alguma relação na atuação do Conselho Diretor do IF no processo de definição das diretrizes administrativas do IF?
7. Como você percebe a relação entre a sua representação e o segmento que você representa?
8. Como você acredita que a comunidade percebe o Conselho Diretor?
9. Como a comunidade participa das decisões do Conselho? De que forma as informações são socializadas para a comunidade?
10. Que mudanças e sugestões você faz para o Conselho Diretor?
11. Você acha que a participação da sociedade civil tende a ser mais figurativa ou realmente tem um poder efetivo de decisão nas formulações do Conselho Diretor?

Apêndice B - Roteiro da entrevista destinado a Associação de Pais, Diretório Acadêmico, Grêmio Estudantil e SINASEFE

Universidade de Brasília

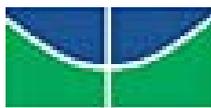
Faculdade de Educação

Programa de Pós Graduação: Mestrado em Educação

Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação

1. Qual o papel que você atribui à instituição (Associação de Pais, Grêmio Estudantil e SINASEFE)?
2. Como ocorreu a sua entrada nessa instituição?
3. Como você enxerga o papel do Conselho Diretor?
4. Você entende que o Conselho Diretor cumpre o papel de um instrumento que contribui para a gestão democrática?
5. O que você entende por gestão participativa no IF?
6. O Conselho Diretor abre espaço para a participação nas decisões?
7. Você consegue perceber alguma influência da sua instituição na gestão do IF?
8. Como você percebe a relação entre a sua representação e o segmento que você representa?
9. Como você acredita que a comunidade percebe o Conselho Diretor? De que forma as informações são socializadas para a comunidade?
10. Que mudanças e sugestões você faz para o Conselho Diretor?
11. Você acha que a participação da sociedade civil tende a ser mais figurativa ou realmente tem um poder efetivo de decisão nas formulações do Conselho Diretor?

Apêndice C – Termo de Consentimento



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - Programa de Pós Graduação: Mestrado em Educação
Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação

TERMO DE CONSETIMENTO

Prezado (a) Colega,

Estamos realizando uma pesquisa intitulada Gestão Participativa em Políticas Públicas na Educação Profissional e Tecnológica - um estudo a partir do IFNMG-Campus Salinas - MG. Estamos nessa pesquisa analisando a participação exercida por intermédio do Conselho Diretor (Sindicato, Associação de Pais, Diretório Acadêmico e Grêmio Estudantil). Por isso, solicitamos seu consentimento para participar voluntariamente, desta entrevista. Sua participação será de grande validade para esse estudo.

Declaramos que houve um devido esclarecimento a respeito, quanto aos seguintes aspectos: justificativa, objetivos e procedimentos que serão utilizados na pesquisa; garantia de esclarecimento antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia; liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo.

Esta entrevista é parte integrante da pesquisa de Mestrado em Educação do Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília na área de concentração de Políticas Públicas e Gestão da Educação e está sob responsabilidade do mestrando Ricardo Magalhães Dias Cardozo. As informações, os dados, os resultados obtidos e sua identificação estão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionado o nome do entrevistado, bem como as informações prestadas serão trabalhadas apenas com os objetivos da pesquisa, assegurando-lhe absoluta privacidade.

Declaro, outrossim, que estamos de pleno acordo, com os termos ora ajustados, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa. assinamos o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma para um só efeito.

Salinas, de de 2009.

Assinatura do pesquisador

Assinatura do Entrevistado

Apêndice D – Trechos do Regimento do Conselho Diretor, da lei nº 11892 de 29 de dezembro de 2008 e do Estatuto do IFNMG, relevantes para a dissertação.

Trechos do Regimento do Conselho Diretor

Artigo 3º – Os membros do Conselho Diretor terão mandatos de quatro anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, sendo que na primeira investidura, os membros de que tratam os incisos V, VI e VIII serão designados com mandato de dois anos.

Parágrafo único – Trinta dias antes do término do mandato dos membros do Conselho Diretor, deverá ser enviada à Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC³⁷ os nomes que comporão o novo conselho.

Artigo 4º – No caso de impedimento permanente do titular do Conselho Diretor deverá a vaga ser preenchida pelo seu suplente, até o final do mandato.

Parágrafo único – No caso de impedimento permanente do titular e do suplente, deverá ser providenciado o preenchimento das vagas nos termos do parágrafo 2º ao 5º do artigo 2º, no prazo de 30 dias.

Art. 5º Ao Conselho Diretor compete:

I - aprovar as diretrizes para atuação da Escola e zelar pela execução de sua política educacional;

II – definir o processo de escolha dos nomes para o provimento do cargo de Diretor Geral da Escola, conforme estabelece o artigo 6º do Regimento Interno das Escolas Agrotécnicas Federais.

III - apreciar o plano geral de ação e proposta orçamentária anual e o orçamento plurianual de investimentos;

IV - deliberar sobre contribuições, emolumentos, prestação de serviços pelo fornecimento de alimentação, alojamento, aluguel, expediente e outros a serem cobrados pela Escola;

V - apreciar as contas do exercício financeiro, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

VI - aprovar acordos, convênios e contratos entre a instituição e outras entidades nacionais e internacionais, propostas pela Direção Geral da Escola ou referendá-los, a posteriori, quando celebrados no interregno das reuniões do Conselho;

VII – elaborar e encaminhar lista tríplice para indicação do Diretor Geral da Escola;

VIII - propor alteração do Regulamento Interno da Escola, submetendo-o à aprovação do Ministério da Educação e do Desporto;

IX – propor alteração no Regimento Interno do Conselho Diretor, submetendo-o à apreciação do Secretário de Educação Média e Tecnológica;

X - aprovar as normas de constituição da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD e Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo – CPPTA e Regulamento Interno dessas comissões;

XI – estabelecer normas e critérios para concessão, fixação e alteração do regime de trabalho dos docentes;

XII - aprovar as normas do processo de acompanhamento e avaliação das atividades dos servidores docentes e técnico-administrativos;

XIII - analisar e aprovar as normas estabelecidas para progressão funcional aos servidores docentes e técnico-administrativos;

XIV – aprovar a criação e respectivas regulamentações de órgãos colegiados pedagógicos;

³⁷ Sabemos que a instituição que é responsável por essa questão é a SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

- XV - Aprovar as normas disciplinares do corpo discente;
 XVI - Opinar sobre outras questões submetidas à sua apreciação.

Art. 6º - O Conselho Diretor deve reunir-se à em caráter ordinário 04 (quatro) vezes ao ano, uma em cada trimestre e extraordinariamente, por convocação do Presidente do conselho ou maioria dos seus membros, sempre com antecedência mínima de 48 horas. (Ibidem, p. 3).

Parágrafo único: As reuniões são pré-estabelecidas nos início do ano letivo e constarão no plano anual da Escola

[...]

Art. 8º - Será enviada a todos os membros, a pauta e demais documentos que farão parte da reunião.

Art. 9º - As disposições do artigo anterior não se aplicam as questões que exijam sigilo, reserva ou urgência.

Parágrafo Único: Para efeito do presente artigo consideram-se assuntos:

- I. Sigilosos - aqueles que devam ser do conhecimento prévio do Presidente do Conselho que os submeterá a exame do plenário, não devendo suas decisões ser divulgadas;
- II. Reservados - aqueles que deverão ter divulgação restrita na comunidade escolar e deverão ser julgados pelo Conselho, podendo ser dado ciência aos interessados, caso assim deliberem os seus membros;
- III. Urgentes – aqueles que exijam análise preferencial e prioridade de julgamento por parte do Conselho, ficando dispensados de seguir os procedimentos dos demais assuntos.

Art. 11º - Perderá o mandato o Conselheiro que:

- a) Faltar, injustificadamente, a 02 (duas) reuniões ordinárias / extraordinárias ou 04 (quatro) reuniões consecutivas;
- b) Vir a ter exercício profissional ou representativo diferentes daqueles que determinaram sua designação.

§ 1º - No caso de qualquer membro efetivo, estar impossibilitado de comparecer a reunião do Conselho, este comunicará ao Presidente que convocará seu respectivo suplente

§ 2º - A ausência ou falta de determinadas classe de representantes não impede o funcionamento do colegiado nem invalida as decisões, desde que respeitado o “quorum” mínimo previsto para decidir. (IFNMG, 2008, p. 3-4)

[...]

Art. 21 Ao Presidente do Conselho incumbe:

- I – presidir, coordenar e supervisionar as atividades do Conselho;
- II – convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias por escrito e acompanhada da pauta dos assuntos a serem tratados;
- III – exercer o voto de qualidade em caso de empate;
- IV – baixar as resoluções referentes às decisões e funcionamento do Conselho;
- V – indicar o secretário (a) do Conselho e seu substituto;
- VI – presidir o processo de renovação do Conselho, por ocasião do término do mandato de seus membros, na forma desse Regulamento;
- VII – dar posse aos demais membros do Conselho,
- VIII – submeter à apreciação do Conselho as diretrizes para a atuação da Escola;
- IX – manter, em nome do Conselho, articulação com os órgãos, entidades, instituições e pessoas da comunidade, com vistas a desenvolver trabalho comunitário;
- X – colher, junto ao Conselho e à comunidade, sugestões que visam aprimorar o currículo da Escola;

XI – apresentar aos membros do Conselho, pessoalmente, os concorrentes à composição da lista tríplice.

Trecho da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

Art. 1º As atuais Escolas Agrotécnicas Federais, mantidas pelo Ministério da Educação, passarão a se constituir em autarquias federais.

Parágrafo único. Além da autonomia que lhes é própria como entes autárquicos, as Escolas Agrotécnicas Federais terão, ainda, autonomia didática e disciplinar.

[...]

Art. 5º A organização administrativa e as atividades das Escolas Agrotécnicas Federais, vinculadas aos seus fins legais, serão definidas em Regimento Interno, aprovado por decreto.

Parágrafo único. O Regimento também disporá sobre a forma de nomeação do Diretor das Escolas Agrotécnicas Federais.

Trecho da lei 11892 de 29 de dezembro de 2008 que versa sobre os Conselhos autonomia

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1º As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2º O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.

§ 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

§ 4º O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Trechos do Estatuto do IFNMG que fala sobre o Conselho

Art. 8º. O Conselho Superior – CS –, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, tendo a seguinte composição:

I. O Reitor, como presidente;

II. Representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

III. Representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada ao corpo discente, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

IV. representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes, eleitos por seus pares, na forma regimental;

V. 02 (dois) representantes dos egressos, eleitos por seus pares, na forma regimental;

VI. 06 (seis) representantes da sociedade civil, preferencialmente, em rodízio de representação de entidade a cada mandato, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

VII. 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

VIII. representação de 1/3 (um terço) dos diretores-gerais dos campi, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco), eleitos por seus pares, na forma regimental;

§ 1º. Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratamos incisos II, III, IV, V e VIII serão designados por ato do Reitor.

§ 2º. O mandato será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se o do Reitor. § 3º. Com relação aos membros de que tratam os incisos II, III e IV, cada Campus que compõe o Instituto Federal poderá ter no máximo 01 (uma) representação por categoria.

§ 4º. Serão membros vitalícios do Conselho Superior, sem direito a voto, todos os ex-Reitores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.

§ 5º. Ocorrendo o afastamento definitivo de quaisquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

§ 6º. Na hipótese prevista no § 5º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

§ 7º. O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 09. Compete ao Conselho Superior:

I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional;

II. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores-Gerais dos Campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;

III. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;

- IV. aprovar projetos político-pedagógicos, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares dos Campi.
- V. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ações e apreciar proposta orçamentária anual;
- VI. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- VIII. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal, bem como o registro de diplomas;
- IX. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- X. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal;
- XI. deliberar e normatizar sobre questões submetidas a sua apreciação.

Art. 10. O Colégio de Dirigentes – CD -, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria e será constituído:

- I. pelo Reitor, como presidente;
- II. pelos Pró-Reitores; e
- III. pelos Diretores-Gerais dos campi.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 11. Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. apreciar as propostas de criação e de extinção de cursos;
- III. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- IV. Apresentar ao Conselho Superior a criação e a alteração de funções e de órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal;
- V. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- VI. apreciar e recomendar as normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- VII. apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal a ele submetidos.



Apêndice E – Relatório de reuniões do Conselho Diretor
Período: 2004 a 2009
Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Norte de
Minas Gerais - Campus Salinas



Convocação	Ofício Circular	Data da Reunião	Pauta	Resolução
01/03/2004	015/2004	04/03/2004	Prestação de contas do exercício 2003	Sem resolução
23/06/2004	020/2004	28/06/2004	Frequência para efeito de perda do direito do regime de internato, semi internato e participação nas atividades esportivas, culturais e viagens técnicas	Sem resolução
06/08/2004	026/2004	16/08/2004	Impacto provocado pela aplicação do artigo 100 do Regimento Interno	N.º 001/2004
17/11/2004	037/2004	19/11/2004	Apreciação de Regulamentos indispensáveis ao funcionamento da instituição	Sem resolução
13/12/2004	042/2004	15/12/2004	Apreciar e aprovar preços públicos, apreciar e provar critérios de redução e/ou isenção de cobrança de preços públicos	Obs.: Não houve quorum mínimo
17/12/2004	043/2004	21/12/2004	Apreciar e aprovar preços públicos, apreciar e provar critérios de redução e/ou isenção de cobrança de preços públicos	N.º 02/2004 e 003/2004
11/02/2005	001/2005	17/02/2005	Apreciação do Relatório Gestor 2004, apreciação da minuta da Portaria 257/2004 de 14/12/2004 que institui a Unidade de Auditoria Interna	N.º 01/2005
21/03/2005	004/2005	29/03/2005	Apreciação da listagem de enquadramento dos servidores do Plano de Carreira dos cargos Tec. Administrativos, apreciar e determinar valores para serviços de alimentação avulsos, aprovar nomes de servidores para compor a Comissão de Auditoria Interna, apreciar sugestões feitas pelos alunos	N.º 02/2005 e 003/2005
28/06/2005	016/2005	30/06/2005	Apreciar Regimento da Auditoria Interna; Apreciar alterações no Sistema de Recuperação em curso.	N.º 004/2005
07/10/2005	027/2005	10/10/2005	Aprovar proposta das Matrizes Curriculares dos Cursos Técnicos de Nível Médio a serem ofertados a partir de 2006; Alteração de critério para ingresso nos regimes de internato e semi-internato.	N.º 005/2005
29/06/2006	005/2006	03/07/2006	Apreciação do Regulamento para pagamento de Gratificação por encargo de curso e concurso; Apreciação dos preços públicos relativos aos serviços de alimentação e residência dos alunos interno e semi-internos.	N.º 001/2006
14/07/2006	008/2006	14/07/2006	Apreciação da segunda da listagem de enquadramento de servidores no Plano de Carreira dos cargos técnicos administrativos.	N.º 002/2006
22/11/2006	018/2006	28/11/2006	Apreciação do Projeto de Curso de Formação Inicial de Trabalhadores, no	Obs.: Não

			âmbito do PROEJA; Apreciação de alterações dos critérios da avaliação do Curso Técnico em Informática e Curso Técnico Agroindustrial; Apreciação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação; Apreciação da matriz Curricular do Curso Técnico Agroindustrial; Apreciação de normas para trancamento de matrículas nos Cursos Técnicos desta Instituição; Apreciação da portaria que constitui comissão responsável em elaborar normas para o trabalho de conclusão do Curso Superior em Tecnologia de Produção de Cachaça; Indicar membros deste Conselho para constituir a comissão responsável para acompanhamento do processo de eleição dos membros para constituição do próximo Conselho Diretor.	houve quorum mínimo
29/11/2006	020/2006	06/12/2006	Apreciação do Projeto de Curso de Formação Inicial de Trabalhadores, no âmbito do PROEJA; Apreciação de alterações dos critérios da avaliação do Curso Técnico em Informática e Curso Técnico Agroindustrial; Apreciação do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação; Apreciação da matriz Curricular do Curso Técnico Agroindustrial; Apreciação de normas para trancamento de matrículas nos Cursos Técnicos desta Instituição; Apreciação da portaria que constitui comissão responsável em elaborar normas para o trabalho de conclusão do Curso Superior em Tecnologia de Produção de Cachaça; Indicar membros deste Conselho para constituir a comissão responsável para acompanhamento do processo de eleição dos membros para constituição do próximo Conselho Diretor.	N.º 003/2006
31/07/2007	009/2007	02/08/2007	Posse dos novos membros do Conselho Diretor; Apreciar requerimento de reaproveitamento dos componentes curriculares cursados em 2006 feitos por alunos desta Instituição.	N.º 001/2007
07/08/2007	313/2007	09/08/2007	Escolha da Comissão Responsável pela eleição da Comissão Eleitoral; Apreciar proposta de alteração de carga horária dos componentes curriculares: Gestão e Língua Inglesa; Apreciação proposta de alteração no regulamento do Curso Superior de Tecnologia em Produção de Cachaça, em relação a dependência e cálculo da média.	N.º 02/2007 e 003/2007
05/09/2007	012/2007	11/09/2007	Avaliar a composição da Comissão Eleitoral eleita por seus pares para escolha, pela comunidade escolar, do nome do Diretor desta Instituição, de acordo com o decreto n.º 4877 de 13 de novembro de 2003.	N.º 004/2007 e Port. 001/07
24/09/2007	017/2007	26/09/2007	Avaliar a minuta do Regulamento do Processo Eleitoral para escolha do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Salinas – MG quadriênio	N.º 005/2007

			2008-2012, bem como calendário de eleição.	
01/11/2007	020/2007	07/11/2007	Manifestar sobre o credenciamento da FADETEC, junto ao Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia; Appreciar convênio para capacitação de docentes a nível de mestrado, a ser celebrado entre EAFSALINAS e a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC; Homologar resultado da Eleição a cargo de Diretor-Geral da EAFSALINAS – MG.	N.º 007/2007 e 008/2007
05/03/2008	003/2008	06/03/2008	Adesão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas	N.º 001/2008
24/04/2008	008/2008	30/04/2008	Prestação de contas do exercício 2007; Regulamento da Comissão Própria; Modificação do Regulamento do Curso Superior de Tecnologia em Produção de Cachaça; Estatuto do Centro de Pesquisa da Cachaça e Derivados da cana de açúcar; Portaria de normatização do sistema de telefonia da Escola; Regimento da Comissão Interna de Ética.	Obs.: Adiada para o dia 06/05/08
28/04/2008	009/2008	06/08/2008	Prestação de contas do exercício 2007; Regulamento da Comissão Própria; Modificação do Regulamento do Curso Superior de Tecnologia em Produção de Cachaça; Estatuto do Centro de Pesquisa da Cachaça e Derivados da cana de açúcar; Portaria de normatização do sistema de telefonia da Escola; Regimento da Comissão Interna de Ética.	N.º 002/2008 e 003/2008
05/08/2009	008/2009	10/08/2009	Prestação de contas do exercício 2008; Appreciar a criação e autorizar funcionamento, a partir de 2010, dos Cursos de Licenciatura Plena em Química, Física, Matemática e Biologia, Bacharelado em Medicina Veterinária, Ciência da Computação e Engenharia Florestal; Appreciar a criação e autorizar funcionamento, a partir de 2010, do Curso Técnico em Informática Integrado e do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio na modalidade PROEJA; Appreciar a alteração da nomenclatura do Curso Técnico Agroindustrial Integrado ao Ensino Médio para Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio; Appreciar as matrizes curriculares dos Cursos Técnicos em Agropecuária e Agroindústria Integrados ao Ensino Médio com efeito para os cursos iniciados a partir de 2010; Appreciar a redução da carga horária do Estágio Supervisionado dos Cursos Técnicos em Agropecuária e Agroindústria Integrados ao Ensino Médio para 200 (duzentas) horas com efeito para os cursos iniciados a partir de 2007.	
10/08/2009	-----	24/08/2009	Apreciação e análise do Relatório Gestor e de Prestação de Contas /2008	